ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/03/12

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nº 1/2015, da reunião de câmara de 2015/01/14, nº 2/2015, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2015/01/26, e nº 3/2015, da reunião de câmara de 2015/01/28			Aprovação
2	Supply Chain Meeting 2015 - Protocolo de colaboração			Aprovação
3	Subsídio anual aos GIP - Grupos de Intervenção Permanente das associações de bombeiros do concelho			Aprovação
4	Protocolo para programas de saúde em benefício dos trabalhadores da câmara municipal e SMAS	Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul E.M., SA		Aprovação
5	Acordo para autorização de ocupação temporária de espaço - Loteamento do Cais da Póvoa	Funsita	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
6	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
7	Legislação síntese			Conhecimento
8	Pagamentos autorizados			Conhecimento
9	Balancetes			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/03/12

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	. Outros assuntos			
10	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Joaquim Manuel Assunção da Silva Queiroz		Aprovação
11	Programa de rescisões por mútuo acordo na administração local - Assistente Operacional	Jaime Alexandre Moreira Reizinho		Aprovação
12	Abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Operacional (área de lavador de viaturas)			Aprovação
13	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Operacional (Fiel de Armazém) - Recrutamento excecional			Aprovação
14	Parecer prévio vinculativo, prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença e remessa à assembleia municipal para autorização do compromisso plurianual	António Pedro Couto da Rocha Pita		Aprovação
15	Recarga de pavimentos 2014 no concelho - Substituição das retenções de verba por garantia bancária	Construções Pragosa, SA		Aprovação
16	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Substituição das retenções de verba por garantia bancária	Constrope - Congevia, Engenharia e Construção, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
17	QREN-EQ - Operação Lisboa-02-0741-FEDER-000750 - "Passagens Superiores Pedonais" - 1ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável, celebrado em 2011/12/07			Aprovação
18	Contratação de serviços de limpeza para a nova biblioteca municipal de Vila Franca de Xira e respetiva passagem pedonal - Parecer prévio vinculativo			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/03/12

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
19	Contratação de serviços de limpeza das piscinas municipais e Complexo Municipal de Desporto, Recreio e Lazer de Vila Franca de Xira e pavilhões desportivos municipais - Início do procedimento, parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
20	Contratação de serviços de assistência técnica e manutenção das máquinas de fotolitos - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
21	Minuta do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato ao Agrupamento 823 do Corpo Nacional de Escutas	Agrupamento 823 do Corpo Nacional de Escutas	Vila Franca de Xira	Aprovação
22	Revogação da escritura de cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno sita na Quinta da Grinja e Pontevas	Corpo Nacional de Escutas	Vila Franca de Xira	Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
23	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
24	Aquisição de prédio rústico atravessado pela variante do Bairro da Mata/Encosta do Bom Retiro	Herdeiros de Alves Redol	Vila Franca de Xira	Aprovação
25	Alteração ao loteamento sito nas Bragadas - Alvará de loteamento nº 28/80, de 30/12 - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	José Carlos Nunes Dias	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
26	Caducidade da operação de loteamento e acionamento da caução do loteamento denominado por Quinta da Cruz de Pau	Obrisantos - Sociedade de Construções, Lda	S. João dos Montes	Aprovação
27	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Rua Henrique de Roure Pietra, nº 18/20, Trancoso de Baixo	Aníbal Figueiredo Albuquerque	S. João dos Montes	Aprovação
28	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote B47 do loteamento Zona do Moledo	José Manuel dos Santos Boieiro	Alverca do Ribatejo	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/03/12

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
29	Requalificação da rua Luís de Camões - Lista de omissões aceites		Vila Franca de Xira	Aprovação
30	Recargas de pavimentos 2015 no concelho - Erros e omissões na fase de formação do contrato, retificação das peças do procedimento e prorrogação do prazo para apresentação das propostas			Aprovação
31	Contrato de portagens eletrónicas através do sistema de Via Verde para a frota do município - 2015/2016 - Parecer prévio vinculativo	Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA		Aprovação
32	Casas mortuárias de Alhandra - Auto de vistoria, substituição do empreiteiro e acionamento de cauções			Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
33	Contratação de serviços de reparação e montagem dos cais da Vala do Carregado e do Cabo das Lezírias - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
34	Regulamento de atribuição de prémios de mérito e excelência de âmbito escolar para o ensino básico - 2º e 3º ciclos			Aprovação
35	Regulamento do programa de atribuição de estágios para o ensino secundário e superior			Aprovação
36	Doação do espólio literário de Júlio Graça, por Emília Conceição Ferreira Graça e Joaquim Manuel Ferreira Graça, ao Museu do Neo-Realismo			Aceitação
37	Os Aprendizes do Fingir - Protocolo			Aprovação
38	Prémio Carlos Paredes - Receção de candidaturas			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/03/12

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
39	Cartoon Xira - Preço de venda de publicações			Aprovação
40	Exposição "Mário Coelho da Prata ao Ouro - A vida de um toureiro" - Constituição de fundo de maneio			Aprovação
41	Atribuição de topónimos na freguesia de Vialonga e na União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz			Aprovação
42	Realização do 4º Salão de Automóveis e Motociclos Clássicos de Vila Franca de Xira			Aprovação
43	Protocolo com a Sociedade Euterpe Alhandrense/Conservatório Regional Silva Marques			Aprovação
44	Livro "A Reinvenção do Real - Curadoria de Arte Contemporânea no Museu do Neo-Realismo", da autoria de David Santos - Venda ao público			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
45	Contratação de serviços para abate de árvores, podas sanitárias e fornecimento de árvores no Jardim Constantino Palha - Parecer prévio vinculativo		Vila Franca de Xira	Aprovação
46	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "B", sita na rua António José da Silva, nº 4, 1º B	Lindolfo do Vale Rocha Dias	Vialonga	Aprovação
47	RIFFEST - Concurso de Bandas Jovens do concelho de Vila Franca de Xira			Aprovação
48	Candidatura às normas de apoio às associações juvenis	Labirintodisseia - Associação Juvenil (MICA)		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/03/12

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
49	Programa de ocupação de jovens nas vertentes de longa e curta duração - 2015			Aprovação
50	PAMA - Apoio à realização de atividades pontuais - Festival comemorativo do 25º aniversário do Coro Notas Soltas	Coro Notas Soltas		Aprovação
51	Proposta - Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem - Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
~~52~~	~~Moção - Delegação de competências nos municípios~~	~~pós. reunião~~		~~Aprovação~~
53	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/03/12

Aos doze dias do mês de março de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:----------

. Ana Lídia Alves Cardoso; ----------

. Fernando Paulo Ferreira; ----------

. Aurélio dos Santos Marques; ----------

. António José Sequeira Félix;----------

. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues;----------

. José António da Silva de Oliveira;----------

. Rui Miguel da Silva Pereira;----------

. Maria de Fátima Pires Antunes; ----------

. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. ----------

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Nuno Miguel Marques Libório e João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituídos pelos Srs. Rui Miguel da Silva Pereira e Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, respetivamente. ----------

---

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h47, durante o período antes da ordem do dia.----------

---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-------

---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 002
Reunião de 2015/03/12
Procº _____
Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS----------

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA----------

. Chefe do Gabinete----------

Dr. Renato Gonçalves ----------

. Adjuntos----------

Jorge Zacarias----------

Drª Susana Santos----------

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO ----------

. Adjuntos----------

Dr. Alexandre Sargento ----------

Adão Conde----------

. Secretária----------

Fernanda Gomes----------

. Assessoria ----------

João Pedro Baião ----------

Bruno Oliveira----------

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS----------

. Coordenador----------

Dr. Cláudio Lotra ----------

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS----------

. Coordenadora ----------

Drª Isabel Araújo ----------

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete----------

Dr. Luís Vasconcelos ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA ----------

. Chefe da Divisão de Recursos Humanos ----------

Dr. Paulo Alenquer----------

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental----------

Dr. Luís Marques ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA----------

. Diretor ----------

Arqtº Nuno Santos

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS

. Diretora

Engª Rosário Ferrão

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

. Diretora

Drª Maria de Fátima Faria Roque

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus

Drª Maria João Carraça

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude

Dr. Pedro Montes

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público

Arqtª Catarina Conde

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA

. Chefe da Equipa

Urbª Luís Matas de Sousa

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

AUGI DA QUINTA DA BOAVISTA - ENTREGA DE ALVARÁ ----------

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, começando por um momento que lhe parece significativo para quem há muito tempo esperava que este momento acontecesse, estando a falar da entrega de um alvará de licença de loteamento urbano da AUGI da Quinta da Boavista. Tem-se vindo, neste mandato, a trabalhar numa solução, felizmente que se conseguiu, e por isso brevemente também virá a outra parte, pois era uma AUGI única, que se dividiu, a Quinta da Ponte e anexos. ----------

Desta forma, chama agora o representante ou os representantes que queiram chegar ao pé de si para entregar o alvará, dizendo ainda que é um grande prazer, depois de todo o trabalho que se teve, mas valeu a pena, e desejando muitas felicidades.----------

Interveio o Sr. Valentim Silva, na qualidade de representante dos moradores da Quinta da Boavista, agradecendo às bancadas que compõem a câmara municipal, destacando o Sr. Presidente, lamentando também, por outro lado, a morosidade do processo, pois os moradores andam nisto há 40 anos, já que foi há 40 anos que iniciou.----------

Terminou, desejando um bom dia a todos.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ASSEMBLEIA-GERAL DA VALORSUL – EMPRESA GERAL DE FOMENTO ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que houve uma assembleia-geral da Valorsul, em que um dos pontos era a exclusão da EGF – Empresa Geral de Fomento, como associada daquele sistema da recolha de resíduos.----------

Foi uma reunião difícil e complicada, e o que diz é que os municípios acionistas municipais defendem, pelos meios legais que têm ao seu dispor, evitar a privatização da Valorsul, e a EGF, numa estratégia que foi definida pela tutela, neste caso pelo Governo, tenta evoluir para essa mesma privatização o mais depressa que puder.----------

Têm-se feito iniciativas várias, uma delas foi justamente esta, a exclusão de acionista da EGF. Não pondo em causa as posições, tanto de uma parte, como doutra, que são legítimas, naturalmente, aquilo que quer referir é que a forma como os representantes da EGF se comportaram naquela assembleia-geral é absolutamente inaceitável. Só para dar conta, nestas reuniões de assembleia-geral normalmente os municípios são acompanhados pelo apoio e assessoria jurídica, e foi colocada uma situação no início da reunião, por um representante da EGF, que pertence a um escritório de advogados mas representa a EGF, dizendo que, efetivamente, havia na sala determinado tipo de pessoas que não era representante dos municípios e tinha que se ausentar. Foi isso que aconteceu, porque a EGF, como se sabe, é maioritária, e por isso, com grande mágoa, e pela primeira vez, não se lembra de uma situação destas desde o 25 de Abril até aos dias de hoje, todas as assessorias jurídicas dos municípios tiveram que se ausentar da sala, e foi uma situação muito constrangedora.----------

Entretanto, a exclusão da EGF efetivou-se, na medida em que, sobre este ponto, a mesma não podia votar, no entanto, depois votou no ponto seguinte, que era a constituição da futura mesa da assembleia geral.----------

Foram apresentadas duas propostas, uma que era uma proposta equitativa, de acordo com o acordo parassocial existente há muitos anos a esta parte, onde havia uma composição dos municípios e da própria EGF. Uma outra proposta foi apresentada pela EGF, em que a mesa era constituída única e exclusivamente por elementos da EGF. Foi essa que vingou, porque, como aqui, na câmara municipal,

6 são mais que 5, e neste momento tem-se uma mesa da assembleia-geral constituída unicamente pela EGF, mais uma visão antidemocrática sobre o que deve ser o relacionamento entre acionistas. ----------

Desta forma, pretendeu dar conta desta situação, e ir-se-á ver, no dia 16, em que vai haver mais uma reunião, o que é que desta reunião vai acontecer.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, cumprimentando os presentes e dizendo que os vereadores da CDU se solidarizam com o posição tomada pelos municípios em relação à Valorsul, bem como que, infelizmente, esse tipo de atitudes que o Sr. Presidente disse, e muito bem, que desde o 25 de Abril não se via tal situação, começa a ser bastante banal no país, a falta de respeito pela democracia é de facto um timbre e um carimbo de quem tem governado o país, o que lamentam profundamente. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CONTRIBUTO PARA A ANMP RELATIVAMENTE AO PROJETO DE DECRETO-LEI CRIADOR DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LISBOA E VALE DO TEJO ----------

O Sr. Presidente interveio, informando que os Srs. Vereadores têm nas suas pastas o parecer do município que se enviou à Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente ao projeto de decreto-lei que pretende criar o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

Fazem-se uma série de considerações, alerta-se para o que poderá acontecer se este projeto-lei passar efetivamente a lei, e, para não se perder mais tempo, os Srs. Vereadores vão ter ocasião de ler o contributo, onde, efetivamente, se relata aquilo que se pensa poder vir a ser uma situação complicada. ----------

Do ponto de vista do executivo municipal este projeto de decreto-lei vai ter incidência em agravamentos tarifários substanciais e relevantes para os municípios servidos pela EPAL e para clientes desta, naturalmente, que ao fim ao cabo são os utentes. ----------

Por isso pretendeu também dar esta nota do contributo da câmara municipal que se enviou à Associação Nacional de Municípios Portugueses.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ANIVERSÁRIO DO COMANDO METROPOLITANO DE LISBOA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo-se à satisfação da câmara municipal pelo aniversário do Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública ter acontecido em Vila Franca de Xira. Foi um momento muito interessante, onde houve oportunidade de trocar algumas impressões, e de efetivamente também dar a mostrar o equipamento cultural que é a Fábrica das Palavras. ----------

Pode dizer que julga que todos os que estiveram presentes ficaram agradados da forma como se soube receber, e também por toda a organização feita pela PSP, tendo sido um momento muito significativo, do seu ponto de vista. ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, saudando esta iniciativa que ontem aconteceu sobre a Polícia de Segurança Pública no concelho, que é uma forma de, efetivamente, levar o nome do município para além fronteiras, o que é sempre bastante importante. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CARTOON XIRA ----------

O Sr. Presidente interveio, relembrando que no dia 14, pelas 17h00, vai ser inaugurada mais uma edição do Cartoon Xira. Estão todos convidados e não devem faltar a esta iniciativa, que lhe parece tão importante, neste momento com um significado muito especial, tendo em vista o que aconteceu em França. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CORRIDA DAS LEZÍRIAS----------

O Sr. Presidente interveio, referindo-se à Corrida das Lezírias, dizendo que esta edição, que foi a vigésima, foi a que mais participação teve, e foi um grande sucesso desportivo de todos aqueles que costumam vir todos os anos a Vila Franca de Xira e gostam de correr. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que saúda naturalmente a Corrida das Lezírias, sendo uma forma de efetivamente levar o nome do município para além fronteiras, o que é sempre bastante importante. ----------

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que sua camarada, Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, já elogiou a Corrida das Lezírias, o próprio corrobora essa situação, e até manifesta a sua satisfação a dobrar pelo vencedor da corrida, pela segunda vez, ser um atleta do seu Sporting, o que o encheu de orgulho, mas não era sobre isso que gostaria de falar. ----------

Quando foi a distribuição dos prémios, começou-se com as crianças, e por acaso estava todo entusiasmado e a assistir à chegada, na meta, mas naturalmente que o palco era logo atrás das suas costas, e viu que estava o Sr. Vereador António Félix, e muito bem, assim como o Sr. Presidente da assembleia, João Quítalo. Sinceramente não reparou, mas logo nessa tarde alguns munícipes alertaram-no para uma coisa que acha estranha, e que pensa foi feita no bom sentido, mas não se deve repetir, que foi a distribuição, a atletas menores, de garrafas de vinho da Quinta de Subserra.----------

Pensa que até pode ser para os pais, avós e isso tudo, mas entregar garrafas de vinho a menores em público, só lembraria ao Diabo.----------

Pensa que isso foi feito sem qualquer intenção, e quando agora até se quer alterar a idade da venda de bebidas nos espaços públicos, ali não foi uma venda, mas foi uma entrega.----------

Portanto, espera que no futuro, na próxima corrida, isso não se verifique, e continua a dizer que a informação que lhe chegou também foi de fonte fidedigna, embora estivesse muito próximo e não se tivesse apercebido. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que nessa altura já não estava presente, tinha ido para outra iniciativa, de qualquer modo vai falar com o Sr. Vereador, porque se

foi como o Sr. Vereador Aurélio Marques diz, de facto tem que se corrigir essa questão, que foi feita com a melhor das boas vontades, mas não tem grande sentido. Poderia ter grande sentido para o pai, para o almoço daquele dia, mas para a criança não convém.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

INFORMAÇÕES SOBRE PONTOS DA ORDEM DO DIA----------

O Sr. Presidente interveio, referindo, no que diz respeito a esta reunião de câmara, e aos seus pontos, que realça uma proposta que vem à consideração da vereação, um apoio aos bombeiros voluntários de concelho, com a manutenção e atribuição de apoios, neste caso de 50 000,00€ para cada associação, no âmbito dos grupos de intervenção permanente, perfazendo um valor de cerca de 300 000,00€, a que se adiciona a proposta que se aprovou para distribuir equipamento, neste caso ambulâncias ou outro tipo de equipamento, no valor de 40 000,00€, que será distribuído a cada uma das associações que organizam o Dia Municipal do Bombeiro. ----------

Também está à consideração nesta reunião um protocolo com as termas de São Pedro do Sul, para beneficiar trabalhadores da câmara municipal e serviços municipalizados em condições bastante vantajosas. ----------

Para os jovens são apresentadas várias propostas, instituição de prémios municipais de mérito e excelência, para o segundo e terceiro ciclos, atribuição de estágios para alunos do ensino secundário e superior, o Programa de Ocupação de Jovens e a realização da segunda edição do concurso de bandas jovens, Riffest, para a divulgação de bandas de música do concelho e não só.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
SUBSTITUIÇÃO DE CONTENTORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ----------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de começar por falar relativamente aos contentores do lixo do concelho. Na opinião que têm estava na altura da câmara municipal fazer algum tipo de esforço para substituir os chamados contentores de resíduos sólidos urbanos, porque existem vários exemplos de situações onde estes contentores se encontram danificados há já algum tempo, e ainda há uma semana ou duas receberam um "e-mail" de um munícipe, na praceta Henrique Ferreira, na Quinta do Duque, que dizia que tinha avisado os serviços da câmara municipal da situação de grande danificação dos seus contentores, que desde 2013 a situação tem sido reportada, e até agora nada se tinha alterado. ----------
Portanto, entendem que, à semelhança de outros municípios que fizeram já a substituição destes contentores por outros, seria esta a altura propícia para a câmara municipal também fazer o mesmo.----------
O Sr. Presidente interveio, referindo que aquilo que pode dizer é que efetivamente há um plano de substituição dos contentores por ilhas ecológicas, mas é evidente que, se dissesse à Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso que neste mandato se vai fazer isso tudo, não é verdade, pois não há dinheiro para isso. Agora, há um plano, há uma estratégica, que passa justamente pela substituição dos contentores por ilhas ecológicas. ----------
Nesse sentido, tem-se vindo a reclamar, através do Sr. Vereador António Oliveira, que representa a câmara municipal no conselho de administração da Valorsul, aquilo que lhe é devido, que são valores que pertencem à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Assim, na próxima reunião vai-se reclamar que a autorização que finalmente veio do Sr. Ministro do Ambiente, que tinha que dar o seu parecer favorável para que esse valor, cerca de 800 000,00€, possa finalmente estar à disposição do município, seja utilizada justamente para este efeito, ou seja, a aquisição de viaturas de recolha e de ilhas ecológicas.----------
Quanto às ilhas ecológicas, existe um plano, que é do conhecimento dos Srs. Vereadores, mas que se poderá enviar, talvez para recordar, que as ilhas ecológicas não podem ser colocadas como eram no passado, um pouco ao sabor

das intenções locais. Tem que ser feito através de uma estratégia muito bem pensada, por causa dos movimentos e dos trajetos, para que essa matéria seja mais adequada e rápida.----------

Por isso, comunga da preocupação da Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso relativamente a esta questão.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SEMÁFOROS NA VARIANTE DE VIALONGA ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que há 15 dias e há 1 mês os membros da CDU falaram na questão dos semáforos, sendo que há 15 dias aprovou-se o início do concurso para a adjudicação deste serviço, e infelizmente, 15 dias depois, a situação, que já tem sido reportada pela CDU, nomeadamente a falta de semaforização na variante de Vialonga, continua a existir. Lamentam que assim seja, e pedem mais uma vez a urgência da resolução deste problema.----------

O Sr. Presidente interveio, lamentando que, de facto, ainda não se tenha conseguido resolver esta questão, e esperam que a breve trecho a câmara municipal o faça.----------

Depende de questões de procedimentos internos, nada mais que isso, mas naturalmente que já se devia ter feito, e vai-se tentar acelerar este procedimento interno.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

OBRAS NO NINHO DE EMPRESAS - VIALONGA ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de fazer uma pergunta porque, de facto, desconhecem se as obras do Ninho de Empresas, em Vialonga, com a sua readaptação para fazer de estabelecimento de ensino durante o próximo ano letivo, já começaram ou não. A ideia que têm é que ainda não começaram, e gostariam de ser esclarecidos.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que as obras começaram ontem, de modo que se vai de facto trabalhar rapidamente, de acordo com o que está concursado, para se ter aquele espaço pronto para alojar as crianças da escola em causa.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DA CÂMARA MUNICIPAL ÀS ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo, para terminar, que as associações do concelho, muitas vezes, e bem, recorrem ao autocarro da câmara municipal para desenvolverem as suas iniciativas. Infelizmente, os membros da CDU têm sabido de algumas situações em que, muito perto da hora em que o autocarro vai ser necessário, as associações recebem uma informação da câmara municipal dizendo que já não se encontra disponível. ----------

Sabem que o regulamento prevê este tipo de situação, mas também entendem que a câmara municipal deveria justificar este recuo na cedência do autocarro às respetivas associações e até mesmo resolver ou tentar resolver, junto com a associação, este problema.----------

Há situações onde são cobrados determinados valores fazendo conta com o autocarro da câmara municipal, depois, uma semana antes, a situação altera-se, e entendem que não é a melhor forma de trabalhar, até porque pode pôr em causa a própria viabilidade destas iniciativas.----------

Portanto, deixam o alerta, para que estas situações não decorram desta forma.------

O Sr. Presidente interveio, referindo que aquilo que há é provavelmente a necessidade de adquirir outro autocarro, porque há 2 autocarros, que estão sempre a ser muito solicitados, e muitas das vezes com avarias que são inesperadas. De facto faz-se um planeamento, criam-se expectativas às associações, no sentido de que o autocarro, naquele dia, esteja operacional, mas às vezes isso não acontece. É só por isso, não é por mais razão absolutamente nenhuma.----------

Como se resolve? Resolve-se, obviamente, adquirindo um novo autocarro, e ir-se-á ver se se consegue, sendo que mesmo com um novo autocarro continua-se a não ter capacidade para dar resposta a todas as solicitações, que são imensas, porque o movimento associativo, como se sabe, também desenvolve muita atividade. -------

Não há nada, e obviamente que a situação é desagradável, e compreende, mas a capacidade que se tem é esta, e só se consegue resolver com a aquisição de mais um autocarro.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM CONSTANTINO PALHA – VILA FRANCA DE XIRA ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes e aproveitando para saudar o regresso da Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus.------
Prosseguiu, dizendo que por diversas vezes a bancada da CDU tem levantado a questão da requalificação do Jardim Constantino Palha, em Vila Franca de Xira. A requalificação última é uma obra, mais coisa menos coisa, de 1 250 000,00€, e as situações mantêm-se, como os problemas de drenagem, mas neste caso agora já se tem sol, e não estão a acontecer, ou a questão das lajes junto do coreto, que já levantaram, que estão degradadas e não foram intervencionadas na altura.----------
O jardim é um cartão de visita para quem visita a cidade, e os espaços ajardinados deixaram de ter algumas flores que em tempos tiveram, embora lá estejam algumas. Depois, estão fartos de levantar uma situação, já tendo sito dito uma vez pelo Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira que as sementeiras que foram feitas, ou pelo terreno, ou por outro motivo qualquer, não foram as melhores, e estavam-se ainda a fazer algumas experiências. Não sabe se essas experiências continuam, mas os tubos de regra continuam lá, e aquilo que se vê é como realmente os jatos de água, que não funcionam.----------
Há também a questão da cafetaria, que em tempos levantaram, do porquê de estar fechada, e foi-lhes dita a questão do não pagamento de renda, porque não estava aberta. Ela abriu, agora continua fechada, e gostariam também de saber, com este tempo que está, se há alguma razão para a cafetaria não estar aberta.----
Sobre a requalificação, tem-se ainda aquela obra de arte, que na altura foi o projeto que foi, que é aquele barco, a "barça", como se diz, onde estavam as celebérrimas galinholas, a meio do jardim, acima do parque infantil. Não sabe se aquilo vai continuar, porque dá um aspeto horrível ao jardim. Inclusivamente, agora há oportunistas que passam, como na casa de banho, a levarem tudo o que é material, também a rede já foi cortada, e já há lá falta de rede.----------
Portanto, era importante que a câmara municipal olhasse com outros olhos para o Jardim Municipal Constantino Palha.----------
O Sr. Presidente interveio, referindo que há aqui uma série de matérias que já foram faladas numa outra ocasião, e o que diz, com franqueza, ao Sr. Vereador, é

que por ele tirava já a gaiola, não está lá a fazer nada. Se calhar é isso que se vai fazer, com prejuízo daquilo que a arquiteta, neste caso, venha a reclamar, que se desfigurou o projeto, pois pensa que neste momento o que está a desfigurar é a gaiola e não o projeto. Se calhar o melhor é tirar mesmo de lá a gaiola, que não está lá a fazer nada, até porque as espécies que lá se põem no inverno apanham tanto frio que não conseguem lá estar. ----------

Quanto às outras matérias, têm-se já identificadas, e ver-se-á se se conseguem resolver, pelo menos aquelas de que o Sr. Vereador falou.----------

Há outra matéria, essa sim, que preocupa também muito, que é a cafetaria, porque provavelmente vai-se ter que avançar com outro concurso para a concessão, para quem queira de facto ter uma atitude diferente, para que o estabelecimento, que é tão necessário, esteja aberto. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PASSEIO PEDONAL RIBEIRINHO ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que ontem, pelas 20h00, foi confrontado com o telefonema de um munícipe, que o informou que o passeio pedonal ribeirinho entre Vila Franca de Xira e Alhandra, pensa que a partir da Marinha, e não sabe se até Alhandra, mas pelo menos parte, estava sem iluminação. Não pode afirmar porque não viu, mas quem lhe telefonou é garantia de que isso, realmente, era verdade. ----------

Também a instalação sanitária continua fora de serviço, o bebedouro próximo não funciona e, depois, já em Alhandra, ao pé das piscinas do Alhandra, a seguir à ponte há já um buraco no piso, e seria de toda a conveniência ser reparado. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que se ficou com esta nota, para ver o que é que se passa. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que já antes da última reunião de câmara, derivado a haver muito material para o período antes da ordem do dia, não levantou uma questão, que tem a ver com o cemitério de Vila Franca de Xira. --

A fonte é fidedigna, e disse-lhe que uma munícipe, natural de Vila Franca de Xira, que estava, por motivos familiares, não podendo precisar, num lar em Belas, morreu, e a família quis trazê-la para Vila Franca de Xira. Acabou por não ir ver o regulamento, mas se diz o que diz deve-se pensar seriamente em alterá-lo, na opinião dos membros da CDU, porque, como já aconteceu uma vez, ou outra, as pessoas não foram enterradas em Vila Franca de Xira. Esta, por acaso, segundo lhe dizem, de fonte fidedigna, foi enterrada num coval ou numa campa particular. -------

Assim, gostariam de saber o que se passou concretamente, se é mesmo como lhe foi dito. Também promete que vai ver o regulamento, e se é assim, porque é que uma pessoa natural de Vila Franca de Xira, embora esteja fora há uns tempos, e a família a queira em Vila Franca de Xira, não há de vir para o cemitério, mas se calhar é capaz de haver razões para isso.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que se vai avaliar esta questão. No entanto, os regulamentos são muito precisos, e se se começam a abrir exceções não se consegue controlar este processo, e depois vem alguém dizer, "então, para aquele caso abriram uma exceção, porque é que não abrem neste".----------

De qualquer modo, não conhece, o Sr. Vereador Aurélio Marques também não conhece certamente este processo, e vai-se avaliar. Contudo, o que diz é que os serviços têm que se socorrer de regras e regulamentos, o que não quer dizer que o regulamento não possa ser revisto em algum aspeto, mas tem que se seguir, senão não se conseguem gerir convenientemente os equipamentos, neste caso o cemitério.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SAUDAÇÃO E LOUVOR AO ATENEU ARTÍSTICO VILAFRANQUENSE----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, para, em nome da CDU, deixar mais uma vez uma saudação e louvor ao Ateneu Artístico Vilafranquense e às suas equipas de dança "standard" e latinas, que no campeonato nacional, realizado nas Caldas da Rainha, no dia 22 de fevereiro, conquistaram 4 medalhas. Foram ao pódio por um primeiro lugar, Tomás Batista e Ekaterina Laktionova, depois um segundo, um terceiro e um terceiro. Assim, mais uma vez o Ateneu Artístico Vilafranquense está de parabéns por estas performances. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que os membros do PS também se congratulam com mais este êxito de uma associação do concelho, neste caso de danças de salão, crendo que foi o campeonato nacional. Depois, o Sr. Vereador António Félix também dará uma nota sobre êxitos desportivos.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PROPOSTA PARA AGENDAMENTO – CEMITÉRIO DE SÃO SEBASTIÃO – ANTIGO CEMITÉRIO DE ALVERCA----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, cumprimentando todos os presentes, referindo que os membros da CDU gostavam de apresentar uma proposta para agendamento em próxima oportunidade, que se prende com o cemitério de São Sebastião, conhecido como o antigo cemitério de Alverca, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

É um cemitério que já está desativado, supostamente está desativado, já deveriam ter sido exumados os corpos que ainda lá estão há muito tempo, e a verdade é que ainda não foram. Além de não terem sido exumados, é um cemitério que em termos de degradação está do pior que se pode conhecer. ----------

Vão fazer ao Sr. Presidente a entrega dessa proposta, acompanhada de algumas fotografias exemplificativas do mesmo, e passará a ler aquilo que exigem nesta proposta. Não vai ler a proposta em si, que é muito exaustiva, e os Srs. Vereadores terão oportunidade de ler quando vier a reunião de câmara, em próxima oportunidade. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o cemitério já está desativado, de qualquer modo vai-se agendar, naturalmente, a questão. Contudo, o principal problema que ali se tem não é tanto a questão das campas, essa é mais fácil, estando o cemitério já desativado pelo período que é necessário em termos de lei, cujo prazo estipulado é de 25 anos. O cemitério está desativado há muito mais do que isso, mas tem-se ali um problema sério, que é o dos jazigos. Esse é o grande problema, pois são propriedade privada, e retirá-los dali, mesmo com a concordância das famílias, custa uma fortuna. Para além disso, quando se começar a mexer nos jazigos nem sabe o que vai acontecer, e a situação não é nada simples tecnicamente.----------

Agora, o que pode acontecer, e isso já foi falado com os bombeiros, e também com a junta de freguesia, é que numa determinada zona central se possam isolar os jazigos e disponibilizar o resto do espaço do cemitério para usufruto dos bombeiros, porque em termos de saídas de emergência as coisas por vezes não são simples, porque eles saem, às vezes, por trás, junto à zona habitacional, as

ruas são muito estreitas, e uma saída contígua lateral era muito importante.----------
De qualquer modo, ir-se-á analisar o requerimento, para dar as respostas, e pode adiantar a informação que o próprio tem, e de algum modo também a informação que está disponível, de acordo com algumas abordagens sobre esta matéria.---------

Proposta Nº 12/2015

Cemitério de São Sebastião, "antigo cemitério" de Alverca

Com a vitória do Liberalismo marcou-se o início do Romantismo em Portugal, e é dessa época (1835) a primeira lei que obrigava à construção de cemitérios públicos, situados fora dos focos habitacionais e devidamente murados e consagrados. Prevê-se que a construção do cemitério de São Sebastião em Alverca tenha tido o seu início em 1835 tendo terminado por volta de 1838. Temos portante um cemitério com mais de 170 anos.

Contrariamente à primeira lei de criação dos cemitérios, que obrigada a que os mesmos fossem construídos fora das zonas habitacionais, com o desenvolvimento de Alverca o cemitério de São Sebastião passou a ter uma posição central na cidade, apesar de as últimas sepulturas terem sido feitas há mais de 30 anos, por volta de 1981, está integrado numa zona movimentada, ladeada por zona habitacional e comercial.

Passados estes anos, verificamos que o cemitério se encontra completamente ao abandono e quanto à exumação dos corpos nada mais foi feito, apesar de em 2008 a Junta de Freguesia ter afixado um edital para a sua desativação.

O cemitério de São Sebastião, encontra-se em fase bastante avançada de degradação o que não dignifica o local onde esta instalado, o coração da cidade de Alverca. Campas que passaram a ser simples buracos no chão; imagens sacras e pedras mármore completamente partidas. A situação choca quem por ali passa ou quem ainda ali vai visitar as campas de familiares e amigos falecidos.

Beneficiando de um certo grau de proteção, por parte da Câmara Municipal e por sua delegação a Junta de Freguesia de Alverca, estas são responsáveis por efetuar obras de manutenção e preservação do cemitério o que não acontece. No entanto seria importante que fossem-nos fornecidas informações sobre qual a posição do IGESPAR e da Paróquia em todo este processo.

Pelas informações disponibilizadas, o atraso de todo o processo está nas campas e jazigos que foram comprados ao município, uma vez que os familiares dos falecidos entendem não terem de custear a transladação dos corpos e dos jazigos, uma operação cara que a junta diz não poder resolver, por não ter competência para intervir em espaços que não são seus. Também com a crise económica que se atravessa pagar transladações não era uma prioridade, segundo a ex-presidente. Por estes motivos o problema do velho cemitério descativado há mais de 30 anos e em avançado estado de degradação continua por resolver, assim como a situação da Associação

Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alverca, a quem segundo sabemos este terreno foi prometido para que o atual quartel pudesse ser expandido e onde pudessem ser estacionadas as viaturas pesadas daquela corporação.

"Admitimos que cada sepultura encerra a história dos que já partiram, e dos que ficaram e continuam a honrar e acarinhar (ou a ignorar) a sua memória".

Pelo exposto, no sentido de evitar que este processo seja prorrogado indefinidamente no tempo, propõe-se:

i. A desativação definitiva deste cemitério;
ii. Procedimento de consulta às entidades envolvidas nesta área, muito particularmente à Paróquia e ao IGESPAR;
iii. Execução pelos serviços da Câmara Municipal de um levantamento integral das campas existentes, condições e seus proprietários/familiares, caso existam;
iv. Execução pelos serviços da Câmara Municipal de um levantamento da arte sacra ainda existente com potencial interesse museológico;
v. Elaboração de calendarização para a exumação dos corpos existentes e metodologia a usar para o efeito;
vi. Apresentação das conclusões no prazo máximo de três meses.

Anexo 1 – Fotos datadas do ano de 2015.

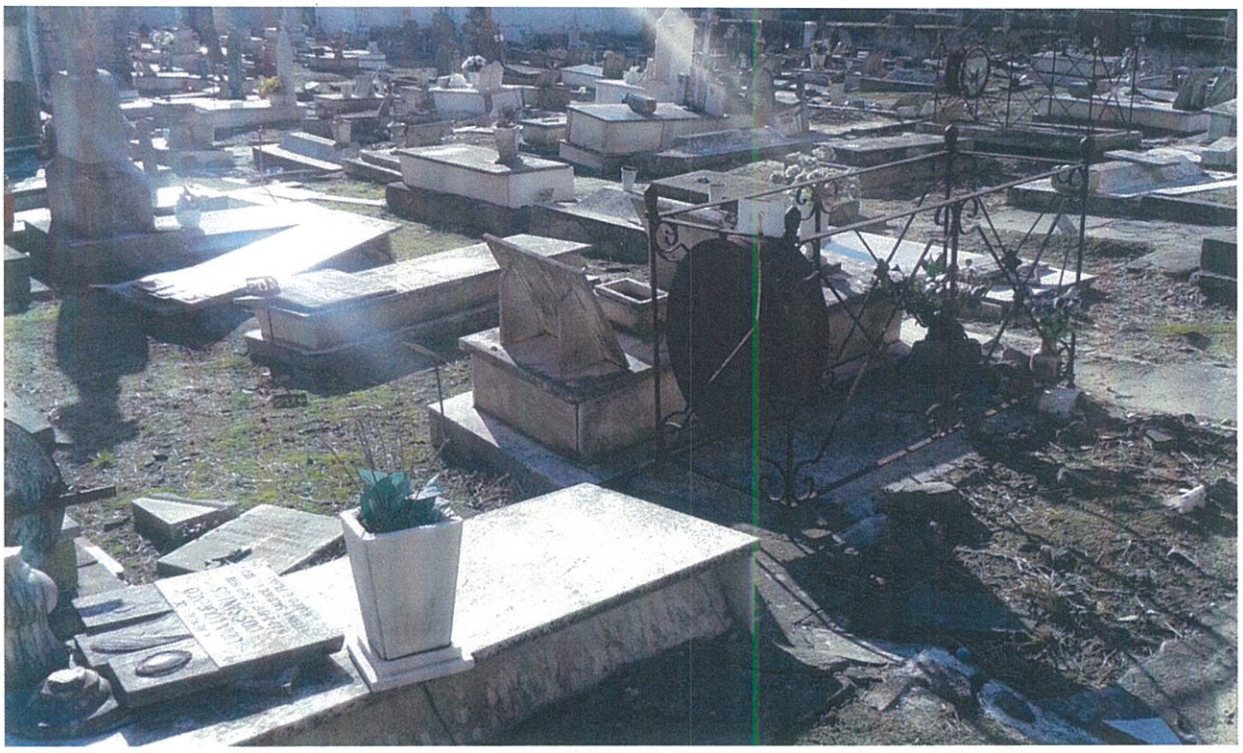
Vila Franca de Xira, 12 de Março de 2015

Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária "CDU"

Ana Lídia Cardoso | Aurélio Marques | Paulo Rodrigues | Rui Pereira

Ana Lídia Alves Cardoso

Anexo 1
Parte integrante da Proposta Nº 12/2015 apresentada em RCM de 12-03-2015
Cemitério de São Sebastião, "antigo cemitério" de Alverca



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

QUEIXA DE MUNÍCIPE SOBRE A PRACETA VÍTOR HUGO - PÓVOA DE SANTA IRIA -------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU foram recetores de um "e-mail", tal como o Sr. Presidente também foi, de um munícipe da Póvoa de Santa Iria, que se queixa desde 2013 de um ruído proveniente de um estabelecimento numa cave na praceta Vítor Hugo.----------

A verdade é que aquilo que refere este munícipe é que desde 2013 aguarda uma resposta da câmara municipal relativamente a esta questão. Essa resposta até agora ainda não foi dada, aparentemente, e gostavam de saber os motivos da resposta não ter sido dada ao munícipe, já se estando a caminho de 2 anos. Quais são esses motivos? Por que razão? Foi feita alguma vistoria ao estabelecimento em causa, no que diz respeito aos níveis de ruído? Quais foram as conclusões? O que pensa a câmara municipal fazer dentro daquilo que é o regulamento de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do concelho.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ALTERAÇÃO DAS MARCAS RODOVIÁRIAS NA ESTRADA NACIONAL 10 JUNTO ÀS BOMBAS DA PRIO – ENTRE O FORTE DA CASA E ALVERCA DO RIBATEJO----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU gostavam de colocar outra questão que já foi levantada no Conselho Municipal de Segurança, há cerca de um ano atrás, e o Sr. Vereador António Oliveira deve-se recordar, porque era quem estava a dirigir os trabalhos nesse conselho, que se prende com a necessidade de alteração das marcas rodoviárias na EN10, junto às bombas da Prio, que ficam entre o Forte da Casa e Alverca do Ribatejo.----------

Quem se desloca do Forte da Casa para Alverca, pela atual marcação do pavimento é permitido virar à esquerda nas bombas de gasolina, o que não deveria ser, pois causa constrangimentos muito graves à circulação no sentido contrário, além de que obriga os condutores a pisarem um "rail" que está marcado também no pavimento, junto à entrada das bombas da gasolina, e a verdade é que isso ficou para ser revisto pela câmara municipal, de acordo com o que o Sr. Vereador António Oliveira disse na altura. Os membros que estavam presentes no conselho municipal, nomeadamente a PSP, não levantaram objeções rigorosamente nenhumas, a PSP até corroborou dessa necessidade, e a verdade é que já lá vai mais de um ano e as marcações do pavimento continuam por executar. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que aquilo que pode dizer ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues é que o que está previsto é fazer pintura horizontal naquele troço, e depois, nessa altura, eliminar-se-á a viragem à esquerda. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

OBRAS EM EXECUÇAO NO MCDONALD'S – ALVERCA DO RIBATEJO----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU gostavam de colocar uma questão que se prende com as obras que estavam em execução junto ao McDonald's, em Alverca do Ribatejo, aquele novíssimo McDonald's que foi feito. ----------

Quando a obra do estabelecimento terminou ainda se continuaram a ver máquinas, que foram executando algumas terraplanagens na parte superior do terreno. Foram executadas terraplanagens, foram movimentadas terras, mas a verdade é que de um momento para o outro as máquinas desapareceram, já lá não estão há bastante tempo, as terras ficaram lá, a vedação de obra que estava a delimitar essa intervenção da EN10 encontra-se caída no chão, constituindo um risco acrescido para os condutores da EN10, e a obra ficou parada.----------

Gostavam de saber o que é que aconteceu, quem é o responsável pela não continuidade da intervenção que estava ali a ser realizada, e quem é o responsável pela vedação de obra que está caída no chão, constituindo risco para a circulação rodoviária. No fundo, o que é que se pretende fazer? Como é que se pretende avançar para o arranjo urbanístico daquela obra?----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, recordando que a aprovação dos membros da Coligação Novo Rumo às obras em Alverca e do McDonald's teve como premissa que fossem todas feitas, o que já disse variadíssimas vezes. As obras estão paradas, como aqui já foi dito, e o compromisso foi que ficavam todas executadas, todas as obras de infraestruturas. Essa foi uma das premissas que os levou a votar aquela infraestrutura que ali está, pelo que sugere que o promotor as execute, e caso contrário que a câmara municipal o obrigue a executar.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se vai, de facto, ver com o urbanizador, no sentido de ter que reiniciar as obras, para aquilo não ter o aspeto que tem, sendo esta uma resposta também ao Sr. Vereador Rui Rei. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CAIXA DE SANEAMENTO NA RUA 1º DE MAIO - BOM SUCESSO – ALVERCA DO RIBATEJO----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, cumprimentando todos os presentes, referindo-se muito rapidamente a duas questões somente. Uma questão prende-se com Alverca do Ribatejo, na zona do Bom Sucesso, e também em tempos já tinha sido um requerimento, para a selagem de uma caixa de saneamento na rua 1º de Maio. Aquilo de que os membros da CDU tomaram conhecimento é que realmente continua a não estar selada, inclusivamente a calçada ao redor da caixa também já está a ceder, e vê-se frequentemente a passagem de insetos, nomeadamente baratas, e até ratazanas começam a circular livremente pelo espaço público. ---------

Assim sendo, solicitam uma intervenção o mais breve possível por parte dos SMAS, de modo a evitar que a situação tenda a agravar-se ainda mais. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que esta é uma matéria que o Sr. Vereador António Oliveira vai ver. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SAUDAÇÃO À EQUIPA DE CORTA-MATO DA ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO -

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, apresentando, em nome dos membros da CDU, à câmara municipal, e obviamente a todos, uma saudação à equipa de corta-mato da Escola Secundária Gago Coutinho, que lerá muito rapidamente, conforme documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que esta saudação é importante, e a câmara municipal gostaria muito que o desporto escolar tivesse uma maior expressão. Aliás, diz mesmo que numa política desportiva o desporto escolar deveria ter uma atenção especial. ----------

Há países em que as federações são justamente federações desportivas do desporto escolar, e só a partir do escalão júnior é que há outro tipo de federações, o que quer dizer que o fomento desportivo, a iniciativa desportiva e a formação desportiva é muito feita onde, do seu ponto de vista, se calhar deveria ser. Isto não quer dizer que não possa ser interligada com as associações desportivas, porque os alunos estão na escola, os equipamentos, muitas vezes, estão nas escolas, nem em todas, nas escolas estão professores de educação física, que têm formação para o efeito, estando-se a falar de uma estratégia muito global, de política nacional, mas o desporto escolar ainda é uma espécie de parente pobre, apesar da evolução que teve no passado. ----------

De qualquer modo, é de enaltecer este feito dos alunos da escola. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando todos os presentes, dizendo que também no concelho, este passado fim de semana, a equipa de juvenis da Fundação CEBI foi campeã nacional de corta-mato, o que alegrou bastante, e é um fator de desenvolvimento do desporto e do brilhante trabalho que a Fundação CEBI tem feito em prol do atletismo. ----------

A câmara municipal também tem vindo a apoiar o desporto escolar, e este ano tem apoiado um pouco mais até. Nesse sentido, cedeu a piscina municipal para o apuramento nacional para o Campeonato Europeu de Desporto Escolar de Natação. Portanto, mais uma vez o município de Vila Franca de Xira associou-se a esta questão do desporto escolar, e cedeu a piscina para esse apuramento. ----------

---

Saudação

Equipa de corta-mato, da Escola Secundária Gago Coutinho

Os vereadores da CDU, na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, saúdam os atletas da equipa de juvenis de corta-mato, da Escola Secundária Gago Coutinho pelo primeiro lugar alcançado no campeonato nacional de desporto escolar em corta-mato.

Quando há milhares de estudantes e de jovens que a única oportunidade que têm de ter contacto com uma prática desportiva de forma sustentada e regular é através da disciplina de Educação Física e do desporto escolar, entendemos que é importante a sua valorização garantindo a existência de equipamentos e de polidesportivos em todas as escolas.

Infelizmente, muitas escolas do nosso Concelho, não têm ainda um ginásio que garanta o cumprimento do programa de Educação Física.

Vila Franca de Xira, 12 de Março de 2015
Os vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU)

Ana Lídia Cardoso	Aurélio Marques	Paulo Rodrigues	Rui Pereira

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PROTOCOLO COM A ORDEM DOS ADVOGADOS SOBRE A "LEGIONELLA" ----------

Interveio o Sr. Presidente, passando a palavra à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo ser um gosto em revê-la na reunião de câmara.----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, agradecendo ao Sr. Presidente e cumprimentando os presentes, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo pretendem colocar algumas questões rápidas, tendo a primeira a ver, exatamente, com o protocolo celebrado com a Ordem dos Advogados sobre a "legionella". --------

Gostariam de saber se efetivamente está a correr bem, e qual é o "feedback" dos munícipes quanto a esse protocolo. Por outro lado, há alguma dúvida, e pensam que cabe à câmara municipal esclarecer os munícipes sobre aquilo que está incluído no protocolo.----------

Por último, também quanto a este protocolo, na altura em que ele foi assinado faltava uma entidade assinar, que é o Conselho Distrital de Lisboa, e também gostariam de saber se o Sr. Presidente tem acompanhado essa situação, porque, obviamente, por razões naturais e intrínsecas a própria sabe que ainda não foi assinado. Assim, gostariam que efetivamente o Sr. Presidente acompanhasse esta situação de perto, porque falta uma entidade assinar o protocolo, que já está em vigor e a ser implementado. ----------

Também na altura em que se fez a assinatura do protocolo o Sr. Presidente referiu que se estaria a pensar numa ação judicial coletiva da própria câmara municipal. Ainda está a ser pensada? Chegou-se a alguma conclusão sobre esse assunto? Gostariam de ter uma resposta sobre esta situação. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que, de facto, quanto às pessoas que têm vindo ter com a câmara municipal, continuam-se a dar as explicações que são necessárias, através do Dr. Fernando Barreiros, e neste momento já são cento e muitas as pessoas que acorreram à Ordem dos Advogados para terem o apoio jurídico necessário.----------

Já certamente se aconselharam, para terem a estratégia jurídica mais adequada para os seus casos, e para isso foram, como a Srª Vereadora sabe, disponibilizadas bolsas de advogados, que estão também à disposição destas pessoas. ----------

Quanto ao Conselho Distrital de Lisboa ainda não ter assinado, não invalida que o

trabalho se desenvolva. De qualquer modo ir-se-á falar com o Sr. Presidente da delegação, e sabe-se que o conselho está de "alma e coração" neste processo, mas conviria que assinasse o protocolo.----------

No que respeita à câmara municipal avançar com uma ação, não está fora dos seus propósitos, para a reparação dos prejuízos que teve, não só de imagem, mas também financeiros.----------

Agora, não o fará enquanto o Ministério Público não terminar os seus trabalhos e publicamente referir a investigação e o relatório dessa mesma investigação, pois não vale a pena. Sobre esta matéria tem-se prudência, como a Srª Vereadora sabe, pela sua atividade, tendo que se ter sempre muita prudência sobre tudo isto. Tem feito reuniões com várias empresas do concelho, e sabe o que elas lhe dizem, pelo que sobre esta questão não é possível fazer juízos de valor a não ser retirar as ilações dos comunicados que saíram da Direção-Geral de Saúde, e essas são as pistas que se têm.----------

Agora, há uma entidade superior, que é o Ministério Público, que está a desenvolver esta investigação, e só se ponderará quando houver uma decisão e um relatório público. Essa matéria será naturalmente discutida em reunião, e nessa altura ponderar-se-á avançar com uma ação judicial, contra algo ou alguém, que tenha provocado aquele problema do surto da "legionella".----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

"BUNGALOWS" DO PARQUE DE CAMPISMO DE VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se ao parque de campismo de Vila Franca de Xira e aos "bungalows", dizendo que em 2013 os membros da Coligação Novo Rumo questionaram, em reunião de câmara, as condições em que se encontrava o parque de campismo. Efetivamente os "bungalows" lá existentes estavam fechados, por completa falta de condições e em estado de degradação. Entretanto, em 2014 a questão voltou a ser colocada, e a resposta dada pelo Sr. Vereador António Félix foi no sentido de que as obras de requalificação estavam a ser realizadas. ----------

O certo é que, parece-lhes, e gostariam de ter essa confirmação, de facto os "bungalows" não estão a ser utilizados, não percebem que intervenção foi feita, e parece-lhes também, e gostariam de ter essa informação, que não têm ligação à água, eletricidade e esgotos. Efetivamente isso preocupa-os, por um lado, porque foi um investimento que, no fundo, lhes parece que está parado, abandonado, até podem dizer que efetivamente está abandonado, e por outro, como o Sr. Presidente sabe, este tipo de turismo é muito procurado atualmente no país, e é uma pena que estes "bungalows" não estejam a ser promovidos e em condições para que essa promoção seja feita.----------

De todo o modo, verificam que na tabela de taxas e preços de 2015 os "bungalows" constam com um preço para a sua ocupação, pelo que, por um lado, acham estranho os "bungalows" não poderem ser utilizados, e por outro lado estão tabelados na tabela de taxas, e presumir-se-ia que poderiam ser utilizados. ----------

Desta forma, gostariam se ser esclarecidos. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que depois o Sr. Vereador António Félix falará, porque tem melhor informação que o próprio.----------

Interveio o Sr. Vereador António Félix, informando que no ano passado foram remodelados na totalidade os balneários do parque de campismo, onde foi gasta uma verba significativa, e está-se a avaliar toda aquela zona onde estão incluídos os "bungalows", que não é só a recuperação dos "bungalows", é toda a zona envolvente que terá de ser intervencionada para se poder fazer, vendo-se o custo financeiro que se vai ter que ter para os pôr a funcionar.----------

Concorda absolutamente com a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, pois é fundamental tê-los a funcionar.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À PRAÇA DE TOUROS – VILA FRANCA DE XIRA ----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo verificaram, quanto ao parque de estacionamento junto à praça de touros, que existe um "outdoor" instalado pela junta de freguesia, de grandes dimensões, para divulgação das iniciativas da junta. Não é isso que está em questão, o que está em questão é que, efetivamente, cerca de 2 semanas depois foram colocadas umas barreiras arquitetónicas, umas floreiras, mas não têm flores ainda, presumem que são umas floreiras em cimento, que retiram 6 lugares de estacionamento.----------

Não sabem qual é a função daqueles blocos ou canteiros de cimento que ali estão colocados, e se efetivamente são para colocar flores, mas questionam o porquê, pois sabem que o estacionamento em Vila Franca de Xira é complicado, e está-se a falar de uma zona onde as pessoas, regularmente, vão procurar estacionamento.---

O Sr. Presidente interveio, referindo que o estacionamento ali crê que é no Largo 5 de Outubro, e não viu a colocação das floreiras, mas ir-se-á falar com a junta de freguesia, no sentido de perceber. Está bonito, mas às vezes a estética não se compadece com a necessidade de estacionamento. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que António Dias Loureiro merece isto e mais, e está a falar a sério. ----------

O Sr. Presidente retomou a palavra, mencionando que não acredita que o Sr. Vereador não esteja a falar a sério.----------

Prosseguiu, referindo que se vai pois falar com a junta de freguesia, para perceber efetivamente o que é que pretende ali fazer, porque é um parque muito procurado, e não tem grande sentido estar a retirar estacionamento. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

REGULAMENTO DE PUBLICIDADE ----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo perguntam para quando é que o regulamento de publicidade vem a reunião de câmara, situação que têm perguntado, efetivamente, ao longo destes anos, e já no anterior mandato o fizeram.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que saiu legislação, mas depois a Srª Vereadora Fátima Antunes falará sobre isto, e proximamente virá o regulamento à câmara municipal. ----------

Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, mencionando que o regulamento de publicidade estava pronto no final do ano passado, cumpriu todas as fases que são necessárias para proceder a esta alteração, mas no início deste ano foi publicada uma nova legislação, como o Sr. Vereador sabe, e tiveram que ser feitas algumas modificações ao regulamento. Essas modificações já estão concluídas e em princípio virá na próxima reunião de câmara, se possível, ou proximamente, logo que haja possibilidade de ser agendado. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PRÉDIO DO MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que, relativamente ao prédio do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, e sem quererem entrar em pormenores muito específicos, a questão que os membros da Coligação Novo Rumo colocam é se, a partir da última carta que se elaborou, ficará assim ou não. -- Não estão sequer a tecer uma opinião, o que gostariam é que, efetivamente, para que a situação terminasse de uma vez, e sem agora dizerem de que lado terminava e como ia terminar, seria útil que neste momento, porque já existem ao longo do processo vários pareceres, fosse elaborado um parecer jurídico pelo advogado da câmara municipal, como é óbvio, que definisse a situação neste momento concreto, face a tudo o que se tem passado. Também, eventualmente, se está prevista mais alguma avaliação pelo LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, porque lhes parece que tudo o que a câmara municipal poderia fazer terminará eventualmente em breve, e é necessário que exista algo no processo de forma recente, que ao fim ao cabo transmita e consubstancie uma posição da câmara municipal. ----------

Volta a referir que não está em causa, nem estão a dizer para já qual é a opinião que têm, qual é que não é, e o que está em causa, o que pensam é que se tem, efetivamente, que ter esse parecer jurídico, e eventualmente mais alguma avaliação do LNEC. ----------

Por outro lado, também se falou há algum tempo que a Bolsimo iria instaurar alguma ação judicial contra a câmara municipal, e gostariam de saber se instaurou, qual, em caso positivo, é o pedido da Bolsimo, bem como que o Sr. Presidente depois lhes pudesse fazer chegar, se existe essa ação, a petição inicial da ação. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que, como os Srs. Vereadores sabem, este é um processo que todos têm acompanhado, e não quis responder às pessoas, de acordo com aquilo que foi estabelecido na última reunião com os moradores, que era justamente apresentarem propostas de eventual aquisição das frações. Entretanto, das 14 frações apareceram propostas de 10, e hoje mesmo apareceram de mais 2 frações, que pertencem à Bolsimo, só faltando duas, que não se sabe de quem são, quais são as moradas, ou seja, não se conseguem identificar. De qualquer forma,

este é um processo que se tem vindo a falar também com os representantes da administração do condomínio. ----------

Aquilo que pode dizer é o que está escrito no texto de resposta às várias pessoas que fizeram as propostas, ou seja, está-se disponível para encontrar soluções, mas no quadro daquilo que são as exigências e regras que se têm que cumprir. Há uma avaliação das frações, há um estudo de mercado, e é sobre isso que a câmara municipal se tem que reportar. ----------

Vai-se começar a fazer uma calendarização de reuniões com cada umas das pessoas que apresentaram propostas, no sentido de negociar de acordo com estes princípios, e ir-se-á ver o que vai dar.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

REGIME JURÍDICO DO ALOJAMENTO LOCAL----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo pretender colocar uma questão que pensa que é importante também para este concelho, um concelho à beira-rio, e todas as questões ligadas ao turismo têm muito interesse.----------

Entrou em vigor, em novembro do ano passado, o Regime Jurídico do Alojamento Local, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de colocar uma questão, ao Sr. Presidente ou à Srª Vereadora Fátima Antunes, se realmente a câmara municipal tem a plataforma eletrónica preparada para receber os pedidos de alojamento local, se tem tido algum controlo ou estado atenta a estas situações, pois as pessoas pensavam que arrendar uma casa por um mês seria um contrato de arrendamento, e agora poderá não o ser, bem como se, de facto, tem havido alguma adesão dos munícipes a este regime, que obviamente trará também receitas para a câmara municipal. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que se vai averiguar, porque confessa que não tem essa informação. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SEMÁFORO NA ALAMEDA CAPITÃES DE ABRIL – BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA ----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que há uns tempos falou que existia um problema na avenida General Humberto Delgado, no Bom Retiro, sobre o semáforo que está mesmo na esquina, na rua em que se vira para a escola Vasco Moniz, e na passadeira para a escola Reynaldo dos Santos. O Sr. Presidente disse que ia analisar a situação, e não sabe se entretanto já analisou.----

O certo é que, obviamente, não será perto, mas também não é longe, o semáforo da alameda Capitães de Abril para a avenida General Humberto Delgado durante pelo menos esta semana, se bem se lembra, e quem tem filhos a colocar nessas escolas percebe, está desligado, e ainda antes de ontem estava. ----------

O Sr. Presidente sabe que se tem ali um cruzamento em que se cruzam 4 vias, e não sabe descrever, mas os veículos estavam todos a decidir qual é que passava primeiro, estavam todos "ao molho" no meio da estrada, e àquela hora ninguém quer estar a perder tempo com estas situações. O que é facto é que o semáforo está sempre amarelo, a piscar, e não sabem o que se passa, porque pelo menos há uma semana está nessa situação. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o semáforo devia ser relocalizado, e foi uma matéria que antes deste interregno a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus já tinha colocado, considerando-se que, de facto, é um problema que deve ser tratado. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PALÁCIO DO SOBRALINHO – INESTÉTICA - RELATÓRIOS ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando os presentes, começando por retomar um tema que foi levantado pelos membros da Coligação Novo Rumo e pelo próprio, em particular, na última reunião de câmara no Sobralinho. Nessa reunião teve oportunidade de falar de vários temas do Sobralinho, entre eles da necessidade de existir uma estratégia para o Palácio do Sobralinho. Além de ter feito essa afirmação, perguntou também algo, e portanto deve ter cometido um pecado, e eventualmente um ato de ignorância, porque perguntou à câmara municipal, no uso das suas competências enquanto vereador, de quem também votou o orçamento municipal e, consequentemente, viabiliza um conjunto de atividades no concelho, incluindo as culturais, qual era a estratégica objetiva para o Palácio do Sobralinho, em que medida é que a companhia teatral presente no Palácio do Sobralinho o dinamizava, e se tinha o relatório que pudesse entregar. ----

Nos dias a seguir foi um "chorrilho" de afirmações, escritas, porque houve gente com responsabilidade que o fez, e não estão a falar de cidadãos ou pessoas que vivem no concelho, que às vezes não sabem propriamente como é que as coisas funcionam e legitimamente dizem, "olha, os tipos não sabem, ou não querem saber". Não é isso, estão a falar de pessoas ou entidades que recebem há muitos anos subsídios da câmara municipal, e que sabem que os subsídios têm que vir a reunião de câmara, com os respetivos relatórios, para os vereadores saberem se estão a ser bem ou mal atribuídos. Aquilo foi de facto um espetáculo, de um conjunto de afirmações no "Facebook" e por aí, mas isso "dá ao lado", porque às vezes as pessoas não medem bem as palavras, e "dá de borla" as coisas que escrevem. ----------

Entretanto passaram 15 dias, e receberam, nessas mesmas páginas do "Facebook", afirmações de que os relatórios foram todos entregues à câmara municipal a tempo e horas, "bem feitinhos" e com profissionalismo. ----------

Assim, pergunta à câmara municipal onde estão esses relatórios, porque entretanto passaram 15 dias e, formalmente, o Departamento de Educação e Cultura, na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, não fez chegar esses relatórios aos ignorantes da Coligação Novo Rumo, onde se incluiu, e onde

eventualmente é o principal ignorante, que não conhece esta atividade fantástica e extraordinária que é praticada no concelho. ----------

Portanto, como tem noção perfeita e clara das suas obrigações, solicita à câmara municipal que lhe faça chegar, ainda agora, de manhã, os relatórios do respetivo grupo, que este entregou na câmara municipal, de acordo com as regras que são estabelecidas para essa entrega. Já agora, os respetivos comprovativos de que entregou a tempo e horas. ----------

É só isso, para verem, porque, como é ignorante, gostava de ver. Também é crente, e neste caso é crente mas gostava de ver escrito, para ver se é mesmo assim, e como não assina o Público, pois é a câmara municipal que assina, que lho disponibiliza para o ler, e eventualmente estas coisas são o que são.----------

Portanto, gostaria de ver, porque se entronca com uma questão de uma proposta que os membros da Coligação Novo Rumo irão apresentar. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que sobre o Inestética falar-se-á, mas não agora, porque demora algum tempo, e não é porque não queira falar sobre a matéria, o executivo tem muito interesse em falar, e vai ser dado o relatório ao Sr. Vereador.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que nunca, em nenhum caso, falou no Inestética.----------

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador falou, na anterior reunião, dizendo quais são as atividades que o Inestética desenvolve. ----------

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que isso foi há 15 dias, agora pediu só se era possível fazer chegar o relatório.----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que se está a tratar disso, e depois, como este processo vai ser agendado, haverá muito gosto em falar. Sobre esta matéria, o que pode dizer é que aquilo que se faz é tentar, e não é pouco, dentro do quadro de apoio financeiro e logístico que se dá a todos os agentes associativos, nomeadamente na área cultural e aqui no teatro, que haja uma determinada equidade, e está-se sempre disponível, apesar de tudo, para analisar.

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo querem discutir no geral, não querem discutir nenhuma questão em particular, sendo que o particular adapta-se à regra geral.----------

O Sr. Presidente retomou a palavra, afirmando que com certeza é assim que tem que ser. ----------

Quanto a essas questões do "Facebook", felizmente não é frequentador, pelo que nem nunca fica alegre nem triste. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, no final da reunião, dizendo que se tinha comprometido, na reunião do Sobralinho, de entregar um relatório com as atividades do palácio. Pediu, depois da reunião havida com o Sr. Vereador Aurélio Marques e o Sr. Vereador Rui Rei, que se acrescentassem mais uns dados relativamente à atividade desenvolvida fora dali, mas também pelo Inestética, e tem hoje os relatórios que se comprometeu a entregar, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

POLÍTICA CULTURAL NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA E APOIOS ÀS ENTIDADES ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo vão solicitar a inclusão, na próxima reunião de câmara, de um ponto, concretamente o pedido de inclusão na ordem de trabalhos da próxima reunião de câmara de um ponto para discutir, de uma vez por todas, a política cultural no concelho de Vila Franca de Xira e os respetivos apoios às entidades. ----------

Portanto, pensam que a cultura é de todos, não é de ninguém em particular, é de todos para todos, e a cultura é a identidade que se tem, não é um custo, é um investimento, sendo este um lugar-comum, o que toda a gente diz.----------

Querem discutir esta política cultural, esta política de apoios, porque também contribuem para ela, e querem que seja verdadeiramente transparente, verdadeiramente correta para todos e que todos se sintam representados. ----------

Portanto, entregarão uma proposta para que seja discutida, até porque nada melhor do que se estar em março, mês do teatro, e do sável, pois pode-se ver teatro a comer sável, com certeza, e a ver, pela janela do Palácio do Sobralinho, o Tejo, que é um magnífico enquadramento teatral. Querem verdadeiramente discuti-la, dessa parte não abdicam nem um milímetro. ----------

Antigamente existiam as pessoas de sangue azul, que achavam que tinham mais direitos que os outros, porque tinham nascido num determinado berço e tinham eventualmente mais direitos, tinham que receber mais tudo, e hoje em dia, pelos vistos, há um conjunto de pessoas que, porque leram mais 2 ou 3 "Shakespeare" ou eventualmente mais 3 ou 4 "Alves Redol", acham que ninguém tem a oportunidade de questionar o que quer que seja. Contudo, para o seu lado vieram bater no número da porta errada, porque disseram exatamente aquilo que não deveriam ter dito, já que têm a obrigação de questionar, perguntar e fiscalizar. É isso que querem, nada tem a ver com a qualidade que muitos dos grupos do concelho colocam no exercício da sua atividade, e não é isso que está em causa. ---

Genericamente, as instituições do concelho são extraordinárias, os dirigentes são fantásticos, e as pessoas que com elas colaboram são de uma entrega fundamental.----------

Portanto, é isto que os membros da Coligação do Novo Rumo gostariam de colocar, e deve-se acreditar que o próprio teve que se conter muito durante estes dias, e hoje teve que dizer estas coisas. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que então os Srs. Vereadores vão apresentar o ponto.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

COBRANÇA NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO AO ATENEU ARTÍSTICO VILAFRANQUENSE – VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando ao Sr. Presidente, para procurar andar com mais rapidez, se sabe que esta semana o próprio foi a uma reunião, a pedido do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, na sequência de uma decisão estratégica e importante, mais uma vez para todos, e ao serviço de todos, que é a cultura e a tauromaquia, e aquilo que é verdadeiramente também uma parte da identidade do concelho, que é a tauromaquia. ----------

Chegou a Vila Franca de Xira, temporariamente no seu carro, e chegou a um parque de estacionamento, que estava vazio, e o que disse foi: "Bem, a junta de freguesia entretanto mudou, era governada pelo Partido Socialista, hoje é pelo Partido Comunista, e como o Partido Comunista sempre foi contra a tarifação de tudo o que era estacionamentos e está contra a que se coloquem parquímetros em todo lado, inclusivamente esteve contra que o parque de estacionamento ao pé do Ateneu Artístico Vilafranquense fosse tarifado, o parque agora deve ser de borla. Agora devo estacionar, e está de borla, e como são pessoas simpáticas, até colocaram aqui um senhor, que é para nos ajudar a estacionar, e quando eu sair do carro ele diz, bom dia, muito obrigado, volte sempre, estou aqui a cumprir um serviço público, mas é só para ajudar a estacionar o carro, não vou cobrar nada".---

Não foi assim, quando saiu do carro dirigiu-se ao senhor, e este, e bem, passou-lhe um bilhete com a hora. Chegou eram 09h45, não sabe a que horas saiu, não está lá escrito, e não se recorda, mas pagou 1,10€. O seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, estava consigo, viu-o pagar, pelo que pagou e tem o papel. ---------

Aquilo que quer dizer é que não é que ache mal, a questão não é pagar o parque de estacionamento, porque é um ato importante de racionalização, a questão está no "bem prega Frei Tomás". O Partido Comunista vem variadíssimas vezes a reunião dizer "oh pá, isto tem que ser tudo de borla, não se cobra nada, em Alverca vamos fazer 3 parques de estacionamento, em Vila Franca de Xira, tarifar não pode ser, antigamente estava tudo errado", mas agora chegou lá, governa 4 juntas do concelho, já não é oposição, é poder, governa 4 juntas do concelho e continua a cobrar isto à "malta". "Então os senhores continuam a governar e ainda

não baixaram?" ----------

Prosseguiu, referindo ao Sr. Presidente que esteve muito caladinho este tempo todo, não interrompeu ninguém, e agora não o deixam falar.----------

O Sr. Presidente interveio, pedindo aos Srs. Vereadores da CDU que se contenham e deixem o Sr. Vereador Rui Rei terminar. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo ao Sr. Presidente que hoje é dia 12 de março, ontem foi 11 de março, foi o Dia da Liberdade, estes senhores não o deixam falar, e se calhar ainda tem que fazer qualquer coisa do PREC - Processo Revolucionário em Curso. Ainda tem que nacionalizar alguma coisa, chegar à junta de freguesia e dizer "olhem, os senhores não ganharam eleições, isto agora é meu". ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que com tudo isto o tempo rola, e o Sr. Vereador Rui Rei estava a finalizar a sua intervenção.----------

O Sr. Vereador Rui Rei continuou, referindo que é a arrogância cultural, enquanto está a falar, está a trabalhar, e os outros, quando estão, estão a brincar. Isto custa, mas é verdade, sendo que quando se afirma um conjunto de coisas, e quando se chega aos sítios e se tem a oportunidade de governar, deve-se fazer.----------

Desta forma, lança um desafio ao Partido Comunista. Primeiro, acabar com o cobrar dos seus parques de estacionamento da junta de freguesia. Segundo, baixar as taxas e tarifas da junta de freguesia em pelo menos 30 ou 40%, porque dinheiro não é problema. Em terceiro, até porque o próprio introduziu a questão para chegar ao outro lado, os membros da Coligação Novo Rumo pedem o agendamento dos parques infantis no concelho.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que é uma matéria que só diz respeito à junta de freguesia, é uma estratégia da junta de freguesia, e não se tem nada que opinar.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se fez a descentralização de competências, pelo que se tem que opinar e atuar. ----------

O Sr. Presidente retomou a palavra, mencionando que está a falar dos parques de estacionamento, e é uma matéria que a própria junta de freguesia decidirá como entende. Não há nenhum bloco seja do que for, e o Partido Socialista fará bloco ou parceria com todas as forças políticas que conduzam a soluções adequadas para a

melhoria das condições de vida das pessoas. É isso que move os seus membros, não têm blocos especiais, nem com uns, nem com outros. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
SITUAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS DO CONCELHO – AGENDAMENTO E RETIRADA DO PONTO----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo pediram o agendamento dos parques infantis no concelho, esteve agendado, e foi retirado, e não quer acreditar que o bloco central do Partido Comunista e do Partido Socialista, aqui no concelho, esteja com problemas, porque efetivamente quem começou a política de cortes no concelho foi o Partido Comunista, assim que chega às juntas de freguesia encerra os parques infantis às crianças. ----------

Esta é que é a verdade, não se preocupou em dizer, "vamos lá resolver isto, porque há parques infantis que não estão em condições", chegou e fechou os parques infantis, não deu oportunidade às crianças de poderem ter espaços onde pudessem brincar. Esta é a questão, que é clara, e deve haver para aí mais "Vítores Gaspares" nas outras 4 juntas de freguesia. Deve haver vários "Vítores Gaspares", e a verdade é que, quando se está na oposição às vezes dizem-se umas coisas, e quando se chega ao poder é difícil, porque o vil metal manda e os senhores não têm onde o ir buscar, esse é que é o problema. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que não foi agendado porque a Coligação Novo Rumo incluiu o pedido de outros dados, que se estão a compilar, no que diz respeito aos próprios parques infantis geridos pela câmara municipal. Portanto, julga que na próxima reunião de câmara já haverá condições de o fazer. É só por esse motivo, não é por outro.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CAMPO DO HORTINHA - ALHANDRA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo receberam um "e-mail" de um munícipe de Alhandra, a propósito de um "infoe-mail" que enviaram sobre o Juventude da Castanheira, que diz o seguinte: --- "Tudo muito bem, tudo muito bonito, e o Campo do Hortinha, nas condições em que está, não merece a vossa atenção? Não há cão nem gato aí no concelho que não tenha um campo em condições para praticar futebol, só o Alhandra Sporting Club é que continua a usar o velho Campo do Hortinha. O historial do clube merecia mais atenção da vossa parte. Quando, nos anos 60, eu tive a honra de representar esse clube, que nessa altura era o mais representativo do concelho, já o Campo do Hortinha não tinha grandes condições. Vá lá, com boa vontade tudo se consegue, as gentes de Alhandra merecem que os seus jovens possam praticar futebol num campo igual aos outros da região. Sem outro assunto". ----------

Portanto, o que diz ao Sr. Presidente é que se veja se se resolve isto, mas não precisa de ser com nenhum compromisso que não seja um compromisso de todos. Pode ser de todos, pois estão disponíveis para o fazer.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CAFETARIA DA PRAIA DOS PESCADORES – PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, relembrando que a Srª Vereadora Fátima Antunes ficou de informar algo sobre a cedência da cafetaria da Praia dos Pescadores, na Póvoa de Santa Iria, e que até hoje os membros da Coligação Novo Rumo não receberam nada sobre esta matéria.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que depois se responderá.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE O BAIRRO DE POVOS – VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que é preciso olhar para o Bairro de Povos, que, além de pertencer ao concelho, pertence à cidade de Vila Franca de Xira. Portanto, não é aceitável que continue a ter uma parte dos seus acessos em terra batida, que continue a ter zonas públicas por arranjar, que continue a ter ausência de passeios e a ter problemas sérios de estacionamento.----------

Não é aceitável que a polícia não faça a sua passagem naquele bairro e a fiscalização, como faz noutras zonas do concelho, e não é aceitável que não exista sistema de regra, de limpeza e jardins em condições. Não é aceitável.----------

Portanto, solicita à câmara municipal que possa fazer chegar aos membros da Coligação Novo Rumo um ponto de situação sobre este bairro, e a sua intenção de resolver algum dos problemas que afetam estes moradores, que também são moradores do concelho e da cidade.----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que está de acordo, de facto tem que se ter um outro olhar para aquele território.----------

Aquilo que quer dizer é que se tiveram territórios igualmente difíceis no passado, e identifica dois, o bairro da Icesa e o de Arcena, que se conseguiram tornar bons bairros, com qualidade de vida para quem lá vive, e tem que se fazer o mesmo para Povos. Agora, não se faz com medidas aleatórias, faz-se com um plano, como foi feito nos outros dois casos, e por isso vai-se então trabalhar num plano, que tem de ser feito por quem sabe. Pode ser feito internamente, mas tem que ser bem trabalhado.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que escreveu 5 folhas sobre as questões colocadas e, como tal, é provável que não se consiga responder a tudo, na medida em que o período antes da ordem do dia, conforme o sino o está a recordar, já terminou. ----------

De qualquer forma, vai, em algum tempo extra, tentar falar sobre algumas matérias, e necessariamente que ficam prejudicadas as respostas, porque vão ser muito rápidas, o que não quer dizer que, se se for ágil na discussão da ordem do dia, o que diz quase em todas as reuniões, naturalmente que há condições de melhorar a resposta.----------

De qualquer modo, o Sr. Vereador Aurélio Marques fez-lhe um sinal para intervir, e pensa que deverá ser uma coisa muito ligeira. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que vai aguardar pelas respostas do Sr. Presidente. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

QUESTÕES RELATIVAS À ORDEM DO DIA ----------

O Sr. Presidente interveio, informando quais são os pontos que tanto uma bancada como outra querem intervir. ----------

Assim, há pedidos de intervenção nos pontos 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 38, 43, 45, 47, 48, 51 e o 52, e se calhar era mais fácil dizer aqueles em que não queriam intervir.----------

Portanto, quer dizer que todos os outros pontos que não enumerou estão aprovados por unanimidade.----------

Assunto: ATAS NºS 1/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/01/14, 2/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA E PRIVADA DE 2015/01/26, E 3/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/01/28----------

Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2015/01/14, a ata da reunião de câmara extraordinária e privada de 2015/01/26, e a ata da reunião de câmara de 2015/01/28, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que é só para dizer que se abstém na ata nº 1, de 2015/01/14, porque não esteve presente.----------

Deliberado, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Aurélio Marques, aprovar a ata nº 1/2015, da reunião de câmara de 2015/01/14.----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar as atas nºs 2/2015, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2015/01/26, e 3/2015, da reunião de câmara de 2015/01/28.----------

1. Assunto: SUPPLY CHAIN MEETING 2015 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 61/15, de 04/03, do GAI, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Talkmedia – Edição de Publicações, Lda, para a realização do Supply Chain Meeting 2015, no pavilhão multiusos do Cevadeiro. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 61/15, de 04/03, do GAI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo perguntam, sobre esta matéria, de acordo com o que vem no relatório, se este ano se continua a prever que os restantes eventos, para além da utilização do pavilhão do Cevadeiro, serão realizados no concelho e nas entidades, quer na restauração, quer na hotelaria. Continua-se a prever que seja essencialmente em Vila Franca de Xira que venham a ser realizadas essas iniciativas? ----------
Respondeu o Sr. Presidente que sim, a câmara municipal tem vindo a insistir nestas situações, e uma das condições é a de que a economia local tem que tirar partido destas iniciativas, como é evidente, na medida em que a câmara municipal está a colaborar, e também a investir muito, e não teria sentido que assim não fosse. Portanto, são essas as informações que se prestam sempre, inclusivamente divulgam-se quais são, em termos de hotelaria e restauração, e dão-se as indicações, para que as pessoas possam usufruir destes serviços. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: SUBSÍDIO ANUAL AOS GIP – GRUPOS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 18/15, de 03/03, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação do subsídio anual a atribuir aos GIP – Grupos de Intervenção Permanente das associações de bombeiros do concelho, no âmbito dos protocolos e transferências financeiras, de acordo com os valores pagos no ano anterior, de 50 396,30€ por associação, o que totaliza, para as 6 associações, 302 377,80€.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 18/15, de 03/03, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que os membros da CDU se congratulam por mais um ano a câmara municipal conseguir apoiar os bombeiros, nomeadamente os grupos de intervenção permanente.----------
Já agora, gostariam de referir que há 15 dias não tinham qualquer tipo de indecisão no que diz respeito ao voto, aquilo que quiseram foi, de facto, perceber o valor que ali se falava, porque desconheciam, e porque também são ignorantes e não têm problema nenhum em perguntar aquilo que não sabem. Pretendem, pois, deixar isto bem claro.----------
Depois, gostaria de fazer uma pequena pergunta em relação ao subsídio. O Sr. Presidente sabe quais são as pessoas? Qual o número de membros subsidiados com este valor? Está-se a falar em mais ou menos 4 000,00€ por mês, não sabe se são 4 ou 5 pessoas, e gostaria de saber quantos trabalhadores ou quantos

bombeiros são pagos ao abrigo deste subsídio anual.----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, respondendo que a câmara municipal, já há uns anos, atribui este subsídio a 5 elementos por corporação, ou seja, 30 no seu total.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que, da mesma forma que teve oportunidade de dizer há uns dias, ignorância não é perguntar, quando se pergunta porque não se sabe, do seu ponto de vista é sempre um sinal de inteligência, e aliás é o que diz ao seu filho. Quando não sabemos, perguntamos sempre. Ignorante é aquele que diz que sabe e não percebe nada do que está a dizer, ou nem quer perceber e nem pede ajuda. Esse sim é, eventualmente, ignorante, ou outra coisa pior.----------

Em relação ao assunto, o que os membros da Coligação Novo Rumo querem dizer é que efetivamente é um apoio que vale a pena dar, porque tem um objetivo essencial, que é, por um lado, dotar as corporações de bombeiros de meios humanos para cumprir a sua missão, e, por outro, cumprir a missão do município, que é a de garantir a segurança e responsabilidade na proteção civil, e no trabalho que os bombeiros têm no conjunto de todas estas atividades de segurança, que se entroncam depois no trabalho da proteção civil no concelho. ----------

Portanto, estes 5 elementos por corporação formam um corpo, ou deveriam formar um corpo no concelho, preparado e motivado para estar ao serviço da população, e ao serviço de algumas áreas que têm fatores característicos de, no futuro, eventualmente, terem alguns problemas, que carecem de ter meios humanos e técnicos preparados para agir na defesa da população.----------

Estão de acordo, e estão de acordo em continuar a aprofundar o que se quer efetivamente dos bombeiros, que tipos de apoios estão disponíveis para dar no futuro aos bombeiros, de que forma se têm que dar e em que circunstâncias se têm que dar.----------

Os problemas não são todos iguais, as corporações não estão todas situadas nos mesmos lugares, e as corporações não têm todas as mesmas capacidades de atuação, tendo o município uma obrigação, e vai ter uma obrigação ainda superior no futuro, a do financiamento e na decisão do que quer dos seus bombeiros, e do que quer do serviço que estes prestam à população. Portanto, dever-se-á

efetivamente, mais tarde ou mais cedo, discutir essa matéria, e estar-se preparado para dotar os bombeiros de meios técnicos e humanos, e de capacidade de atuarem verdadeiramente ao serviço das pessoas. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que naturalmente está de acordo com as duas intervenções que, no fundo, expressam e enaltecem o trabalho dos bombeiros do concelho. Agora, é verdade que há momentos em que se tem que avaliar e refletir sobre as questões. Cada caso é um caso, até pelo número de população que os bombeiros têm à sua guarda, e provavelmente, mais tarde ou mais cedo ter-se-ão que encontrar outras soluções, se calhar, diferenciadas. ----------

Não é um trabalho fácil, não é consensual, mas provavelmente ter-se-á, no futuro, que refletir sobre estas matérias. Se fosse fácil, às vezes não tinha grande "piada", sendo que, provavelmente, vai-se ter que fazer esta análise. O mais simples era ser tudo igual, mas o ser tudo igual também é capaz de ser injusto, tendo em vista a complexidade e amplitude de intervenção de umas associações relativamente a outras. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl.ª Ata 059
Reunião de 2015/03/12
Procº _____
Deliberação nº 117

1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A TERMALISTUR – TERMAS DE S. PEDRO DO SUL E.M., SA – PROGRAMAS DE SAÚDE EM BENEFÍCIO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL E SMAS----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 68/15, de 24/02, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a Termalistur – termas de S. Pedro do Sul E.M., SA, no âmbito dos programas de saúde em benefício dos trabalhadores da câmara municipal e SMAS.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 68/15, de 24/02, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

Assunto: ACORDO PARA AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE ESPAÇO – LOTEAMENTO DO CAIS DA PÓVOA ----------

Presente para aprovação a minuta do acordo de autorização de ocupação temporária de espaço, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, a celebrar com o Funsita – Fundo Especial de Investimento Imobiliário, para a utilização temporária, por parte do município, para estacionamento público, de parte do terreno integrado no loteamento do Cais da Póvoa, na Póvoa de Santa Iria. ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que neste ponto e caso em concreto é mesmo motivo para se dizer: "Finalmente conseguimos, e finalmente as coisas andaram". Não foi fácil, os membros da CDU levantaram a situação desde o início do mandato já por diversas vezes, pelo menos em 5 reuniões de câmara, e em todas iam recebendo informações, umas vezes um pouco até contraditórias, verdade seja dita. Umas vezes iam-se colocar resíduos de fresagem, outras estava-se à espera de autorização, outra vez receberam a resposta que já havia autorização, e só quando houvesse oportunidade é que eram colocados, portanto, andou-se um bocado para trás e para a frente nesta matéria, mas finalmente está em cima da mesa, e está presente o protocolo para aprovação. ----------

No entanto, gostavam, se o Sr. Presidente permitir, de lhe colocar algumas questões, até para âmbito futuro.----------

Primeiro, na cláusula primeira, mais precisamente nos pontos 6 e 8, já têm algumas informações escritas que poderão, apesar de a terminologia falar em "eventuais" e "possíveis", servir de mote para o que vai ser construído ou intervencionado no local, para dotar efetivamente aquele terreno de estacionamento público de serventia, sobretudo à estação de caminhos de ferro da Póvoa de Santa Iria.----------

Gostavam também de saber se eventualmente esta câmara municipal já jogou em antecipação, e já solicitou, em tempo útil, visto que este assunto tem bem mais de um ano, a execução aos serviços de um plano de intervenção neste local. Acreditam que sim, que o Sr. Presidente tenha jogado em antecipação e já tenha solicitado há muito tempo esse plano de intervenção. Como tal, gostavam de saber o que é pretendido fazer especificamente no local, e para quando a apresentação

desse projeto na câmara municipal.----------
Gostavam ainda de perguntar, porque suscitou-lhes algumas dúvidas, e pode ser também uma falha que têm, sobre o ponto 11, em que é referido que o Funsita, neste caso, compromete-se a promover a demolição das construções degradadas existentes no imóvel, nomeadamente a fachada do antigo quartel dos bombeiros voluntários e um pequeno armazém devoluto aí localizado.----------
A dúvida prende-se com a fachada do quartel dos bombeiros, porque, falando um pouco até de memória, daquilo que se recordam o projeto que foi aprovado em tempos, o famoso Póvoa Gare, e não têm indicação que tenha sido revogado, previa que a fachada dos bombeiros fosse parte integrante da arquitetura com que o terminal rodoferroviário fosse ficar.----------
Havendo a demolição desta fachada significa que o projeto vai ter ali um corte, ou vai ser amputado de uma parte, e gostavam de saber em concreto se o projeto ainda está em vigor, se está válido, se não está, se essa aprovação já caiu por terra ou não, e, se não caiu por terra, quais são as implicações que a demolição da fachada do antigo quartel dos bombeiros vai ter na execução desse projeto. ----------
Gostavam também de saber se a leitura que fazem da cláusula segunda está correta, porque a redação deixa isso implícito, no entender que têm, quando se fala de acesso a terceiros, nomeadamente ao estacionamento rodoviário de acesso público e utilização coletiva, se é intenção da câmara municipal que o acesso seja feito de forma gratuita, se o estacionamento vai ser ou não gratuito, e se a câmara municipal pretende que seja pago. No entender que têm o que está escrito na cláusula segunda deixa implícito que o estacionamento vai ser gratuito, e gostavam que o Sr. Presidente confirmasse, ou pelo menos os ajudasse, se a leitura está correta ou não.----------
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo estão completamente de acordo que o espaço seja temporariamente colocado ao serviço das pessoas, com outras condições. No fundo é estar-lhe a dar um uso enquadrado num protocolo, pois as pessoas já o usam há muitos anos a esta parte, com uma grande vantagem, que é eventualmente a câmara municipal intervir de forma mais temporária e definitiva naquele parque de estacionamento, que serve de apoio a quem usa os transportes públicos, neste caso o caminho de

ferro, e vai criar uma condição, um espaço que seja diferente e tenha outras condições para quem lá estaciona o automóvel.----------

Nisso estão absolutamente de acordo, porque ao longo de anos e anos se foi falando sistematicamente disto. A dúvida que têm não é com a questão do estacionamento, que é tida por todos como uma questão necessária e objetiva. A dúvida é porque o protocolo também diz, e logo ao início, que a câmara municipal reconhece que o projeto que está para lá aprovado é aquele, sendo que já perguntaram algumas vezes em reunião se a câmara municipal quer continuar a validar aquele projeto. Aquele projeto faz sentido face ao que se quer da zona ribeirinha? Já agora, quando é que aquele investidor planeia investir no território? --

Aquilo que se está a decidir não é só o parque de estacionamento, com ele estão de acordo, o parque de estacionamento é em terreno privado, mas, se quiser o parque de estacionamento, a entidade pública tem sempre condições de o ter. Vive-se num estado de direito, mas existem regras, e se a entidade pública quiser aquele espaço para serviço público, pode tê-lo.----------

A sua questão é outra: A câmara municipal avaliou se quer continuar a manter um pendente sobre o território quando não há uma informação que diga quando é que aquele fundo imobiliário vai investir naquele projeto? É aquele projeto que vai servir os interesses da população do concelho, e em particular daquela população ali? O projeto não vai ser bem aquele, até porque vem dito que toda aquela zona, e já foi dito pelo vereador, vai ser demolida, e que era uma zona onde teria um anfiteatro, e não era um anfiteatro, até esteve previsto, se não está enganado, que tinha mais 200 ou 300 lugares naquela zona e naquele canto. Portanto, o que é que vai acontecer àquele projeto?----------

Estando os membros da Coligação Novo Rumo de acordo que a intervenção já ontem era tarde, ao votar isto está-se a dizer ao fundo imobiliário que os direitos dele sobre aquele território estão perfeitamente salvaguardados e não se vão tocar, quando se poderia, e era isso que a câmara municipal deveria ter avaliado, ver o que é que se quer para aquele território. É aquele projeto? É outro projeto? O que é que o fundo imobiliário se compromete a fazer? ----------

O fundo imobiliário, na prática, o que está a dizer é que se compromete a deixar entrar, mas há coisas que a câmara municipal, do seu ponto de vista, não tem

usado. A legislação é clara no dever que qualquer proprietário tem em manter o seu património, e se não o mantiver a câmara municipal pode notificá-lo e aumentar-lhe as taxas. A lei prevê isso, e portanto tem que se andar e olhar para isto de várias formas, pois não se está sempre dependente. Às vezes está-se, e tem que se cooperar, até porque é sempre melhor cooperar do que tomar outro tipo de atitudes, mas gostava muito, sinceramente, que a câmara municipal definisse, em termos estratégicos, o que quer, e que o fundo de investimento imobiliário dissesse à câmara municipal quando é que planeia fazer alguma coisa, se é que planeia.----------

Se assim não for, relativamente àquilo que se está a fazer, que é importante para a população e é importante para quem utiliza, o ato de se tomar a decisão agora pode prejudicar a decisão que se tem de tomar dentro de meses ou de um ano. Era importante que isto fosse avaliado, porque o protocolo é claríssimo nesse aspeto, a câmara municipal reconhece que o projeto é aquele, logo, não se pode sequer declarar a caducidade do projeto e dizer: "Meu amigo! Tem que se submeter a outro projeto".----------

O Sr. Presidente interveio, para dizer que chegar a este momento não foi nada simples, e aquilo que dizia aos Srs. Vereadores, sempre que estas matérias eram colocadas, não só em reunião de câmara como de assembleia municipal, é que era um bocado incompreensível porque é que não se entrava pelo terreno e fazia-se aquilo que era necessário fazer. Bem o gostaria, mas não devia, nem pode, e para isso foi necessário chegar a acordo com este fundo de investimento imobiliário, Interfundos, porque ele próprio não poderia autorizar, porque é um ativo do fundo, sem que efetivamente algumas matérias ficassem completamente definidas. Compreende, e por isso andou-se para trás e para a frente até se chegar aqui, sendo que a proposta inicial era diferente, até que se consensualizou esta redação. Neste momento o que se queria era efetivamente limpar toda aquela zona, tornando-a mais adequada, e sobretudo pô-la em condições das pessoas poderem estacionar convenientemente e gratuitamente.----------

Quando, no ponto 6 da cláusula primeira, se diz que o "município assume desde já quaisquer eventuais e possíveis obrigações relacionadas com a vedação, iluminação e segurança", os termos "eventuais" e "possíveis" foi a câmara

municipal que colocou, porque inicialmente estava uma exigência. A câmara municipal não podia comprometer-se a colocar iluminação e uma série de coisas, pois daqui a 5 anos ou antes o proprietário pretendia desenvolver o projeto que estava previsto, e todas aquelas infraestruturas onde a autarquia vai investir muito dinheiro seriam dinheiro deitado ao lixo. Isto não pode ser, e esta foi uma das matérias que tomou mais tempo, porque o Funsita fazia uma exigência, até que se conseguiu encontrar uma redação que é aceitável.----------

Quanto à questão da fachada dos bombeiros, já foram feitos vários estudos técnicos dizendo que está em risco de derrocada, e neste momento, quanto àquilo que há a fazer, o projeto prevê que numa determinada zona se mantenha uma memória futura daquele espaço, mas não tem que ser exatamente aquela fachada, tem que ser a sua reposição de outra forma construtiva, aproveitando alguns elementos, como cantarias e outras coisas mais.----------

Agora, a fachada que lá está, de acordo com os estudos técnicos que existem, não vai aguentar ser encastrada no novo edifício, é muito complicado, e o compromisso é que tem que ser incorporada no futuro projeto, mas para segurança deve ser demolida, assim como deve ser demolido o outro edifício, da antiga fábrica, que está também bastante degradado. Por isso, neste protocolo foi possível incluir a possibilidade rápida de também se fazer a demolição. Reporta-se ao armazém que lá está, porque quanto ao mais pequeno, inclusivamente, tinha-se intenção de o manter, e até está razoavelmente preservado. Quanto ao outro, em que já houve incêndios, e que é o maior, é que deve ser demolido, estando prevista a sua demolição. ----------

Desta forma respondeu às questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Rodrigues e, quanto às questões colocadas pelo Sr. Vereador Rui Rei, o que diz é que foi desenvolvido o trabalho sobre regeneração e requalificação urbana, e nessa estratégia têm, de facto, que se colocar restrições e benefícios fiscais num sentido e noutro, para precaver estas situações. ----------

O Sr. Vereador tem toda a razão, simplesmente o próprio sabe que o projeto inicial era um projeto que se desadequa aos tempos de hoje. Naquele tempo foi pensado, como às vezes se pensa em muita coisa, mas as coisas alteraram-se profundamente, e o projeto não evoluiu justamente pela âncora, que era uma

superfície comercial de referência, nunca ter aparecido. ----------

De acordo com as conversas que vai tendo, há intenção do Funsita vir a apresentar uma reformulação do próprio projeto. A demonstração da intenção de vir ali a construir mantém-se, mas há uma necessidade imediata, a da utilização do espaço que está previsto em termos de cedência no loteamento, que é toda a frente ribeirinha, que se necessita, e aliás é um espaço onde está prevista a inclusão de equipamentos para atividade náutica e a continuidade do passeio ribeirinho. ---------

Vai-se apresentar a candidatura ao Portugal 2020, e ver-se-á se tem vencimento, pois é uma candidatura tripartida, Vila Franca de Xira, Loures e Lisboa, para chegar até Lisboa pelo caminho ribeirinho. No entanto, também tem a dizer que, caso essa candidatura não tenha vencimento, ponderar-se-á, através do próprio esforço do orçamento municipal, avançar só com a parte de Vila Franca de Xira, que vai até à fronteira do município de Loures, ou seja, um pouco para além da Solvay.----------

Por isso estes territórios têm que estar disponibilizados rapidamente, desta forma eles estarão, e de outra forma poder-se-iam ter maiores dificuldades. Tem que se ponderar tudo isto, e são situações que se têm de avaliar. No futuro, com regras previamente definidas, não só para beneficiar, em termos fiscais, proprietários que tenham de renovar as suas propriedades, como, por outro lado, penalizar aqueles que não o querem fazer, certamente que se poderá e irá analisar, vendo qual é o caminho a seguir.----------

Terminou, referindo que parece que chegou agora o momento de começar a trabalhar rapidamente para colocar aquele espaço para usufruto das pessoas que todos os dias vão apanhar o comboio para os seus afazeres diários. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar o acordo para autorização de ocupação temporária de espaço, no loteamento do Cais da Póvoa. ----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 066
Reunião de 2015/03/12
Procº_____
Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL-----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1444/15, de 03/03, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/02/16 e 2015/02/27.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 1444/15, de 03/03, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.----------
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

06 despachos

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE ----------

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: ----------

Declaração de Retificação nº 5/2015, de 26 de fevereiro, I série, referente à Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Orçamento do Estado para 2015; ----------

Declaração de Retificação nº 6/2015, de 27 de fevereiro, I série, referente à Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, que «Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos setores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental»; ------

Declaração de Retificação nº 7/2015, de 27 de fevereiro, I série, que retifica a Portaria nº 286-A/2014, de 31 de dezembro, dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece as normas de atualização das pensões mínimas do regime geral da Segurança Social para o ano de 2015, publicada no Diário da República nº 252, I série, 2º suplemento, de 31 de dezembro de 2014; ----------

Portaria nº 57-D/2015, de 27 de fevereiro, I série, que fixa os parâmetros e a metodologia para a determinação da valia do projeto realizada na fase de instrução dos procedimentos de autorização conjunta de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 8 000 m2;----------

Portaria nº 59/2015, de 2 de março, I série, que define as condições de organização, funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais, designados por lar residencial e residência autónoma; ----------

Portaria nº 60-B/2015, de 2 de março, I série, que fixa o montante das taxas devidas pela autorização conjunta para a instalação e para a alteração significativa de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 8000 m2, incluindo as prorrogações. ----------

Tomado conhecimento.----------

---

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2015/02/19 e 2015/03/04, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

3. Informações/pareceres:----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 069
Reunião de 2015/03/12
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: BALANCETES ----------

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: ----------

   Câmara Municipal:----------

   Dotações Orçamentais ----------17 659 755,31€

   Dotações não Orçamentais ---------- 1 921 796,68€

   Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:----------

   Dotações Orçamentais ---------- 3 663 115,61€

   Dotações não Orçamentais ----------811 176,26€

   ---

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ----------Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: ----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – JOAQUIM MANUEL ASSUNÇÃO DA SILVA QUEIROZ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 236/15, de 02/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Joaquim Manuel Assunção da Silva Queiroz, a exercer funções de apoio à direção da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 236/15, de 02/03, do DGAFJ/DRH, comunicação interna nº 2/15, de 06/01, do DPRU, e informação nº 902/14, de 23/12, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando, no que diz respeito à prorrogação da prestação de serviços em causa, que os membros da CDU nada têm a opor, independentemente de saberem que o trabalho que está a ser desenvolvido relativamente às AUGI, e ainda hoje tiveram um exemplo da concretização do mesmo, é absolutamente necessário, e que todas as câmaras municipais foram obrigadas a desenvolvê-lo, fruto de legislação emanada da Assembleia da República, pois caso contrário julga que se iria arrastar no tempo e nunca haveria de ser resolvido.----------
Trata-se de um colaborador que está com a câmara municipal desde o ano 2000, a ajudar nesta função, com os resultados que estão à vista, sobretudo neste último ano, ano e meio, resultados bastante positivos, e esperam que eles assim

continuem. Contudo, há algo que está nesta proposta de prorrogação com que não concordam de todo, e não concordam de todo com a proposta do aumento de remuneração mensal que é apresentada. ----------

Nada têm contra o avençado, não é essa a questão, mas não podem absolutamente concordar, num momento em que os funcionários públicos têm os seus ordenados congelados, os trabalhadores desta câmara municipal sofreram cortes nos seus vencimentos, sofreram um aumento de impostos, e sofreram todos os ataques que estão a ser revestidos contra a função pública e contra a administração local, julgam que até se trata de uma proposta revestida de injustiça, que haja avençados que, quando veem a prorrogação do seu contrato feita, venham a sofrer aumentos de vencimento nessas prorrogações.----------

Não podem concordar, concordam com a prorrogação, mas, caso seja intenção do executivo manter a proposta de aumento da avença do Sr. Joaquim Queiroz, votarão contra a prorrogação da avença, pois não podem concordar com um aumento de vencimento quando os funcionários públicos desta câmara municipal já não têm aumento de vencimento há muito tempo, e têm sofrido cortes bastante grandes também, há muito tempo.----------

Por outro lado, gostavam de questionar uma situação, e poderá ter sido erro dos próprios na leitura, pois nos despachos e diversas informações dos serviços há uma disparidade de números que lhes "meteu", sinceramente, um bocado de confusão.-

Num despacho que data de 23/12/2014 diz-se que o Sr. Joaquim Queiroz aufere uma retribuição de 1 277,99€, quando a informação que têm, fruto de um requerimento que apresentaram já há algum tempo, diz-lhes que hoje, e isso também faz parte de outro despacho dos serviços que está mais acima, a retribuição do Sr. Joaquim Queiroz é de 1 382,72€.----------

Ficaram na dúvida de qual delas afinal vale, porque para a CDU são os 1 382,72€, e não os 1 277,99€. Não percebem como é que aparecem duas informações, uma de dezembro, e outra deste mês, num espaço entre dezembro e março, com vencimentos diferentes, e gostavam de esclarecer o porquê desta diferença apresentada pelos serviços.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que julga que este diferencial tem a ver com a redução remuneratória. ----------

Depois, há dois tipos de apreciação, e uma é eminentemente de caráter administrativo, que é o saber. Neste sentido, aquilo que pede é para se suspender este ponto até ao final da reunião, no sentido de solicitar que o chefe da Divisão de Recursos Humanos venha explicar, uma vez que o próprio não sabe responder. Assim, tecnicamente, o chefe de divisão responderá.----------

Quanto à questão de fundo, é outra coisa, e a seu ver não se podem misturar as questões. Uma coisa são as reclassificações, aumentos de vencimento e tudo o mais, que estão congelados, e a câmara municipal, sobre essa matéria, nada pode fazer. Costuma dizer, por uma questão de animação, às equipas que trabalham mais diretamente consigo, e se calhar é uma brincadeira de mau gosto, que "mais dinheiro não pode dar, não há condições, mas pode, em compensação, dar mais trabalho", e compreende a situação, pois não há outra forma de estimular um trabalhador, para além de ser bem tratado.----------

O bom tratamento e palavras carinhosas não alimentam a família, mas sabe bem, naturalmente, reconhecer o mérito e tudo isso, só que, verdadeiramente, o estímulo é através da remuneração. Contudo, tudo isso está congelado, e não se sabe quando deixará de estar, sendo verdade que em termos do funcionamento público há uma questão, a garantia do posto de trabalho e de receber a tempo e horas, num quadro do país em que o desemprego é o que é.----------

Obviamente que reconhece que em alguns casos os vencimentos são baixos, mas não se deve extrapolar isso, que é uma questão geral, do país, para uma questão que tem a ver com uma prorrogação de uma prestação de serviços que há anos e anos não é revista, sabendo o próprio, agora que está com estes processos, o trabalho imenso que dá, e sabendo também a exigência que tem sido feita perante este prestador de serviços, que tem resultado, e em algumas matérias as coisas têm avançado um pouco mais.----------

Do outro lado é-lhe dito, "o Sr. Presidente está a fazer exigências, mas desde há não sei quanto tempo não recebo um cêntimo de aumento", e também isso tem a ver com o reconhecimento do trabalho que este prestador de serviços tem vindo a fazer, que é necessário, e não pode ser outro senão este, porque é ele que conhece os processos, as pessoas, as comissões, e tem um relacionamento com os próprios serviços municipais, sendo absolutamente decisivo a continuidade deste processo

e a sua validação. ----------

Por isso, retira para já o ponto para uma melhor avaliação, quando o Dr. Paulo Alenquer chegar e explicar o diferencial dos valores. ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que sem prejuízo de tudo aquilo que o Sr. Presidente disse, e calcula que seja verdade, até porque conhece o profissional em causa, e não está isso em questão, o que está em questão é que, efetivamente, as reduções orçamentais aplicaram-se, tanto aos funcionários públicos, como aos prestadores de serviço que prestam serviço na função pública. ----------

De facto, dizer que não é aumentado há não sabe quantos anos é aborrecido, mas isso, neste momento, é da vida, infelizmente, e por isso entende que, para se conseguir justificar o aumento desta avença tem que haver uma justificação. Ao imaginar que este solicitador estava a acompanhar 100 processos, e agora acompanha 1000, precisará, realmente, de um reajustamento. Se a situação está equivalente, não lhe parece que se consiga justificar legalmente um aumento da avença, sem prejuízo de não estar em causa a competência do técnico e a necessidade, bem como de tudo o que tem feito em prol da câmara municipal. ------

Está-se a falar de verbas, e neste momento, efetivamente, verifica-se em todas as situações, pelo que não vê qualquer diferença nesta para que se possa aumentar a avença, a não ser que seja devidamente justificada. ----------

Interveio novamente o Sr. Presidente, mencionando que o ponto está retirado momentaneamente, e voltar-se-á á discussão mais tarde. ----------

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, referindo que não vai contra tudo aquilo que foi a intervenção do Sr. Presidente, mas os membros da CDU não podem dizer que a intervenção que fizeram tenha a ver com uma extrapolação de uma situação que tem a ver com os funcionários da câmara municipal, e estão a transpô-la para uma avença. Não se trata de uma extrapolação, trata-se, sim, de uma questão de organização e justiça interna para com os técnicos desta câmara municipal. Há técnicos nesta câmara municipal a quem são feitas tantas exigências ou mais do que são feitas ao avençado, que sofrem tantas ou mais pressões que sofre o avençado, Sr. Joaquim Queiroz, neste caso, e que ganham o mesmo do que o Sr. Joaquim Queiroz, e que também não têm aumento salarial. ----------

Sabem os porquês, o Sr. Presidente já o disse, e é lógico que também não podem dizer, como a Srª Vereadora disse, que é a vida, não, não é a vida, são orientações centrais que se têm, e infelizmente que se têm. Não é a vida, pois a vida não tem que ser necessariamente assim, poderia ser doutra, e acreditam que há todas as condições para que ela seja vista de outra forma.----------

Agora, trata-se de uma questão de justiça interna, e os vereadores, enquanto câmara municipal, não podem dizer a um técnico que sofre pressões para apresentar trabalho, que cada vez lhe é exigido mais trabalho para apresentar, e em que os próprios, na câmara municipal, muitas vezes solicitam que os serviços apresentem relatórios, pareceres e uma série determinada de coisas, "paciência, mas não pode haver aumentos salariais, porque o Governo não nos deixa, fruto dos congelamentos que fez", e depois, para outros, já podem ter dinheiro.----------

Não se trata de extrapolação, mas é uma questão de justiça interna.----------

Interveio o Sr. Presidente, após a discussão do ponto 11 da ordem do dia, solicitando esclarecimentos ao Dr. Paulo Alenquer para a questão de o ponto 3 da informação nº 902/14 falar de uma determinada importância, que é diferente daquela que é dada na informação que agora acompanha o ponto em discussão.----

Esclareceu o Dr. Paulo Alenquer que aquilo que se verifica é que a prestação mensal da avença do Sr. Joaquim Queiroz é de 1 382,72€, mas em 2014, por via da redução remuneratória que estava prevista no Orçamento de Estado, esse valor passou para 1 277,99€. Em 2015 ir-se-á repor, uma vez que este valor está abaixo dos 1 500,00€, e ir-se-á regressar ao valor inicial dos 1 382,72€. Além disso, há também uma referência na informação, tendo-se entendido que, face àquilo que são as funções que estão a ser desempenhadas pelo Sr. Joaquim Queiroz, deveria haver um ajuste, passando essa remuneração a ser de 1 485,00€. ----------

Desta forma, o valor de 1 277,99€ referido na informação nº 902/14 era o valor que resultava em 2014 da aplicação da redução remuneratória.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues que pressupunha que fosse isso, mas não tinha a certeza, e questiona se está esclarecido. Pensa que estará esclarecido, contudo, o que questiona é quanto à manutenção do sentido de voto. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Paulo Rodrigues que esclarecido está, relativamente a

esta matéria. Quanto ao sentido do voto, por causa dos motivos que já foram aduzidos no que diz respeito ao aumento remuneratório, os membros da CDU votam contra esse aumento remuneratório. Estão de acordo com a prorrogação, desde o momento que não haja aumento remuneratório, conforme é proposto na informação.----------

O Sr. Presidente perguntou aos membros da Coligação Novo Rumo o sentido de voto, tendo estes respondido que votam a favor, concluindo então o Sr. Presidente que, com os votos contra da CDU, o ponto é aprovado. ----------

Disse ainda, relativamente à situação do Professor Pita, respeitante ao ponto 14 da ordem do dia, que a situação é a mesma.----------

Interveio, por fim, o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, esclarecendo que o sentido de voto da CDU, quanto ao ponto 14 da ordem do dia, será a favor, uma vez que não existe aumento remuneratório proposto, mas falará na altura da discussão do ponto.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

---

1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ASSISTENTE OPERACIONAL – JAIME ALEXANDRE MOREIRA REIZINHO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 844/15, de 18/02, do DGAFJ/DRH, para aprovação do indeferimento referente ao pedido de rescisão efetuado pelo trabalhador Jaime Alexandre Moreira Reizinho, detentor da categoria de assistente operacional, no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo na administração local. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 844/15, de 18/02, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara com proposta do seguinte teor: "Propõe-se o indeferimento do pedido tendo em vista a manutenção do posto de trabalho em causa".----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que os membros da CDU vão manter a posição tomada na última questão idêntica que veio a reunião, que é a abstenção. ----------
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que esteve a ler, efetivamente, a fundamentação, e os membros da Coligação Novo Rumo concordam, mas há uma única situação, em que não sabem se o Sr. Presidente poderá eventualmente pensar numa outra ponderação. Pessoalmente nem sabe quem é este senhor que pede a rescisão por mútuo acordo do contrato de trabalho, mas entendem que nem uma entidade empregadora, nem a câmara municipal, gosta de ter um trabalhador que não serve, por qualquer razão. Tem-se falado várias vezes sobre a situação, há trabalhadores que efetivamente não cumprem, e a câmara municipal é uma equipa, ou seja, tudo é uma equipa, e também não é bom para a câmara municipal ter um trabalhador que tem vontade de se ir

embora.----------

Percebem o fundamento, o indeferimento tem em atenção o facto de se ter que manter o posto de trabalho, mas não sabem até que ponto a situação não poderia ser analisada, a nível de outros trabalhadores que pudessem assumir estas funções, sendo que estão simplesmente a divagar.----------

O que entendem é que, a partir do momento em que um trabalhador manifesta vontade em se ir embora, não sabem, ao ficar, o que daí resultará, mas pode não ter qualquer efeito, e o Sr. Presidente é que sabe. Por isso, não votam contra e votam a favor, mas era uma situação para se ponderar.----------

Respondeu o Sr. Presidente que se se começarem a abrir exceções, e a dizer a este que sim e àquele que não, é uma situação muito difícil, e há uma questão de princípio que advém da lei, ou seja, quando se fazem rescisões por mútuo acordo aquele posto de trabalho é extinto, e essa é que é a questão de fundo.----------

Essa matéria já foi amplamente discutida em reunião de câmara, concorda que se poderia, num ou outro caso, avaliar, mas se se fizer estão-se a abrir exceções que podem ser bastante injustas, e o melhor é seguir integralmente aquilo que a lei impõe. Portanto, este senhor, se não está bem, tem que se pôr bem. Está cá, é-lhe pago um vencimento para desenvolver o seu trabalho, e tem que o desenvolver com competência, de acordo com as necessidades do serviço que desempenha. Se não está bem nesta câmara municipal, que peça mobilidade para outra, mas não pode ser com o empurrão financeiro, e aquilo que poderá dizer é que nas últimas três situações que vieram a reunião de câmara as indemnizações eram superiores a 100 000,00€. ----------

Quanto ao aspeto financeiro, poderá dar o exemplo da mobilidade intercarreiras e intercategorias, de acordo com os pareceres favoráveis que as hierarquias diretas fazem, a que naturalmente o próprio dá seguimento, e respondendo também um pouco ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues, pois quando há condições, valorizam-se as pessoas através dos instrumentos que se têm ao alcance, como são estas questões da mobilidade intercarreiras. Assim, e neste momento, o diferencial de vencimentos de que as pessoas vão usufruir é um conjunto que anda à volta de 250 000,00€, um valor já importante. Contudo, tem-se este instrumento, é justo, porque as pessoas estão a desenvolver trabalho de categoria superior, e têm que

ser compensadas enquanto tal.----------

Esta matéria é uma questão diferente, concorda que as pessoas queiram dar outro rumo à sua vida, mas não é fácil em todos os aspetos. Por um lado, tem que se cumprir a lei, por outro lado, há questões financeiras que não são de desprezar, e há que ter cuidado. O que diz, por absurdo, considerando que são 700 e tal trabalhadores, mais 173 dos SMAS, cerca disso, se metade começar a querer fazer acordos de rescisão, será o fim da organização. Compreende que as pessoas queiram, têm este mecanismo à sua disposição, mas cabe à câmara municipal decidir o que é melhor para a mesma, e o melhor é não abrir exceções, de acordo com aquilo que a lei impõe, sendo que abrir exceções é muito perigoso mesmo.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a vida é feita de mudança, como dizia o camarada dos Srs. Vereadores, Dr. Mário Soares, e "só os burros é que não mudam", sendo pertinente que, depois das análises, se mude. Assim, depois da análise, e não é um ataque à bancada do PSD, nada disso, é com o devido respeito, está admirado, e só se lembra da última reunião, pois quando se discutiu a situação pela primeira vez esteve ausente, em que esteve caladinho, mas sentiu vontade de "sair a terreiro", como vai sair hoje, quando o Sr. Presidente, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira e o Sr. Vereador Rui Rei, permitiram-se, e bem, questionar, e diria "brincar", com a mudança de posição da CDU sobre este caso, pois parece que naquela reunião em que não esteve a CDU teve outra posição.----------

Os membros da CDU quase que foram "cruxificados", e agora já vai haver mudanças também, mas o que vai dizer, que era para dizer na altura, como foi dito já pelos camaradas que o antecederam, é que a CDU é contra esta lei, reafirma-o mais uma vez, e tudo fará para que seja revogada, dentro das suas possibilidades, na Assembleia da República. ----------

Portanto, o sentido de voto da CDU agora, e o que foi na outra reunião, que foi mudado, não tem nada de contraditório, porque a abstenção não significa que esteja de acordo com a lei, continua contra a lei. A abstenção da CDU não inviabiliza, nem iria inviabilizar, o despacho do Sr. Presidente, que é contra, pelo contrário, permite a rejeição dos pedidos, e permitia, na hipótese do PSD votar contra. Se o PSD votasse contra esta situação, a abstenção dos membros da CDU

dava para passar.----------

Os Srs. Vereadores, tanto da bancada do PS como do PSD, muitas vezes dizem que são contra certas leis que são publicadas, mas elas estão em vigor, e têm que ser cumpridas. Dizem-no várias vezes em reunião de câmara, e em particular o Partido Socialista, porque o Governo do PSD é que tem feito essas leis, que o próprio não vai discutir agora, para se ganhar tempo.----------

Depois, há outra questão de fundo, que foi a que fez também a CDU analisar mais concretamente a lei e ir para a abstenção, que, e volta a dizer, viabiliza o despacho do Sr. Presidente, não estando a CDU a favor da lei. Analisaram por outro prisma, e muito bem, e se os senhores dizem que as leis são para se cumprir, os membros da CDU pensam que os trabalhadores do município têm todo o direito de utilizar a lei ou até os alçapões que a mesma lhes possa dar, e o município, maioritariamente, também tem todo o direito de, utilizando essa lei, rejeitar a pretensão dos trabalhadores. Portanto, não houve nenhuma contradição, a CDU não tem contradições nesta matéria, e os seus membros reafirmam que continuam contra a lei.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que estava a tentar apanhar alguma coisa, mas não percebeu nada, porque os membros da Coligação Novo Rumo continuam igual ao que estavam no passado. A lei permite à câmara municipal aceitar e rejeitar, mas o próprio vai recentrar a coisa, e dizer o que disse há um mês. O problema da CDU é outro, não é estar contra a lei, é porque os Srs. Vereadores começaram "a todo o gás" contra a lei, mas de certeza absoluta que apareceu uma "malta" que é sindicalizada, e os Srs. Vereadores, há um mês atrás, vieram dar "uma no cravo, e outra na ferradura", que foi: "Eu sou contra a lei, mas os trabalhadores têm direito".----------

É verdade que têm, a lei não proíbe que a câmara municipal rejeite ou aprove, e numa verdadeira gestão de recursos humanos a câmara municipal não é obrigada, nem a rejeitar todos, nem a aprovar todos. A câmara municipal não é obrigada, numa verdadeira gestão de recursos humanos, como não é uma empresa, como não é uma entidade, como não é um instituto público, como não é um ministério, a dizer: "todos os que querem sair eu vou deixar sair". Não é assim, deixam-se sair aqueles que não servem a estratégia da organização. É assim que funciona, isto

não é branco nem preto, apesar de que havia uns sítios onde a "malta" podia escolher o gelado que queria, desde que fosse de chocolate, e o próprio percebe isso, era a situação dos automóveis, a "malta" podia escolher todos os automóveis desde que fossem pretos, todas as cores, desde que fossem pretas.----------

Não leu ainda as conclusões do 14º ou 15º congresso, mas já leu a parte do Henry Ford, e vai terminar, dizendo uma coisa, ou seja, pode-se andar a discutir o que se quiser, mas o que está em causa, e os membros da Coligação Novo Rumo não mudaram de posição, continuam a votar a favor, é que têm uma opinião, e por isso é que o seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, bateu ao lado. Tentou acertar, mas bateu ao lado, e deve ser a mira, que estava errada.----------

Aquilo que a câmara municipal tem que fazer, do ponto de vista que têm, é avaliar os seus recursos humanos, e decidir o que quer fazer para futuro. Depois, não é o argumento de que os últimos casos valem 100 000,00€ ou 200 000,00€, por uma razão, porque se pode, estrategicamente, dizer que dos 10 casos que já vieram a reunião só se aceitariam 2, porque só 2 é que se enquadravam na estratégia de renovação, ou não fazerem sentido na atual estratégia do município, e por aí fora.--

Portanto, esta é a questão, mas há uma outra, e aí ficou satisfeito de ouvir agora o Sr. Presidente, e não é só agora, fica muitas vezes satisfeito de o ouvir, e reconhece o seu empenhamento na resolução de muitos problemas, não há mal nenhum nisso, muito pelo contrário, aí, sim, seria um sinal de ignorância não reconhecer o empenhamento que as pessoas colocam em muitas das obrigações do seu trabalho. O Sr. Presidente tinha dito uns segundos antes que o município não tinha condições de premiar ou contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores, e isso não é verdade, porque passado uns segundos veio dizer que a câmara municipal já fez a mobilidade intercarreiras a um conjunto de trabalhadores, e bem, e neste momento tem um encargo superior de 250 000,00€.----------

Contudo, isso não devia ser dito com ar triste e pesaroso, devia ser dito com ar alegre, porque o que diz ao Sr. Presidente é que dinheiro não é problema. Nunca se pode esquecer que desde o primeiro minuto, desde há uns anos a esta parte, os senhores sempre disseram que dinheiro não é problema, e nunca se pode poupar a meios para que os trabalhadores estejam satisfeitos, e com tudo o Sr. Presidente

contará com a bancada dos membros da Coligação Novo Rumo, para que assim seja. Por isso lhe disseram que as pessoas que tenham condições, e estão a exercer outras funções, por uma elementar justiça, devem ser promovidas e ser-lhes dado, por muito que isso custe ao orçamento municipal, porque "malandros são os outros, no Governo, que andaram a cortar as coisas às pessoas, e nós nunca estivemos de acordo com isso". ----------

Desta forma, folga muito que o Sr. Presidente esteja com esses 250 000,00€ a mais, porque são bem empregues, aos trabalhadores que estão a fazer outras funções, e até duvida que o Partido Comunista também não esteja satisfeito, porque as pessoas devem ser remuneradas de acordo com a justiça do trabalho que prestam. "Trabalho igual, salário igual", é assim que deve ser feito, no país e no concelho de Vila Franca de Xira. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que da parte dos membros da CDU, e para encerrar, o que diz é que, a não ser a marcha a ré, o Sr. Vereador Rui Rei não acrescentou nada à discussão. "Foi grandíloquo, mas não eloquente". ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a discussão terminou em apoteose poética. ----------

Aquilo que quer dizer, para terminar, é que efetivamente têm que se gerir recursos humanos de acordo com aquilo que as leis que se têm exigem. Estar a extinguir postos de trabalho, que depois não se podem recuperar, não é uma solução, não pode ser uma solução. Como tal, ir-se-á continuar a ter a mesma atitude relativamente a outros pedidos que cheguem. ----------

Assim, com a abstenção da CDU, o ponto é aprovado. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA DE LAVADOR DE VIATURAS)---
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1132/15, de 25/02, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de um procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho para assistente operacional (área de lavador de viaturas), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 1132/15, de 25/02, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo verificaram que se trata da abertura dum procedimento concursal para a contratação de assistente operacional, área de lavador de viaturas. Pelo que lhes parece, e é assim mesmo, existiam dois postos de trabalho, dois trabalhadores afetos a estas funções. Um deles já tinha saído, salvo erro em 23 de janeiro de 2014, se não está em erro com estas datas, e agora o outro está a solicitar a aposentação antecipada. ----------

   Assim, porque é que só agora se começa a abrir o procedimento concursal, sendo certo que há necessidade de preencher os dois lugares, porque o procedimento é exatamente para o preenchimento dos dois lugares? Será que vem a tempo? Não é falado, mas pode ter sido um lapso seu não ter visto qual é a data em que este trabalhador se irá aposentar, e questionam se a determinada altura não se fica

sem nenhum destes trabalhadores. Um já lá não está, o outro vai pedir a aposentação antecipada, e o procedimento concursal só 1 ano e 2 meses depois é que vem a reunião de câmara, sendo certo que, e volta a referir, obviamente que não poderia ter vindo para se pedirem dois lugares, porque o da aposentação antecipada é só agora, mas poderia ter vindo para um lugar, para aquele que estava vago.----------

Não sabe se lhes podem dar essa explicação, se há alguma justificação, ou se há uma maneira de contornar estes prazos, sabendo os mesmos que os procedimentos concursais levam algum tempo, e a determinada altura não sabem se isto se conseguirá, na prática, conjugar.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que pensa que se vai conseguir, porque se assim não for tem que se encontrar outro tipo de soluções. De qualquer modo, a câmara municipal tinha um trabalhador, que infelizmente pediu a rescisão, foi mal aconselhado, apesar de se aconselhar a fazer um pedido de licença sem vencimento. Não o quis fazer para infelicidade dele, e também, de algum modo, com prejuízo para a câmara municipal, porque era um excelente trabalhador. --------

Estava-se a tentar encontrar uma solução para esse trabalhador, no sentido de ser incluído num programa que se estava na esperança que entretanto pudesse vir a ser reativado, que se chamava Enclave, que no passado permitiu, e se fosse reativado permitiria, ter a possibilidade de admitir pessoas com problemas diversos, que era o caso daquele trabalhador, e para aquela função específica provavelmente não havia melhor. Tendo em vista a situação social que estava e está a atravessar, tentou-se encontrar uma solução para o efeito. Não se conseguiu, e por isso é que o concurso atrasou um pouco mais.----------

De qualquer modo, está convicto que se vai conseguir resolver em tempo oportuno. É a sua convicção, pelo menos foi o que lhe informaram, que era possível não haver nenhum desfasamento que dificultasse a execução deste trabalho, que é necessário naturalmente.----------

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a dúvida dos membros da Coligação Novo Rumo mantém-se, porque o primeiro lugar ficou vago em janeiro de 2014, e agora abre-se procedimento concursal para exatamente um lugar, porque quem pediu a aposentação antecipada ainda não

está efetivamente aposentado. Assim, por um lado, porque é que não se pediu logo na altura em que o trabalhador saiu, em que o lugar ficou vago? Por outro lado, se não se pediu, será que é porque a câmara municipal só necessita de um assistente operacional na área de lavador de viaturas? ----------

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que não, a câmara municipal necessita pelo menos de dois, de qualquer modo tem-se socorrido de candidaturas que tem apresentado ao IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, e é o que se vai continuar a fazer. No entanto, como a Srª Vereadora sabe, há sempre a prerrogativa e possibilidade de fazer uma requisição excecional dos trabalhadores que fiquem na lista, com a possibilidade de serem admitidos em termos de requisição especial. É isso que se poderá vir a fazer, e é uma questão que se vai ponderar na altura própria.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

---

---

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (FIEL DE ARMAZÉM) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1455/15, de 03/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização do recrutamento excecional da candidata Helena Ludovina de Sousa Candeias, posicionada a seguir na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (fiel de armazém). ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 1455/15, de 03/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – ANTÓNIO PEDRO COUTO DA ROCHA PITA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 816/15, de 27/02, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de António Pedro Couto da Rocha Pita, a exercer funções de consultadoria e direção científica no Museu do Neo-Realismo, bem como posterior remessa à assembleia municipal para autorização do compromisso plurianual, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 816/15, de 27/02, do DGAFJ/DRH, parecer da Drª Fátima Roque, e informação nº 636/14, de 10/12, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo, antes de mais, que os membros da CDU gostavam de valorizar uma situação, quando, há um ano atrás, veio a apresentação da proposta para o Sr. Professor Pita vir para o Museu do Neo-Realismo. Lembra-se que foi uma situação em que levantaram algumas dúvidas, não pela qualidade artística, técnica e profissional do Sr. Professor, mas pelo facto de ser oriundo de Coimbra, e tinham algumas dúvidas que tivesse tempo e disponibilidade para estar em Vila Franca de Xira a acompanhar aquilo que era a curadoria do Museu do Neo-Realismo.----------

A experiência deste último ano veio-lhes dizer que as dúvidas que tinham foram infundadas, felizmente, e que o Sr. Professor, e é essa a saudação que também gostavam de fazer, tem desenvolvido um trabalho que reconhecem como muito meritório no Museu do Neo-Realismo. ----------

A outra questão que pretendiam colocar já está respondida, no fundo, aquando da discussão do ponto 10 da ordem do dia, e também tinha a ver com as diferenças de vencimento. Neste caso em concreto não há proposta para acréscimo remuneratório, pelo que a proposta merece o acordo da CDU. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que é exatamente assim, e então o ponto é aprovado por unanimidade. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

1. Assunto: RECARGA DE PAVIMENTOS 2014 NO CONCELHO – SUBSTITUIÇÃO DE RETENÇÕES DE VERBA POR GARANTIA BANCÁRIA – CONSTRUÇÕES PRAGOSA, SA ---
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 16/15, de 26/02, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da restituição dos valores retidos, para reforço de caução, à Construções Pragosa, SA, referentes à adjudicação da recarga de pavimentos 2014 no concelho, por conta da garantia bancária nº 962300488015496, no valor de 23 850,00€, correspondente a 5% do valor da adjudicação. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 16/15, de 26/02, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo vão votar contra, como votaram anteriormente. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que com os votos contra da Coligação Novo Rumo o ponto é aprovado. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------
---

---

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA PARA ESPAÇO CULTURAL – SUBSTITUIÇÃO DE RETENÇÃO DE VERBA POR GARANTIA BANCÁRIA – CONSTROPE – CONGEVIA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA----------
---
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/15, de 03/03, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da restituição dos valores retidos, para reforço da caução, à Constrope – Congevia, Engenharia e Construção, SA, referentes à adjudicação da adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural, por conta da garantia bancária nº 13410, no valor de 26 942,59€, correspondente a 5% do valor de adjudicação.----------
---
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/15, de 03/03, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---
4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Presidente, para dar a palavra à Coligação Novo Rumo, e referindo que é a mesma questão do ponto anterior, a retenção de verba por garantia bancária, mas neste caso não há betuminoso. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que neste momento os membros da Coligação Novo Rumo nada têm a dizer. ----------
Retomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando se o sentido de voto é a favor, ao que o Sr. Vereador respondeu afirmativamente.----------
Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que então o ponto é aprovado por unanimidade. ----------
---
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.----------

1. Assunto: QREN-EQ – OPERAÇÃO LISBOA-02-0741-FEDER-000750 – "PASSAGENS SUPERIORES PEDONAIS" – 1ª ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL, CELEBRADO EM 2011/12/07----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/15, de 27/02, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 1ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável celebrado em 2011/12/07, com o IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento, IP, no âmbito do QREN-EQ - Operação Lisboa-02-0741-FEDER-000750 - "Passagens Superiores Pedonais", que ajusta o valor do contrato de financiamento reembolsável de até 479 260,10€ para 217 957,47€. ----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/15, de 27/02, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA A NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA E RESPETIVA PASSAGEM PEDONAL – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 60/15, de 23/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza para a nova biblioteca municipal de Vila Franca de Xira e respetiva passagem pedonal.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 60/15, de 23/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que relativamente a este ponto, da limpeza da biblioteca, os membros da Coligação Novo Rumo verificaram o valor, de 28 318,28€, acharam que era elevado, mas também não sabem se efetivamente será exagerado, ou se os serviços verificaram que, face ao que é necessário efetuar, o preço está dentro do correto.----------
Agora, a questão tem também a ver com as empresas que são convidadas. Há empresas de muito longe, por exemplo de Leça da Palmeira, Vendas Novas ou Zibreira, e não sabem até que ponto conseguem fazer uma limpeza, se terão cá em baixo, eventualmente, delegações, sucursais ou o que seja, e consigam cumprir com o caderno de encargos e proceder à limpeza da biblioteca, de modo a que cumpram o contrato de prestação de serviços, se acaso vierem a ser escolhidas e contratadas. ----------
Interveio o Sr. Vereador António Félix, mencionando que sempre que aparecem

estas situações os serviços, em função dos trabalhos que vão ser feitos, fazem uma avaliação e o pedido de orçamento a empresas da especialidade, no sentido de perceber qual é o preço que está subjacente àquele trabalho. Foi o que foi feito, é sempre feito, e é com base nesse preço de um orçamento, pois obviamente não se vão pedir 10, porque a morosidade que isso iria provocar no desenvolvimento do procedimento também não era útil. Faz-se sempre o pedido de 1 ou 2 orçamentos, no sentido de perceber, face aos trabalhos que são pedidos, qual é o preço que se deverá fazer.----------

Relativamente ao número de empresas, há algumas que são do concelho, mas a maior parte delas é conhecida, pelos trabalhos que faz, e convidam-se essas empresas, até para permitir que seja o mais concorrencial possível, no sentido de eventualmente ainda se conseguir baixar o preço. Agora, obviamente que as empresas têm de cumprir com o que está estipulado no caderno de encargos, é algo que está fora de questão, e o trabalho tem que ser feito dessa forma.----------

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio de novo, dizendo que a dúvida dos membros da Coligação Novo Rumo tem a ver com o modo de prestação de serviço. Fala-se, no ponto 2, em "limpeza diária", e questionam até que ponto uma empresa de Leça da Palmeira o consegue, sendo preciso averiguar e ter esse cuidado, porque às vezes as empresas dizem e escrevem que conseguem, mas, na prática, não sabe se terão cá pessoas em baixo ou se vêm de Leça da Palmeira fazer limpezas à biblioteca diariamente, o que lhe custa um bocadinho a crer.-------

Sabem, e já falaram várias vezes nisso, que em princípio deveriam ser convidadas, e dar prioridade às empresas do concelho, mas se calhar empresas mais próximas geograficamente, porque, em termos práticos, trata-se de uma limpeza diária, não é vir fazer uma obra ou vir de mês a mês. Não sabe, o Sr. Vereador melhor apreciará, e vão votar a favor, o que queriam era que, realmente, esta chamada de atenção ficasse registada.----------

Interveio o Sr. Vereador António Félix, respondendo que não tem dúvidas que as avaliações são feitas, se o trabalho está a ser bem feito ou mal feito, e esta questão da distância não o incomoda, porque, obviamente, não acredita que as pessoas venham de Leça da Palmeira todos os dias. Há um exemplo no concelho, da LactAçores, que é dos Açores, tem a sede no concelho, e funciona bem.

Portanto, o facto de ser de Leça da Palmeira não invalida que faça bem o trabalho em Vila Franca de Xira, mas obviamente que a avaliação é feita, tem que se ter esse cuidado, e tem-se com certeza esse cuidado, e se não for bem-feita, obviamente que a empresa será chamada à responsabilidade.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS PISCINAS MUNICIPAIS E COMPLEXO MUNICIPAL DE DESPORTO, RECREIO E LAZER DE VILA FRANCA DE XIRA E PAVILHÕES DESPORTIVOS MUNICIPAIS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO, PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 69/15, de 02/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do início do procedimento, da composição do júri, das peças concursais, e da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza das piscinas municipais e Complexo Municipal de Desporto, Recreio e Lazer de Vila Franca de Xira e pavilhões desportivos municipais, bem como da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 69/15, de 02/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo prescindem de falar neste ponto. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DE FOTOLITOS – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 68/15, de 27/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de assistência técnica e manutenção das máquinas de fotolitos, bem como da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 68/15, de 27/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo prescindem de falar neste ponto. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

20 fotolitos

Assunto: CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO AO AGRUPAMENTO 823 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – MINUTA DO PROTOCOLO -

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/02/16, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da revogação, por mútuo acordo, do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato, celebrado com o agrupamento 823 do Corpo Nacional de Escutas em 2007/11/26, relativo a um espaço municipal sito no Largo Conde Ferreira, em Vila Franca de Xira, bem como da minuta do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato, a celebrar com o agrupamento 823 do Corpo Nacional de Escutas, relativo às instalações da conhecida "Escola EB1 da Grinja", sitas na rua Soeiro Pereira Gomes, em Vila Franca de Xira. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a duas questões simples, dizendo que os membros da CDU pensam que nestas situações, e já o disseram várias vezes, devia vir uma planta de localização do espaço e até da própria escola, mas não fazem questão que seja nesta. Gostariam contudo que se tomasse nota, em situações idênticas ou do género, e que provavelmente viesse uma planta de localização. ----------

Esta questão da EB 1 da Grinja fez-lhe lembrar que em tempos, até por seu intermédio, levantaram algumas questões sobre o rancho dos Varinos, que era para poder fazer os seus treinos, e na própria altura havia uma questão da Alves Redol, se a memória não lhe falha, que não se concretizou, e lançaram a questão da escola da Grinja, tendo o Sr. Presidente dito que ia ver essas situações. Aquilo que pergunta, porque sinceramente desconhece, e nem sabe se ainda há o rancho dos Varinos, é se já foi decidido e a câmara municipal já pôs instalações à disposição do rancho. Poderia ter perguntado, como é evidente, às pessoas do rancho, mas achou que não o devia fazer, e, aproveitando a boleia deste ponto, questiona. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que, felizmente, o concelho tem um movimento associativo muito vasto, o que faz com que não se consigam disponibilizar espaços para todos. Os pedidos que tem são imensos, e por isso, quando se conseguir um espaço para o rancho, naturalmente que virá a reunião. Agora, não quer dizer que este Corpo Nacional de Escutas não possa, mais tarde, fazer com um grupo coral,

com o grupo dos Varinos, ou outros, alguma parceria, para poder desenvolver lá trabalho, e aliás foi a recomendação que se fez.----------

Este grupo vai sair da zona da Igreja, porque aquilo nem é para atividade paroquial nem para ele, não tem dignidade absolutamente nenhuma, há muito tempo que era necessário encontrar uma solução para o grupo de escuteiros, e pensa que esta é uma boa solução. Trata-se de uma escola que está desativada, e o pior que pode acontecer é não lhe dar utilidade imediata, sendo que apareceu esta possibilidade que, para além do desenvolvimento das atividades escutistas, é para desenvolvimento de algumas atividades da própria igreja, e pode ser também para outras atividades, estando convencido que, de acordo com o que falou com os responsáveis deste grupo de escuteiros, se possam fazer algumas parcerias. ---------

O espaço é bom, é agradável, tem todas as condições, e até espaço livre, para que os escuteiros desenvolvam a sua atividade. Parece-lhe pois uma boa solução, eles hoje em dia ocupam espaços muito degradados, e com esta decisão está-se a contribuir para que as suas atividades sejam mais amplas e com melhor qualidade.

Depois, para além dos Varinos, há também a situação do coro Notas Soltas, em que também se têm de encontrar soluções, e há mais uma ou duas. Estas são as mais significativas, para as quais se têm, rapidamente, que encontrar soluções. Agora encontraram-se para este, e vão-se tentar encontrar para os outros. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que na sua intervenção não disse, mas está implícito que os membros da CDU estão de acordo com este protocolo com os escuteiros. ----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -
---

Assunto: REVOGAÇÃO DA ESCRITURA DE CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA QUINTA DA GRINJA E PONTEVAS – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS----------

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/02/18, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da revogação, por mútuo acordo, da escritura de cedência em direito de superfície, celebrada com o Corpo Nacional de Escutas em 2006/10/24, relativa a uma parcela de terreno sita na Quinta da Grinja e Pontevas, freguesia de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ---------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 105/15, de 04/03, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/02/18 e 2015/03/03, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 105/15, de 04/03, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que irá colocar duas questões ao Sr. Presidente, e depois o seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, também tem outras duas para colocar. ----------
Em primeiro, logo no primeiro ato do Sr. Presidente, há a questão da Vodafone e da instalação de uma estação de radiocomunicações, pois quando os membros da CDU a viram, a primeira coisa que lhes assaltou de imediato foi o problema que se teve há tempos atrás no Forte da Casa, com a instalação de uma antena junto a um infantário, neste caso, e gostavam de não ter exatamente o mesmo problema agora, com esta questão na Quinta da Fé, no lote 2, em Alhandra. ----------
Tendo em conta as diretrizes legais para estas questões, principalmente as orientações da ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, e cita que "cabe às câmaras municipais, nos termos do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18 de janeiro, a concessão de autorização municipal para a instalação de infraestruturas de suporte das estações de rádio e comunicações, e nos termos do mesmo diploma compete ainda às câmaras promover a consulta às entidades que, nos termos da lei, devem

emitir parecer, autorização, aprovação relativamente à instalação", gostavam muito de saber, e acreditam que sim, bem como de serem recetores dos relatórios ou pareceres emitidos por estas entidades para a instalação desta antena. ----------

A segunda questão prende-se com a obra de construção da Solvay. Trata-se de demolição e construção, não diz mais nada, não sabem que demolições são, nem que construções são, mas, tendo em conta o prazo temporal em que vai decorrer, 10 meses, não há de ser qualquer coisa de pequeno impacto, há de ser qualquer coisa de um impacto significativo naquela zona. Para haver uma aprovação de alvará para esta construção, com certeza que a Solvay já fez a entrega do respetivo parecer, com plantas, projetos, etc., e gostavam também de serem recetores desses mesmos projetos que a Solvay apresentou.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que uma das questões que tem para colocar é a da alteração de utilização de Emílio Carneiro e outros, na Várzea do Brejo. Diz-se que é para serviços, trata-se de uma cave, e não sabe se o Sr. Presidente lhe pode dizer que alteração e serviços são estes. Depois, na autorização de utilização no último ponto, de José Alves, em Alhandra, diz-se que é a utilização do rés do chão destinado a garagem. Portanto, questiona se se vai alterar um rés do chão habitacional para garagem. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que relativamente às questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Rodrigues fará chegar os elementos todos, com os respetivos pareceres, e naturalmente que tudo foi equacionado de acordo com aquilo que a lei exige, e portanto têm-se os pareceres. ----------

No que diz respeito à Solvay, é aquilo que já num outro momento se falou, um processo que tem vindo a decorrer e teve as avaliações ambientais absolutamente necessárias, que são extremamente rigorosas, e é um período largo, na medida em que a demolição é complexa e exige um trabalho adequado. Ir-se-á proceder ao desmantelamento de parte da unidade fabril que lá existia, e a empresa continua a laborar com alguns produtos, mas poucos. Pensa que se transferiu para Marrocos ou Turquia, não faz ideia, e para toda aquela zona vai ter que, posteriormente, ser apresentado um projeto, no sentido de dar continuidade ao parque industrial que está mais a sul. Portanto, o que se pretende ali fazer é tirar uma fábrica, cuja laboração cessou, e através disso regenerar e requalificar a zona com um espaço

industrial, e encontrar também soluções viárias na zona, que façam determinado tipo de ligações que são necessárias.----------

Por outro lado, há a possibilidade do centro de formação que hoje existe, salvo erro em Carnaxide, poder vir para a Póvoa de Santa Iria. É uma área em que se está a trabalhar, e para isso vai ser requalificada uma série de espaços existentes, que estão ali mais próximos, quase encostados à antiga fábrica dos Moinhos da Póvoa. Há ali uma série de edifícios, e depois tudo será autonomizado em termos de acessos. Se isso se desenvolver é uma excelente notícia, porque ter-se-á ali um centro de formação para quadros que vêm um pouco de todo o mundo, que vão para a Póvoa de Santa Iria desenvolver a sua formação académica sobre várias áreas de investigação. ----------

Espera, sinceramente, que isto prossiga, pois no fundo é revitalizar. Termina uma atividade, recomeça outra, e esta se calhar muito mais interessante, mas ir-se-á ver. É o que pode dizer de momento, na medida em que as questões ainda estão um bocado embrionárias e não vale a pena estar a criar muitas expectativas. Ver-se-á como é que as coisas vão evoluir, e é o que pode dizer. ----------

Quanto às outras duas questões, da cave que foi transformada para serviços, e uma outra para garagem, solicita a intervenção do Arqtº Nuno Santos. ----------

Interveio o Arqtº Nuno Santos, referindo que, relativamente aos serviços, não consegue dizer neste momento qual é de facto o serviço que lá se pretender pôr, porque é um uso genérico, o uso de serviços, e não tem informação para poder facultar. ----------

Relativamente à construção da garagem, é exatamente para uso de garagem, parqueamento automóvel, em complemento ao que já lá existe. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, perguntando, sobre este licenciamento que existiu para a Vodafone, quanto é que a câmara municipal vai receber de renda deste licenciamento para futuro.----------

A segunda questão que tem para colocar tem a ver com todas as notícias que têm aparecido na comunicação social sobre a transformação de uma parte da Solvay em parque tecnológico, dizendo o Sr. Presidente que eventualmente poderá ser uma parte de formação e uma parte da extensão do parque industrial que ali está.-

Contudo, continua-se a ter o mesmo problema, e aliás é só lá ir ver, ou seja, para

haver a passagem do futuro passeio ribeirinho até à fronteira com o concelho de Loures vai-se ter que entrar dentro do rio Tejo, porque as autorizações que ali foram feitas daqueles armazéns estão dentro do leito do rio. ----------

Do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo foram estrategicamente erradas, na entrada sul do concelho nunca deveria ter sido autorizado o que ali está a ser autorizado, e o que lá está instalado, nas circunstâncias em que está instalado, deveria eventualmente ter tido outro tipo de usos, até porque o que a câmara municipal tem estrategicamente definido entre a Póvoa de Santa Iria e Alverca do Ribatejo nada tem a ver com aquele tipo de usos.----------

Portanto, mais uma vez pagam-se instrumentos de ordenamento do território, ou instrumentos de avaliação do território, e depois não se é consequente com eles. Continua-se a teimar e a autorizar a mistura de usos nos mesmos espaços, e isto é absolutamente incompatível com uma gestão de qualidade do espaço público. Não é possível em lado nenhum misturar indústria com habitação, e continua-se a fazer este discurso como se isto fosse a melhor coisa do mundo, e não é. Se se está a dizer que o que vai acontecer na Solvay, ou no parque industrial da Solvay, é o prolongamento daqueles armazéns, é mais ou menos a mesma coisa que a Câmara Municipal de Oeiras permitir, na praia de Paço d'Arcos, a instalação de contentores, e o próprio não está a ver que se venha a permitir uma coisa dessas. ----------

Pensa que qualquer estratégia deve ser definida na globalidade, e depois parcialmente aprovada para se atingir o objetivo final, porque, da mesma forma que os membros da Coligação Novo Rumo, no PDM, não estiveram de acordo que àquelas salinas que lá estão fosse dada capacidade ou um uso diferente da que lá está, e na altura a Solvay queria que fosse mais um espaço industrial, não lhes parece que as coisas possam ser encaradas desta forma. Aliás, deve-se aprender, porque mais uma vez diz que a passagem do passeio ribeirinho naquela zona implica a entrada dentro do leito do rio Tejo, bastando só lá ir ver. ----------

Na zona ribeirinha da Póvoa, onde estão os muros de término da zona ribeirinha, onde era o bairro dos Avieiros e estava instalado o campo do União Atlético Povoense, o Professor Sidónio Pardal queria que os muros fossem até à linha de água, era este o projeto, mas as entidades oficiais disseram que não era possível fazer, porque aquilo já fazia parte do rio. Contudo, se nos deslocarmos 500 metros

mais abaixo, é exatamente o que lá se tem. As empresas estão em cima daquilo que se dizia, quando o próprio era miúdo, das morraças, em cima daquela vegetação que é a vegetação natural do rio Tejo. Está lá, basta lá ir, e nem é preciso, se se abrir o Google vê-se que lá está. ----------

Não lhe parece que se possam fazer coisas semelhantes na entrada sul do concelho e, inclusivamente, o último instrumento que se andou a discutir em reunião, de regeneração urbana, afirma que a zona sul do concelho, mais uma vez, pode ser uma ótima oportunidade face ao excesso de construção que existe no Parque Expo. ----------

Portanto, não se podem encontrar estas coisas assim, além de que quando se autorizaram aquelas construções e armazéns, dever-se-ia, à época, ter negociado com a Solvay, que não se devia ficar com a fábrica e com a pedreira, e os escritórios, com a parte da faturação, terem ido para Carnaxide, as tais 200 e tal pessoas que estão instaladas em Carnaxide, que deviam estar na Póvoa de Santa Iria. Não é uns ficarem com a parte do "osso", e outros com a parte da "carne do lombo". Não pode ser, não é assim, mas se houver esta perspetiva de regressar, a câmara municipal deverá, obviamente, estar de braços abertos e avaliar os futuros investimentos naquela área. No entanto, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo terá que ser com muita cautela, porque não se devem continuar a colocar, encostadas ao rio Tejo, zonas de indústria e de grande peso de trafego pesado, que é o que ali se tem neste momento. ----------

Há mais algumas empresas, como o caso da Vodafone, que ali estão instaladas, que não é o caso de indústria pesada, mas não têm, por exemplo, transportes públicos, e todos aqueles 200 e tais trabalhadores que lá estão a trabalhar têm de fazer quilómetros a pé para apanharem um transporte público. No bom tempo ainda é como o outro, mas no mau tempo é um problema sério que ali têm. ----------

Desta forma, dever-se-ia verdadeiramente definir o que se quer, até porque, em teoria, há um grande espaço aprovado entre a Póvoa de Santa Iria e o Forte da Casa, e o resto está expectante. Isto não pode ser discutido caso a caso, além de que a Solvay tem algumas responsabilidades no território, e volta a recordar que tem vários quilómetros de condutas que, se não forem mantidas, vão criar problemas a breve prazo no território do concelho. Isso é fundamental, a começar

logo em Vila Franca de Xira, na rua encostada ao caminho de ferro, pois aquela conduta não foi remodelada, e tudo o que lá está metido no interior é ainda a conduta antiga, que pode colapsar se não tiver manutenção. Assim, era importante que se avaliasse para futuro. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que aquilo que pode dizer é que, relativamente à questão da Vodafone, trata-se da instalação de uma antena que teve autorização do próprio condomínio, e é o condomínio que em situações deste tipo contratualiza com a própria empresa, o caso da Vodafone, e aquilo que se fez foi verificar se todas as condições exigíveis por lei estavam cumpridas e tinha os pareceres necessários.----------

Quanto à Solvay, repete que se está perante um parque tecnológico, que não é puro e duro como acontece em outras circunstâncias. É um parque tecnológico com outras características, é também a possibilidade do centro de formação vir para a Póvoa de Santa Iria, o que lhe parece importante, sendo que se têm que revitalizar todas as zonas, e se as zonas não forem mistas não há pessoas. Aquilo a que se assiste, muitas das vezes, é a zonas industriais absolutamente mortas, sem vida em determinados dias da semana, e o que se tem que compatibilizar é justamente a necessidade dessa revitalização, e também tem que se ter algum cuidado nesse olhar e planeamento urbanístico.----------

Por último, nas conversas que se têm tido com a Solvay há matérias que estão em aberto para se resolverem, que têm a ver com a cedência de espaços, por exemplo, ao Grupo Desportivo de Santa Eulália, e a outras zonas que também se estão a negociar na sequência destes processos, sendo que entende que em determinados momentos se pode, eventualmente, recuperar algo que poderia ter sido feito noutro contexto.----------

Quanto à zona ribeirinha, já se deslocou ao local, andou pela zona, e falou-se com a Solvay no sentido de, eventualmente, neste processo que se está agora a trabalhar, poder entrar, se necessário, dentro de algum espaço da própria empresa, o que teria era que se relocalizar a vedação existente. Considera-se que num ou outro espaço a situação não é fácil, até porque há ali linhas de água importantes, e têm que ter um tratamento com pontões, mas não se quer adiantar, porque é uma matéria que depois tem que ser bem analisada. ----------

Considera ainda que num ou outro espaço, provavelmente, o caminho terá que ser em cima de sapal, o que quer dizer que tem de ser em palafita, e reconhece que há uma ou outra zona que tem essas dificuldades. Contudo, diria que em 80% do percurso que diz respeito ao território de Vila Franca de Xira as condições parecem razoáveis. Reconhece que há zonas em que se vai ter de utilizar o sapal, e nesse sentido tem-se falado e houve uma reunião com a Srª Presidente da APL - Administração do Porto de Lisboa, para colocar estas questões e outras igualmente importantes, como seja o desassoreamento do rio Tejo. É uma matéria que finalmente está na ordem do dia, julgou que se tinham esquecido do rio, mas parece que finalmente se começa a falar no Tejo, sobretudo no desassoreamento daquilo que interessa verdadeiramente, que é a navegabilidade do rio Tejo no território do concelho, desde a Póvoa de Santa Iria até à Vala do Carregado. ----------
O discurso da própria presidente, na apresentação do projeto da navegabilidade, que tem a ver com a requalificação da zona do Barreiro, Seixal e também a transferência de alguma atividade que existe no Porto de Lisboa, falou, não só da navegabilidade até à Cimpor, mas muito para além disso, falou, e parece-lhe muito importante o que a Srª Presidente da APL disse, na plataforma logística da Castanheira do Ribatejo. Julga, mas não sabe, e pode ser um bocadinho de pretensão, que terá tido a ver com uma intervenção que o próprio teve ocasião de fazer no Conselho Metropolitano de Lisboa, quando a Srª Presidente também esteve presente, e informou do que se estava a pensar em termos de estudos. O próprio teve ocasião de dizer que há mais Tejo para além da Cimpor, o que quer dizer que se tem de ir até mais a norte, provavelmente até Alenquer. Contudo, no que diz respeito a Vila Franca de Xira, pelo menos tem que se ir até à Vala do Carregado, existindo lá uma plataforma onde a administração central e local investiram muito, que está ali expectante para poder ser utilizada. ----------
Felizmente, na apresentação que foi feita, com a presença do Sr. Ministro da Economia, a Srª Presidente da APL referiu-se justamente à plataforma logística da Castanheira, o que lhe pareceu muito interessante e, finalmente, parece que o desassoreamento do rio Tejo está na ordem do dia, o que é muito bom.----------
---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO ATRAVESSADO PELA VARIANTE DO BAIRRO DA MATA/ENCOSTA DO BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 22/15, de 04/03, do DGUPRU/SAJ, para aprovação da aquisição de prédio rústico atravessado pela variante do Bairro da Mata/Encosta do Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, propriedade dos herdeiros de Alves Redol, representados pelo Dr. Luís Santos, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira sob a ficha nº 2192/20000911 e inscrito na matriz predial rústica sob o nº 24, secção P, da respetiva freguesia, pelo valor de 75 000,00€. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 22/15, de 04/03, do DGUPRU/SAJ, informação nº 06/15, de 23/01, do DGUPRU/SAJ, informação técnica nº 32/15, de 19/01, do DGUPRU/DF/SFT, e plantas de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que este ponto tinha sido retirado na última reunião, porque foram colocadas algumas questões da parte dos membros da CDU e não só. Em relação ao parecer presente, o que de concreto existe é o que vai ler, da alínea z): "Quanto à questão formulada se deveria ou não ocorrer fiscalização prévia do Tribunal de Contas, a resposta é negativa, atento o disposto nos artigos 46º e 48º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, conjugado com o artigo 145º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro". ----------
Nessa parte ficaram sossegados, estão garantidos que não é preciso ir ao Tribunal de Contas, e também compreendem as razões do autor deste parecer, na alínea j), que diz que não se vislumbra forma de produzir um parecer jurídico sobre

incertezas factuais, e consequentemente jurídicas, em processos administrativos, quem determinou este resultado, onde se determinou, e por aí fora. Portanto, compreendem toda a relação destes 17 anos do envolvimento da situação.----------
Depois, na última reunião de câmara, e também agora, não vem qualquer resposta sobre o porquê da avaliação feita pelo simulador da Autoridade Tributária e Aduaneira, e não, como é normal, e como o próprio disse da última vez, na encosta do Monte Gordo, do respetivo perito de Finanças que a câmara municipal costuma utilizar. ----------
Para avançar rapidamente, o que diz ainda é que os membros da CDU já fizeram na última reunião de câmara as considerações sobre o assunto, e para, de uma vez por todas, o assunto ser resolvido, a posição vai ser a de abstenção. ----------
Gostaria de deixar ao Sr. Presidente e ao seu executivo a possibilidade de se verem situações iguais, ou do género, que têm acontecido, e fazer um levantamento sobre se existe algo parecido, e não só, há outras questões, para se resolverem de uma vez por todas e não levarem tanto tempo.----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que sobre esta matéria não são só os membros da Coligação Novo Rumo que dizem, o próprio jurista refere, que não há matéria suficiente para trás que permita reconstituir com rigor o que aconteceu. Há uma coisa que aparentemente é consensual, a estrada passou por um terreno que não é propriedade do município, é uma questão aparentemente factual, porque o terreno tem proprietários e a estrada está lá construída. O que é interessante é que houve pelo menos dois vereadores que estiveram no processo, está a falar de dois vereadores mais atrás, que assumiram compromissos que aparentemente não estão escritos. Depois, não deixa de ser sempre muito interessante como é que, quando o património sofreu desvalorização ao longo destes anos, o valor em 2015 é igual ao que lhe é prometido há 17, 18 ou 19 anos atrás. Não deixa de ser de facto interessante, o valor é sensivelmente o mesmo, era 15 mil contos e hoje são 75 000,00€.----------
São estas as questões que estão em cima da mesa, mas os membros da Coligação Novo Rumo não querem ser nenhum entrave à resolução do problema, até porque, do ponto de vista que têm, há informação que os iliba de qualquer responsabilidade para futuro. Contudo, a verdade é que há uma conclusão direta

que se pode retirar do parecer do jurista, Dr. Pedro Carreira: Quem é que determinou, efetivamente, este resultado? Onde se determinou este resultado? Como e através de que exercício de competências se determinaram estes resultados? Quando é que se chegou a este resultado? Sabe que durante muitos anos no país palavra de ministro ou de outras entidades era lei, mas não é. As pessoas têm regras, e por muito que assumam compromissos têm que os escrever de acordo com as suas competências, o resto é um "fait-diver" de uma certa subserviência que ainda existe na sociedade portuguesa face a alguns detentores de cargos, sejam eles públicos ou privados, e as pessoas são subservientes naturalmente. Isso não é assim, e nem, efetivamente, deveria ser.----------

Pensam que, obviamente, a situação deve ser resolvida, e vão-se abster nesta votação, porque pensam que não são métodos de se resolver coisa nenhuma, e quando se construiu aquela via dever-se-ia logo ter liquidado tudo o que havia a liquidar. Não há outra forma de fazer, mas pelos vistos é um traço comum que atravessa o bloco que tem gerido este município ao longo de todos estes anos.------

O Sr. Presidente interveio, referindo que gostaria só de dizer que a câmara municipal é uma pessoa de bem e tem que cumprir os compromissos, e este peca por tardio. Já recebeu uma outra vez os proprietários, tem conversado com o advogado e aquilo que disse foi, pela troca de correspondência, pelas conversas que houve, etc., que não tem dúvidas absolutamente nenhumas que na altura se decidiu fazer aquela variante e havia um compromisso, de indemnizar os proprietários com determinado valor, que é este.----------

Acrescenta ainda que a desvalorização dos terrenos começou em 2008, até lá sabe-se bem que todos os terrenos foram altamente valorizados. Começaram a desvalorizar a partir dessa data, pelo que não se pode também dizer que, se o acordo tivesse acontecido antes de 2008, o valor a reclamar até não fosse superior a este. Agora, não há dúvida nenhuma que de todo o processo que leu, e leu profundamente tudo o que existia, não tem dúvida nenhuma que foi dito que era necessário fazer uma variante naquele terreno, que não era propriedade da câmara municipal, e para o efeito a mesma iria pagar um valor, ao tempo de hoje, de 75 000,00€. ----------

Pensa que chegou o momento, passados 17 anos, de o fechar, e que a decisão que

todos vão tomar é a que parece certa e adequada. Pergunta-lhe o Sr. Vereador Aurélio Marques se tem conhecimento de mais algumas situações dessas, e não conhece, mas se conhecer cá as trará para se conversar, porque efetivamente não se sente bem com este tipo de situações, nem o próprio, nem os que aqui estão presentes. Por isso, vale a pena resolver. ----------

Num determinado contexto as coisas foram feitas desta forma, era preciso fazer a variante, era preciso avançar, não se fechou o processo, ele foi evoluindo, depois foi considerado que podia ser através de uma permuta por 2 lotes na Torre de Cima e Capelas, e os proprietários vieram dizer que não, que os lotes em causa para construir eram muito difíceis, e são, de facto, e não queriam essa permuta, queriam era efetivamente o valor que lhes foi prometido.----------

Portanto, hoje fecha-se este processo e faz-se muito bem. Quanto a outras questões que haja, não tem conhecimento, como já disse, mas se as houver cá virão, para se discutir. ----------

Desta forma, este ponto é aprovado, com a abstenção da Coligação Novo Rumo e da CDU, e com os votos favoráveis do Partido Socialista. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU e dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO SITO NAS BRAGADAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 28/80, DE 30/12 – ACEITAÇÃO DE PRINCÍPIO E ABERTURA DE DISCUSSÃO PÚBLICA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 151/15, de 27/02, do DGUPRU/DGU, para aceitação de princípio e abertura de discussão pública, por um período de 10 dias úteis, referente à alteração ao loteamento titulado pelo alvará de loteamento nº 28/80, de 30/12, sito nas Bragadas, na Póvoa de Santa Iria, promovido por José Carlos Nunes Dias. ----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 151/15, de 27/02, do DGUPRU/DGU, planta de localização, planta de síntese e planta de cedências (desenho 02 e 04), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, agradecendo ao Sr. Presidente ter permitido, durante o debate, a intervenção do próprio neste ponto, tendo sido uma falha sua, e não dos seus camaradas, pois na preparação que fizeram da reunião não levantou a questão. Contudo, talvez até seja bom não ter levantado, pois vai surpreendê-los. ----------
   Na informação técnica dos serviços é dito "(...) informação prévia, referente à viabilidade de efetuar obras de ampliação/alteração no edifício sito na Rua Vlasimir LLiccht Lenine (...)", e depois, na planta, e muito bem, quanto ao próprio, pois pensa que está certo, consta "rua Vladimir Ilitch Lenine". O próprio, que é um modesto e simples marxista, não é leninista, tem que dizer que o Sr. Vladimir Ilitch, realmente, escreveu e foi um teórico que contribuiu para ajudar a mudar o

mundo, e não acha correto que chamem ao Sr. Vladimir Ilitch esta coisa "Vlasimir LLiccht Lenine". É só isso que pede, que seja alterado o documento, até por respeito a este senhor, Vladimir Ilitch, mais conhecido por Lenine.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que, de acordo ou não, tem que se preservar a memória de quem foi importante num determinado contexto, e por isso solicita ao diretor que corrija o nome da rua, do topónimo. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo ao Sr. Presidente para dizer só uma coisa a que não resiste: "Enquanto o tempo acelera e pede pressa, eu recuso-me, faço horas, vou na valsa, a vida é tão rara!" Isto foi dito pelo Lenine, é verdade, ele passou nas Bragadas há uns anos atrás, e por isso tem lá o nome. ----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo, em primeiro lugar, que gostaria de saudar todos os presentes, pois ainda não tinha tido essa oportunidade. Há de haver, com certeza, um ou outro ponto em que terá hipótese de dizer qualquer coisa nesta reunião de câmara, mas, uma vez que se falou de Vladimir Ilitch Lenine, usará uma conhecida expressão que ele teve, na reunião em que foi informado que o assunto dos Romanov estava devidamente tratado, conforme tinha sido dito: "voltemos à ordem do dia". ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: CADUCIDADE DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO E ACIONAMENTO DA CAUÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO POR QUINTA DA CRUZ DE PAU – SÃO JOÃO DOS MONTES ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 173/15, de 04/03, do DGUPRU/DF, para aprovação da declaração de caducidade da licença da operação de loteamento nº 9/01, de 2001/06/26, relativa ao loteamento denominado por Quinta da Cruz de Pau, em São João dos Montes, bem como da execução das obras de urbanização por parte da câmara municipal, mediante o acionamento da caução existente, prestada por Obrisantos – Sociedade de Construções, Lda, através da garantia bancária, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, com o nº 08730002179880019, com o valor atual de 623 151,12€. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 173/15, de 04/03, do DGUPRU/DF, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo ao Sr. Presidente que há muitas formas de matar as pessoas, matar as sociedades e resolver os problemas, sem ser como o dos Romanov, e um deles é, por exemplo, levar bancos à falência. É um dos problemas, uma das questões, sendo que há muitas formas de matar a sociedade e matar as pessoas sem seguir o exemplo dos Romanov. Portanto, convém falar dessas coisas todas, mas este ponto 26 não é para isso, e deve-se falar de outras coisas. ----------

   Os membros da CDU congratulam-se, finalmente, por, resultante até duma proposta que apresentaram a 26 de novembro de 2014, a proposta nº 10/2014, sobre a avaliação e tomada de decisão sobre o futuro da Urbanização da Quinta da Cruz de Pau, de estarem agora perante a assunção da câmara municipal no que

diz respeito ao acionamento das garantias bancárias, para se substituir a um empreiteiro e resolver os problemas desta urbanização. Congratulam-se por isso e votam contra, ou antes, votam a favor. Pede desculpa pelo engano, mas é o hábito, porque os comunistas são culpados de todos os problemas do mundo e do país, e o hábito que têm é votar contra tudo, isso já está intrínseco. É verdade, são os culpados de tudo, e é "tão chato uma pessoa ser comunista", porque tem que ser culpado por tudo e mais alguma coisa. É terrível. ----------

Prosseguiu, referindo que votam a favor desta proposta, e aquilo que desejam, sinceramente, é que sirva de exemplo para outras questões que têm levantado, dando como exemplo só a Encosta do Moinho e o Olival da Porta, situações em que têm, reiteradamente, solicitado que seja avaliada a necessidade de se acionarem as garantias bancárias para resolver o problema dessas urbanizações, e que não tem sido feito. Deve servir como exemplo, e desejam que no futuro venham a ter outras. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se efetivamente tivesse alguma problema de paternidade viria dizer, "não, não está em causa aqui a questão da paternidade, está em causa a resolução do problema das pessoas", mas como não tem essas questões, efetivamente esta foi uma proposta apresentada pela CDU, e bem, com uma nuance, pois os seus membros queriam logo ter votado naquela reunião "caçar" as garantias sem vir um documento estruturado como vem hoje, para se poder devidamente saber qual é o valor das infraestruturas em falta, que do que tem de memória são quase 600 000,00€, e o valor das garantias que se tinham em cima da mesa, e é assim que as coisas têm que ser feitas. ----------

Aparentemente, com o que está escrito, notificou-se o promotor, foi-lhe dito o que se queria fazer, avaliou-se, quantificou-se, e agora está-se aqui para decidir. É assim, porque se não for assim às vezes o responsável deixa de ser responsável, e passa a responsabilidade para aqueles que não têm responsabilidade nenhuma, que era o caso dos vereadores, aqui, na reunião. Desta forma, só espera que a partir daqui se possa, com o dinheiro que é da garantia bancária, fazer as respetivas obras, que aquelas pessoas que lá moram já pagaram, quando compraram os seus apartamentos já pagaram tudo isto. ----------

Isto leva a que, neste caso, as coisas podem terminar aparentemente bem, e ao

próprio o que o preocupa são todos os outros casos onde vai ser à custa do dinheiro de todos que se vai ter de pagar aquilo que outros andaram a ganhar. -----
Isso é que é verdadeiramente inaceitável, e não pode efetivamente acontecer, mas infelizmente é o que é. Portanto, estão satisfeitos, esperam que estas urbanizações possam ser concluídas, e as pessoas possam ter, no mínimo, aquilo que esperaram quando decidiram comprar ali a sua casa, e investir aquilo que a maioria tem, que é, no fundo, a sua habitação, e que é a maior despesa que qualquer cidadão normal tem neste país, que tem que ter a qualidade que merece, e a que escolhe para ter e pode ter.----------
O Sr. Presidente interveio, mencionando que efetivamente está-se a fazer um esforço grande no sentido de resolver estas questões. Já se conseguiram resolver muitas, muitas ainda faltam, e o que quer dizer é que isto é o término, o fim da linha. Como sempre disse, tenta-se sempre, até ao limite, que os urbanizadores façam o que têm de fazer, porque este processo que hoje é presente já ocupou horas e horas de técnicos para fazerem os orçamentos e todos estes levantamentos. Tem que se pôr agora à consideração do urbanizador se quer ou não fazer, há períodos que têm que ser cumpridos, e depois então lançar um concurso para resolver tudo isto.----------
É uma situação complexa, já não é a primeira que se faz, esta é a de maior vulto, tendo em vista a urbanização que é. Por isso, sempre que surgir a necessidade limite de acionar as garantias, também se vai fazer, sobretudo pelo usufruto e benefício daqueles que fizeram uma opção de compra da sua habitação, e estavam convictos que todas as infraestruturas iam ser feitas rapidamente. ---------
Espera que no futuro estas matérias não tenham que ter estes problemas, e que os urbanizadores tenham que cumprir aquilo que têm a cumprir, mas é o mecanismo que existe, a que agora se deitou a mão, e é aquele com o qual, pelos vistos, estão todos de acordo. Apesar do lapso inicial, de que ia votar contra, pensa que foi só um lapso, porque naturalmente era uma matéria que a CDU há muito reclamava, e só poderia era votar a favor. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO – RUA HENRIQUE DE ROURE PIETRA, TRANCOSO DE BAIXO – SÃO JOÃO DOS MONTES – ANÍBAL FIGUEIREDO ALBUQUERQUE ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 168/15, de 03/03, do DGUPRU/DF/SFT, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, pertença de Aníbal Figueiredo Albuquerque, a integrar no domínio público municipal, com a área de 2,70m^2, no valor atribuído de 2,70€, confrontando a norte com Aníbal Figueiredo Albuquerque e outra, a sul, a nascente e a poente com a rua Henrique Roupe Pietra, em Trancoso de Baixo, São João dos Montes, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. --------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 168/15, de 03/03, do DGUPRU/DF/SFT, e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE B47 DO LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO – ALVERCA DO RIBATEJO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 38/15, de 04/02, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote B47 do loteamento Zona do Moledo, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido por José Manuel dos Santos Boieiro.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 38/15, de 04/02, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA LUÍS DE CAMÕES – VILA FRANCA DE XIRA – LISTA DE OMISSÕES ACEITES ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 326/15, de 03/03, do DOVI/SOE, para aprovação da lista de omissões aceites, passando esta a fazer parte integrante das peças do procedimento relativo à empreitada da requalificação da rua Luís de Camões, em Vila Franca de Xira, com as devidas correções no mapa de quantidades, bem como da manutenção do preço máximo estimado para o contrato. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 326/15, de 03/03, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------
---

---

1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2015 NO CONCELHO – ERROS E OMISSÕES NA FASE DE FORMAÇÃO DO CONTRATO, RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 330/15, de 03/03, do DOVI/SOE, para aprovação da ata da análise da reclamação de erros e omissões e notificação apresentadas, no âmbito da obra de recargas de pavimentos 2015 no concelho, e da rejeição expressa da lista de erros e omissões apresentada por Construções António Leal, SA, assim como da correção do valor do preço-base para 376 500,00€, acrescido do IVA, procedendo-se à retificação das peças do procedimento, bem como da prorrogação do prazo de apresentação das propostas para 24 dias contínuos, contados a partir da data da comunicação da retificação ao preço-base, atendendo a que a retificação implica uma alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 330/15, de 03/03, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
   Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria só de relevar que o facto que foi detetado, uma pequena diferença nos valores, pensa que foi corrigido, e a partir de agora o concurso seguirá o procedimento normal.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: CONTRATO DE PORTAGENS ELETRÓNICAS ATRAVÉS DO SISTEMA DE VIA VERDE PARA A FROTA DO MUNICÍPIO – 2015/2016 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 20/15, de 03/03, do DOVI/SER/NGE, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de portagens eletrónicas através do sistema de Via Verde para a frota do município – 2015/2016, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 20/15, de 03/03, do DOVI/SER/NGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

1. Assunto: CASAS MORTUÁRIAS DE ALHANDRA – AUTO DE VISTORIA, SUBSTITUIÇÃO DO EMPREITEIRO E ACIONAMENTO DE CAUÇÕES ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 343/15, de 06/03, do DOVI/SOE, para aprovação do auto de vistoria e da ata da reunião realizada com o administrador judicial, datados de 2015/03/06, no sentido da autorização, nos termos do disposto no artigo 218º, nº 4, por remissão do artigo 227º, nº 3, e artigo 112º, do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de março, da contratação de uma empresa da especialidade, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a execução dos trabalhos de correção das deficiências da obra de execução das casas mortuárias de Alhandra, bem como que o ressarcimento das respetivas despesas seja feito com recurso às cauções prestadas no contrato da empreitada, até ao montante orçamentado no valor total de 7 950,00€ (IVA incluído), autorizando o acionamento das garantias existentes, tendo em conta que o administrador judicial se pronunciou, informando que o empreiteiro J. Lima Gomes, Lda., se encontra insolvente, não existindo quaisquer condições de proceder às necessárias e urgentes correções das deficiências verificadas, nem ao pagamento das mesmas. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 343/15, de 06/03, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que só pretende colocar uma questão, porque os membros da CDU tiveram conhecimento que no fim de semana passado deu-se a necessidade de utilizar as casas mortuárias em Alhandra, e que por falta de condições das mesmas a pessoa em questão teve que ser velada numa das capelas da freguesia. Como não sabem o que se passa em relação a

estas casas mortuárias, que foram construídas e inauguradas há tão pouco tempo, ouviram falar de pedras mármores que caíram, e gostariam de saber afinal o que se passa com as casas mortuárias em Alhandra. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que estava na BTL – Feira Internacional de Turismo, com alguns dos presentes, quando recebeu esta informação através do Sr. Vereador, que recebeu a informação inicialmente. Posteriormente esteve a dialogar com a Engª Rosário Ferrão, que comunicou que uma daquelas pedras em mármore, de grande dimensão e peso, tinha caído. Obviamente não deveria acontecer, e não estava previsto que acontecesse, pois foram aplicados todos os materiais previstos, e ficou muito surpreendido com a situação.----------

Não é técnico, mas por vezes também diz aquilo que lhe parece, pois trabalhou muito em áreas técnicas, o que lhe deu algum conforto para poder às vezes fazer determinado tipo de apreciações, e já tinha dito na altura que aquilo tinha que ter fixação mecânica, porque lhe pareciam pedras de grande dimensão e muito peso, poderia acontecer qualquer coisa, e ficava muito confortável. Por vezes trata-se de convencer alguns arquitetos e projetistas da bondade estética da obra, porque aquele projeto foi premiado, e, se calhar, se lá estivessem os parafusos já não era premiada. Não sabe, mas o que é um facto é que não se tinha a pedra caída.---------

O que disse à Engª Rosário Ferrão foi que se fizesse logo a monitorização e uma vistoria no sábado, o que foi feito, sendo que, imediatamente, e tendo em vista a dificuldade em que consistia, avançou-se com um procedimento urgente para resolver a situação, de acordo com aquilo que o próprio projetista colocou. Colocaram-se algumas dúvidas sobre a totalidade do que se pretendia, mas depois acertou-se numa metodologia que parece adequada, e do seu ponto de vista deveria ter sido aquela que devia ter sido aplicada inicialmente.----------

Através do Sr. Vereador António Oliveira entrou-se em contacto com o Sr. Presidente da junta, dizendo-lhe que efetivamente era de toda a prudência, relativamente às questões de segurança, que não fossem utilizadas as casas mortuárias, apesar de se terem lá posto umas baias. Com pessoas a passar um pedaço duma placa daquelas podia cair em cima de alguém, e nem queria pensar numa coisa dessas. ----------

Em conversa com o Sr. Presidente da junta, ele próprio anuiu que aquelas casas

mortuárias ficavam desativadas até a reparação ser feita, porque o que não falta agora à união de freguesias são casas mortuárias. Se alguma coisa de utilidade teve a união é que o presidente da junta pode equacionar, num determinado momento, determinadas soluções num território muito mais vasto, e foi o que aconteceu. Sugeriram-se às pessoas outras possibilidades que existem em vários territórios da união de freguesias, e é isso que está a ser feito. De qualquer modo, pensa-se que rapidamente a reparação estará feita, mas sobre isso o Sr. Vereador António Oliveira poderá acrescentar mais alguma coisa.----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, mencionando, só para completar, os contactos que foram feitos na sexta-feira, quando se estava na BTL, e se foi alertado pela Engª Rosário Ferrão, que teria sido também alertada pelo Sr. Presidente da junta. Depois de tudo o que o Sr. Presidente já explicou, efetivamente falou com o Sr. Presidente para se tomar uma solução imediata em termos de funcionamento, e do que eventualmente poderia acontecer com outros funerais, o que veio a acontecer.----------

O Sr. Presidente da junta disse-lhe para não se preocupar, pois tinha mais 4 casas mortuárias e ia-se resolver o problema, que era o que interessava, com calma e serenidade. Entretanto, iniciou-se imediatamente, através dos serviços, os contactos com o projetista, foi feita uma reunião no local na segunda-feira para analisar as soluções de acravamento das placas às paredes, e neste momento pensa que termina hoje a reparação.----------

Interveio a Engª Rosário Ferrão, esclarecendo que foi adotada outra solução, em que o arquiteto, para não desfigurar as fachadas, apresentou um desenho de uma cavilha com uma cabeça reta. As cabeças foram pintadas de preto, e é como se fosse um ângulo reto, entram os 17cm e ficam 2cm de fora, virados para cima, com a cabeça pintada, estando de facto muito bonito. Não desfigura nada, e é uma solução, mas só o arquiteto que projetou é que poderia eventualmente dizer como se tinha que fazer aquela cravação para não estragar as fachadas, e está muito bem. Assim sendo, hoje fica pronto.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MONTAGEM DOS CAIS DA VALA DO CARREGADO E DO CABO DAS LEZÍRIAS – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 63/15, de 24/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de reparação e montagem dos cais da Vala do Carregado e do Cabo das Lezírias, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 63/15, de 24/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que sobre este ponto os membros da Coligação Novo Rumo só têm que fazer algumas afirmações.----------
Primeiro, que esta jangada cultural, que efetivamente foi uma das bandeiras do Partido Socialista, vai ser desmembrada. Vai ser dividida em duas, e vai dar lugar a dois novos cais. Portanto, poderão afirmar que estes novos cais não vão custar 12 000,00€, vão custar 12 000,00€ mais os 220 000,00€ que custou a jangada cultural. ----------
Em modo de conclusão, concordam com o objetivo final, que é dar um destino a este mono, que nunca passou disto mesmo. É um mono que custou 220 000,00€, que foi financiado para um objetivo e termina a ser dois cais na Castanheira do Ribatejo. A única duvida que lhes assiste, e vão votar a favor, é se a câmara municipal deveria perguntar isto a quem financiou, e se, no limite, pode dar este uso definitivo àquela jangada cultural antes dum determinado tempo. É só uma

questão lateral, que não tem nada a ver, vão votar a favor, mas convinha que, eventualmente, se avaliasse esta questão no fim. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há momentos na vida em que se têm que tomar decisões. Tomam-se todos os dias, umas mais fáceis, outras mais difíceis, e aquilo que o executivo municipal pensa que devia ter feito é o que vem hoje à consideração dos Srs. Vereadores, ou seja, aproveitar uma infraestrutura que estava sem utilização. Aliás, agora, porque ela já teve utilização aquando da construção da zona do parque linear ribeirinho. Já foi utilizada nessa altura, e inclusivamente, quanto à questão que o Sr. Vereador Rui Rei colocou, também o próprio se interrogou se era possível ou não, fez-se um contacto, e não há sobre essa matéria problemas, pelo menos foi aquilo que se conseguiu apurar. ----------

Agora, crê que há dois problemas com cais, principalmente o da Vala do Carregado, que está afundado, o outro também, e através disso vão-se ter dois bons cais, aproveitando-se a jangada, que deixou de ter sentido no momento em que foram furtados os motores. Se lhe perguntarem, mesmo com motores, se aquilo iria servir, pensa que talvez uma ou outra vez pudesse servir. Deve-se ser claro, há decisões, às vezes, que se vêm a revelar que parecem excelentes decisões, que parecem excelentes ideias, e aquela parecia uma excelente ideia, mas veio a verificar-se que a sua utilidade era relativamente difícil de rentabilizar.-

Por isso, chegados aqui, o melhor é dar-lhe destino, e pensa que este é um bom destino, fechando-se então o processo desta forma. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO E EXCELÊNCIA DE ÂMBITO ESCOLAR PARA O ENSINO BÁSICO – 2º E 3º CICLOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 68/15, de 02/02, do DEC/DE, para aprovação, após o período de discussão pública, do Regulamento de Atribuição de Prémios de Mérito e Excelência de Âmbito Escolar para o Ensino Básico – 2º e 3º ciclos, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 68/15, de 02/02, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

   Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, propondo a discussão deste ponto em conjunto com o ponto 35 da ordem do dia, uma vez que são similares, dizendo que a bancada da CDU já teve oportunidade de fazer propostas de melhoria ao documento, única e exclusivamente do ponto 35, porque o do ponto 34 não ofereceu aos seus membros qualquer questão a referir. Fizeram-no em tempo útil, e as propostas que fizeram foram devidamente contempladas no documento que foi depois à discussão pública.----------

   Pediram a palavra porque gostavam, no futuro, e é uma recomendação, que se possível gostavam que ainda pudesse ser feita para estes dois pontos, que quando sobem a reunião de câmara venham muito mais completos na informação que trazem. Para os membros da CDU dizer-se que "mais se informa que esta versão contempla sugestões de melhoria recebidas em sede de discussão pública", não chega.----------

   Gostavam de saber que sugestões foram essas, em que quantidade, quantas

pessoas participaram na discussão pública, quantas propostas foram feitas, e quais as que foram contempladas e as que não foram contempladas. Não têm essa informação, gostavam de ter, de saber qual é o nível de participação que os munícipes de Vila Franca de Xira têm nestas e outras matérias. Com certeza que os serviços têm essa informação, porque têm que fazer o apanhado das questões todas, e gostavam de ser recetores da mesma, e que no futuro os pontos viessem, logo à partida, contemplados com isto. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que nestes pontos 34 e 35 realça o facto de serem propostas que a Coligação Novo Rumo efetuou, que finalmente passam da teoria à prática. Portanto, não deixa de ser interessante esse aspeto. ----------

No entanto, chama à atenção que foram assumidos compromissos, na última oportunidade que se teve de discutir o assunto, numa reunião na Castanheira do Ribatejo, no lugar das Quintas, em que, entre outros assuntos, os membros da Coligação Novo Rumo falaram da possibilidade da média, em vez de ser igual ou superior a 17 valores, fosse a média mínima, igual ao mínimo que um estudante tem para fazer a sua inscrição num mestrado, que não é 17, será 14 ou 15 valores, e ela não é considerada no regulamento. Portanto, eventualmente, pensam que isso deveria ter sido considerado, para eventualmente haver uma maior possibilidade de ter mais jovens a concorrerem. ----------

Outra questão está relacionada com a possibilidade de se poder vir a atribuir, quanto ao ponto 35, alguma remuneração aos estágios dos jovens do ensino secundário e superior. Também ficou o compromisso de ser avaliado, e não foi, nem avaliado, nem dito nada até ao dia de hoje. ----------

Entre outras coisas o Sr. Vice-Presidente, à época, disse que as propostas iriam ser debatidas pelos agrupamentos de escolas, professores e membros do conselho de educação, e o próprio gostava de saber quais foram as opiniões e contributos que foram dados e as conclusões dessa respetiva reunião. Isso foi dito, foi conversado, foi visto, trazem-se hoje os pontos, e gostavam de saber quais é que foram os "inputs" que vieram dessas reuniões, e o que é que os pares disseram sobre elas. --

No fundo, congratulam-se por estas propostas de, com um ou outro detalhe, passarem a ser uma realidade no concelho, e se poder premiar efetivamente o mérito dos jovens do concelho. ----------

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vice-Presidente o favor de responder às questões colocadas. ----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, referindo que gostaria de falar sobre o ponto 34, em que se está a falar do 3º ciclo, também do 2º ciclo, mas há uma oferta maior no 3º ciclo, e tem a ver com os cursos vocacionais. Nos cursos vocacionais não é atribuída classificação de 1 a 5, mas sim de 0 a 20, poderá, eventualmente, haver também candidatos dos cursos vocacionais e, nesse caso, ter-se-ia que avaliar a situação, porque não é a média de 5, será média de qualquer coisa que não está contemplada no regulamento. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, respondendo que o 5, num determinado curso, pode ser equivalente ao 20, noutro curso, ou Muito Bom, depois também depende dos critérios pedagógicos, e se se for entrar em muito grande detalhe neste regulamento corre-se o risco de rapidamente ficar desatualizado, porque o Ministério da Educação está sempre a alterar os seus critérios, nomeadamente de programas e avaliações. ----------

Realça, se todos estiverem de acordo, três ou quatro aspetos que lhe parecem relevantes, sendo o primeiro uma mudança grande na premiação da excelência e da premiação do esforço, não sendo transversalmente aceite na comunidade educativa que isto seja uma vantagem. Sabe-se, sobretudo depois do 25 de Abril, que houve durante larguíssimos anos muitas escolas que não tinham, e não promoviam, esta diferenciação dos alunos que alcançavam bons resultados. ----------

Isso já não é assim, praticamente todos os agrupamentos do concelho de Vila Franca de Xira, e muitos agrupamentos do país, já têm os seus quadros de honra, têm as suas distinções, mas fazia falta, e aí o executivo acolheu com interesse a proposta que chegou por via da Coligação Novo Rumo, poder estudar uma solução de dois tipos destintos, que pudesse realmente premiar a excelência dos alunos que, tendo-se esforçado, conseguiram resultados. Também há outros alunos que se esforçam, e não conseguem iguais resultados, mas a verdade é que quem tem bons resultados deve ser reconhecido sob o ponto de vista público e sob o ponto de vista municipal, até para servir como incentivo para a sequência da sua vida. ----

Efetivamente, depois poder-se-ão fazer chegar com mais detalhe as conversas e abordagens que foram feitas ao longo do período de discussão pública. O

documento final que é presente traz as alterações que a CDU tinha comunicado, e relativamente a um dos aspetos que foi levantado pelo Sr. Vereador Rui Rei, ele também consta de certa maneira do ponto 5.2, em que, no fundo, atira-se para uma nota que realmente é uma nota excelente, ou a partir da qual é bastante boa, que é o 17, mas nos cursos em que essa nota não for dada, por razões conjunturais ou estruturais, propõe-se que seja sempre considerada a nota mais alta, até menos um valor. Se num determinado curso, por regra, a nota máxima é 16, a de 15 é muito boa, tão boa como um 17 noutra escola ou noutro local onde essas notas mais altas são dadas. ----------

Enfim, efetivamente neste processo tem que se ter maleabilidade regulamentar, que permita que depois cada agrupamento e cada escola particular faça a seriação dos alunos que vai remeter para a câmara municipal poder premiar. ----------

Com isto gostaria de transmitir que se foi absolutamente sensível a todas as questões que foram levantadas, e fez-se, como aliás tinha dito, e o Sr. Vereador Rui Rei fez bem em lembrar, a distribuição pelos agrupamentos, pelos agentes educativos e pelo Conselho Municipal de Educação destes dois regulamentos, e ainda esta semana houve reunião do Conselho Municipal de Educação, em que mais uma vez se abordaram, e sobretudo realçou-se uma questão que também tinha sido levantada, de não avançar para estes prémios, pelo menos já, no que toca ao 1º ciclo, porque sob o ponto de vista pedagógico as crianças do 1º ciclo não têm ainda estrutura para interpretar convenientemente o que é isto do quadro de excelência numa dimensão concelhia. Portanto, cada "escolinha", cada estabelecimento de ensino, tem o seu método e a sua organização. ----------

Ir-se-á entregar esse detalhe do período de discussão pública, e realça apenas que, relativamente à atribuição de estágios para o ensino secundário, o Gabinete de Apoio ao Investidor já está a procurar trazer empresas para o sistema, e na altura também, quando foi conversada a possibilidade de estabelecimento das bolsas financeiras, ficou prevista a possibilidade, mas não há, sobretudo no momento de arranque, condições para estar a vincular empresas a determinados valores. ---------

Vai-se ver como é que as coisas correm, a ideia é que estes estágios sejam estágios em que se junte a vontade da empresa, com uma grande vontade de quem estudou para exercer determinadas funções, e os estágios não pretendem

substituir ou aniquilar a vontade e o tempo das pessoas, nomeadamente os estudantes do secundário, de integrarem o ensino superior. A ideia é que sejam estágios de curta duração, de experimentação, mas querem-se incentivar os jovens, sobretudo os que têm boas notas, a irem para a faculdade, e que não fiquem amarrados à primeira experiência de emprego. ----------

Deixa ainda expresso o agradecimento a todos os que participaram, nomeadamente às diversas bancadas, que sob este ponto de vista tiveram uma atenção redobrada, e vai-se ver. ----------

Depois, combinou com as pessoas do Conselho Municipal de Educação que o regulamento será agora distribuído com detalhe junto de todas as escolas privadas e todos os agrupamentos. Vai-se ver como corre a primeira experiência, e depois haverá condições para avaliar se é possível ou não estar a mexer nestes regulamentos para afinar para anos letivos que vêm. Crê, e é uma opinião sua, que são abrangentes o suficiente para que todos consigam ver nestes regulamentos possibilidade de participação, mas vai-se ver também o que diz o futuro. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE ESTÁGIOS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 69/15, de 02/02, do DEC/DE, para aprovação, após o período de discussão pública, do Regulamento do Programa de Atribuição de Estágios para o Ensino Secundário e Superior, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 69/15, de 02/02, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 34 da ordem do dia. ------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------
---

---

1. Assunto: DOAÇÃO DO ESPÓLIO LITERÁRIO DE JÚLIO GRAÇA, POR EMÍLIA CONCEIÇÃO FERREIRA GRAÇA E JOAQUIM MANUEL FERREIRA GRAÇA, AO MUSEU DO NEO-REALISMO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 30/15, de 03/03, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação do espólio literário de Júlio Graça, cujo valor patrimonial é de 31 327,00€, pertença de Emília Conceição Ferreira Graça e de Joaquim Manuel Ferreira Graça, para incorporação no acervo do Museu do Neo-Realismo. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 30/15, de 03/03, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

1. Assunto: 21ª EDIÇÃO DO PROGRAMA "OS APRENDIZES DO FINGIR" – PROTOCOLO --
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 90/15, de 18/02, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com os agrupamentos de escolas e escola não agrupada, no âmbito da 21ª edição do programa "Os Aprendizes do Fingir", ano letivo 2014/2015, o qual determina os termos do apoio a prestar pelo município aos respetivos núcleos de teatro participantes. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 90/15, de 18/02, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
---

4. Dotação orçamental: Plano 06.01/03.001A Orçam. 05/04.03.01----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: PRÉMIO CARLOS PAREDES – RECEÇÃO DE CANDIDATURAS ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 8/15, de 16/02, do DEC/DCTPM, para aprovação da data de receção de obras a concurso, no período compreendido entre 1 e 21 de abril de 2015, no âmbito da realização do Prémio Carlos Paredes. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 8/15, de 16/02, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que os membros da CDU não têm qualquer objeção, estão de acordo com esta alteração da receção das candidaturas. Têm os anexos, o edital nº 100/2012 e o regulamento, também de 2012, que vão ser alterados, e portanto, no ponto 1, onde está março vai passar a 1 a 21 de abril, e é claro que os serviços vão fazer isso. Contudo, o próprio também se permitirá relembrar que no nº 3 do artigo 5º diz-se "através do despacho da Srª Presidente da câmara municipal", pelo que é só retirar o "da Srª", porque agora já se tem um "Sr.", e cuida da imagem do Sr. Presidente. ----------
O Sr. Presidente interveio, agradecendo ao Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que está muito atento aos pormenores e, de facto, é muito diferente da anterior presidente, pois é uma senhora, e o próprio é um senhor. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------
---

1. Assunto: CARTOON XIRA – PREÇO DE VENDA DE PUBLICAÇÕES ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 9/15, de 16/02, do DEC/DCTPM, para aprovação do preço de venda ao público dos livros, "Cartoons do Ano 2014", de António, Bandeira, Brito, Carrilho, Cid, Cristina, Gargalo, Gonçalves, Maia e Monteiro, e "Reflexos", de Pawel Kuczynski, no âmbito do Cartoon Xira, pelo valor unitário de 15,00€, IVA incluído, sendo os catálogos respetivos de distribuição gratuita. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 9/15, de 16/02, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: EXPOSIÇÃO "MÁRIO COELHO DA PRATA AO OURO – A VIDA DE UM TOUREIRO" – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 59/15, de 06/02, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação da constituição de um fundo maneio, no valor de 600,00€, para fazer face a despesas imprevistas e inadiáveis, no âmbito da exposição "Mário Coelho da prata ao ouro – A vida de um toureiro", que ficará sob a responsabilidade do técnico superior, Dr. João Joaquim Alves Ramalho. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 59/15, de 06/02, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NA FREGUESIA DE VIALONGA E NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 78/15, de 20/02, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação, tendo obtido parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia, da atribuição de topónimos na freguesia de Vialonga e na União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz.
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 78/15, de 20/02, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------
---

---

1. Assunto: REALIZAÇÃO DO 4º SALÃO DE AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS CLÁSSICOS DE VILA FRANCA DE XIRA – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 95/15, de 06/03, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação da constituição de um fundo de maneio, no valor de 700,00€, para fazer face a despesas de caráter urgente e inadiável, no âmbito da realização do 4º Salão de Automóveis e Motociclos Clássicos de Vila Franca de Xira, que ficará sob a responsabilidade da coordenadora técnica, Anabela Nunes Fernandes.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 95/15, de 06/03, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: PROTOCOLO COM A SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE/ CONSERVATÓRIO REGIONAL SILVA MARQUES ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/15, de 03/03, do DEC/SAD, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Sociedade Euterpe Alhandrense/Conservatório Regional Silva Marques, no âmbito da animação cultural a promover na Fábrica das Palavras e no Palácio da Quinta da Piedade.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/15, de 03/03, do DEC/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.---
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo, muito rapidamente, que aos membros da CDU, sobre o protocolo da Euterpe e do Conservatório Silva Marques, as palavras também lhes tocaram, e estão totalmente de acordo com este subsídio, porque destacam o trabalho meritório, generoso, competente e intenso, enfim, da excelência da atividade da Sociedade Euterpe Alhandrense. É sincero da parte da sua bancada, mas também relembram que existem outras instituições no concelho que merecem e necessitam de serem ajudadas, pela excelência das suas atividades. Correndo o risco de outras que não nomeou, e é só um mero exemplo que vai dizer, refere-se, por exemplo, ao Ateneu Artístico Vilafranquense, em Vila Franca de Xira, à Orquestra Geração, em Vialonga, e por aí fora.----------
O Sr. Presidente interveio, dizendo que este é o reconhecimento, efetivamente, do trabalho excelente e de grande qualidade desta instituição, a Sociedade Euterpre Alhandrense, e aquilo que a câmara municipal tem que fazer é aproveitar o trabalho excelente, neste caso, em termos culturais, que é feito no concelho, e nas

suas iniciativas ser também parceira. É isso que já se fez com a Orquestra Geração, e noutras circunstâncias também com o Ateneu Artístico Vilafranquense, e vai-se continuar a ampliar, porque é uma possibilidade de se mostrar o bom trabalho que se faz nessas mesmas associações. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

1. Assunto: LIVRO "A REINVENÇÃO DO REAL – CURADORIA DE ARTE CONTEMPORÂNEA NO MUSEU DO NEO-REALISMO", DA AUTORIA DE DAVID SANTOS – VENDA AO PÚBLICO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 31/15, de 03/03, do DEC/DCTPM/MNR, para aprovação do preço de venda ao público, no Museu do Neo-Realismo, do livro "A Reinvenção do Real – Curadoria de Arte Contemporânea no Museu do Neo-Realismo", da autoria de David Santos, com coedição entre o Colégio das Artes e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelo valor unitário de 25,00€ (já com IVA de 6% incluído). ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 31/15, de 03/03, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   O Sr. Presidente interveio, referindo que neste ponto a CDU não pediu intervenção, e se calhar a culpa foi do próprio, mas não está lá nada. Contudo, dá a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Marques.----------
   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que esta ação já foi no sábado passado, e a sua intervenção não é para dizer que esteve presente, como é evidente, mas foi, e porque só agora, à posteriori, é que vem a reunião de câmara a aprovação do valor da venda do livro. ----------
   O Sr. Presidente interveio, dizendo que tem a ver com o título do livro, é "A Reinvenção do Real", e só agora, realmente, é que foi possível. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ABATE DE ÁRVORES, PODAS SANITÁRIAS E FORNECIMENTO DE ÁRVORES NO JARDIM CONSTANTINO PALHA, EM VILA FRANCA DE XIRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 73/15, de 03/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para abate de árvores, podas sanitárias e fornecimento de árvores no Jardim Constantino Palha, em Vila Franca de Xira, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 73/15, de 03/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a sua intervenção tem a ver com esta questão do Jardim Constantino Palha, em Vila Franca de Xira, dos abates de árvores, da plantação de novas árvores e podas sanitárias.----------
   Nos anexos houve um lapso, pois constam os anexos 2 e 3, pensa que o 3 vem repetido, mas falta o 1, que é concretamente o abate urgente de 10 árvores e o abate a curto prazo de 18 árvores, que somam 28. Justo é dizê-lo que vai haver também a plantação de 26 árvores, há um défice de 2, mas não é isso que está em causa. ----------
   Gostariam que lhes fizessem depois chegar o anexo 1, para terem uma ideia onde é o abate dessas árvores, embora, especialmente o próprio, que todos os dias anda naquele jardim, pois adora-o, já tenha ideia de algumas árvores que podem ir abaixo. Contudo, gostariam de ver os sítios, e trata-se apenas da duplicação de

anexos.----------

Reporta-se, concretamente, aos desenhos do anexo 3, e ao desenho 1, que falta, mas que depois lhes poderá ser enviado, só para terem uma ideia. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que pelos vistos o desenho 2 é que está repetido, falta o 1, e solicita à Arqtª Catarina Conde que faça o favor de o fazer chegar ainda hoje.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA, Nº 4, 1º B - VIALONGA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com Informação nº 11/15, de 06/02, do DASDEDS/DDS, para aprovação da compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "B", sita na rua António José da Silva, nº 4, 1º B, em Vialonga, inscrita na matriz predial da referida freguesia sob o artigo 2652, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, pela ficha nº 475 da freguesia de Vialonga, a Lindolfo do Vale Rocha Dias, pelo valor de 25 110,49€, com dedução do valor correspondente a 20%, sendo o valor final da venda de 20 088,39€, com outorga da escritura em nome de Fortunato Rocha da Silva Dias, filho do morador, conforme requerido pelo próprio.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se Informação nº 11/15, de 06/02, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: CONCURSO DE BANDAS JOVENS – RIFFEST 2015 - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 13/15, de 26/01, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação das normas de participação no Concurso de Bandas Jovens - RIFFEST 2015. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 13/15, de 26/01, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU gostavam de saber, porque não encontram no protocolo que é presente, o que é que consubstancia esta parceria com a ACIS - Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda do Vinhos. Qual é o seu papel, com todo o respeito que têm pela ACIS? Qual é o papel da ACIS no RIFFEST? O que é que a associação contribui? O que é que faz? Qual é o seu trabalho para esta questão? ----
   Já agora, já que a ACIS é uma associação dos concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, e que já este ano se propõe que se alargue a área também ao concelho de Arruda dos Vinhos, gostavam de saber qual é o tipo de participação e contributo que o município de Arruda dos Vinhos tem neste concurso. ----------
   Veem que a verba que está destinada, pelo menos em termos de estimativa, é de 6 500,00€, aparentemente é toda suportada pelo município de Vila Franca de Xira, e quer as eliminatórias, quer a final, são todas em instalações do concelho de Vila Franca de Xira, pelo que não percebem, sinceramente, o que é a parceria da ACIS. Gostavam que lhes explicassem, que lhes digam o que é que a ACIS faz

relativamente a esta matéria. ----------

Por outro lado, também gostavam de saber, dado que as eliminatórias e a final são todas em locais do concelho de Vila Franca de Xira, o que é que essas coletividades, neste caso, julga, o Ateneu Atlético Vilafranquense, Centro Cultural do Bom Sucesso e Auditório Fernando Augusto, da Póvoa de Santa Iria, que está entregue ao Grémio Dramático Povoense para gestão, beneficiam, ou que tipo de contributo têm da câmara municipal para poderem receber as eliminatórias e a final nos seus espaços, porque também têm custos. Têm custos com a eletricidade, água, limpeza e outros custos inerentes à cedência dos espaços, mas, no fundo, depois não são ressarcidas de rigorosamente nada, limitam-se a emprestar o espaço à câmara municipal, para a mesma fazer a sua atividade. Julgam que as coletividades deviam ser ressarcidas de algum modo das despesas, no mínimo das que têm na cedência dos espaços, e o termo "cedência" é um bocado forte, porque há espaços que são municipais, como sabem.----------

Basicamente, são estas as duas perguntas, o papel da ACIS e o ressarcimento das instituições.----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, realçando, quanto ao RIFFEST, o facto da primeira experiência, o ano passado, ter sido um sucesso, ter envolvido cerca de 500 participantes nestas diversas eliminatórias, e até a qualidade dos vencedores. -------

Discutiu-se com as entidades parceiras a viabilidade de continuação deste processo e introduziram-se algumas alterações que parecem relevantes relativamente ao concurso de bandas para este ano.----------

Em primeiro lugar, há um alargamento do espaço territorial, que não é só para Arruda dos Vinhos, como parece ficar entendido da intervenção que lhe antecedeu, alarga-se a possibilidade de participação a todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, acrescentando-se Arruda dos Vinhos, pelo facto de ser um município muito próximo e haver muitos estudantes de Vila Franca de Xira a estudar em Arruda dos Vinhos, e muitos estudantes de Arruda dos Vinhos a estudar em Vila Franca de Xira. Faz todo a sentido que haja esta articulação, tanto mais que a ACIS, como o Sr. Vereador também referiu, é também uma associação comercial destes dois concelhos. De qualquer das formas, não é só Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, é Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, e os

municípios da Área Metropolitana de Lisboa.----------

Quanto à ACIS, tem um papel de parceria neste processo, e, tal como diz no protocolo, e como aconteceu neste ano que passou, é uma parceria fundamentalmente em três aspetos: O primeiro é ajudar na divulgação deste concurso pelos seus associados e espaços territoriais em que trabalha; O segundo, a integração de um elemento da ACIS no júri, portanto, um dos elementos do júri é indicado e pertence à ACIS; Um terceiro aspeto, que é o mais importante, é o facto de os prémios serem convertidos em material, de música e de amplificação, esse tipo de material utilizado pelas bandas jovens, sendo essa verba convertida em produtos para aquisição em lojas no comércio local. Essa é a grande perspetiva que se pretende com este envolvimento da ACIS, que correu bem o ano passado e que se espera também vir a correr bem neste ano. ----------

Por isso, não deixa de ser, e é, um concurso de bandas jovens de Vila Franca de Xira, tal como o prémio Carlos Paredes é de Vila Franca de Xira, e é também aberto a qualquer produção nacional. Fazem-se, na prática, e até mais ver, as eliminatórias em Vila Franca de Xira, o que não quer dizer que até não vá tendo alguma evolução em termos de participação, e numa segunda fase não possa haver outro tipo de eliminatórias, noutros locais, sem qualquer problema e com um envolvimento suplementar por parte de outros municípios.----------

Recorda também que no âmbito do Conselho Metropolitano de Lisboa já por várias vezes se tem conversado sobre o interesse da própria Área Metropolitana de Lisboa poder avançar com iniciativas culturais conjuntas, uma vez que a sua população é muito móvel, no sentido em que se vai muito facilmente para qualquer concelho da Área Metropolitana de Lisboa, e há muitas relações uns com os outros, nomeadamente culturais.----------

Depois, faz uma última referência relativamente à participação de algumas instituições. Assim, no âmbito dos acordos estabelecidos para a utilização das instalações de grandes dimensões, as instituições recebem um valor por cada utilização, isto é conhecido, e nas instalações mais pequenas não é assim, isso não está previsto, o que significa que, por regra, é uma parceria que a instituição faz com a câmara municipal, porque tem interesse também em receber uma eliminatória. Ela leva lá muita gente, e as pessoas ficam a conhecer aquele espaço.

A ideia é um pouco esta, mas não deve ficar a ideia, e também não acredita que fosse isso, que passasse pela cabeça do Sr. Vereador Paulo Rodrigues que houvesse alguma pressão ou obrigação de estar a fazer com que as instituições recebessem, contra a sua vontade, uma atividade cultural deste género, antes pelo contrário, traz sempre mais-valia para as instituições que são parceiras do município e que têm estes espaços, muitas vezes oferecidos sem nenhum custo pela câmara municipal, diria até oferecidos sem nenhum custo pela população inteira do concelho, e que, ao entregar estes espaços gratuitamente às instituições, elas também têm a noção da sua responsabilidade neste processo.-----
Assim, crê que será uma edição que correrá ainda melhor que o ano passado.--------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, retirando desta parceria e da intervenção do Sr. Vereador, que é do género daqueles católicos, "todos somos filhos do santíssimo, mas para trabalhar sou só eu". Quer dizer que esta parceria é o género da parceria que se fez na iluminação pública do Natal, parceria com a ACIS, mas quem paga é sempre o mesmo, o município. ----------
O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, referindo que a questão que coloca é noutro sentido, tem mais a ver com os participantes. Houve no ano passado 500 participantes, na altura só para bandas de residentes no concelho, e agora, com o alargamento à região metropolitana de Lisboa, não sabe se já há ideia do que é que isso poderá crescer, e se de alguma forma as eliminatórias, no caso de haver um crescimento acentuado na participação, serão suficientes ou serão depois muito longas, podendo com isso afastar até alguns de quem lá vai ver.----------
Pegando na questão que considera salutar, a do alargamento, possivelmente, uma vez que se está a transformar este concurso quase já num concurso da Área Metropolitana de Lisboa, se calhar poder-se-ia lançar o desafio às câmaras municipais vizinhas, delas próprias fazerem quase eliminatórias concelhias, e depois fazer-se um grande concurso na Área Metropolitana de Lisboa, das melhores bandas ou de quem ganhou os concursos nos seus concelhos. Isso permitiria, eventualmente, que não se descurasse a possibilidade das bandas dos concelhos, em si, continuarem a ter uma maior oportunidade de serem mais vistas, passando-se de um projeto ótimo, que se lançou o ano passado, com muito êxito, e que vai ser um êxito este ano também, para o lançamento deste desafio. Se se for

olhar há aí um investimento, e não é nada por aí além que nenhuma câmara municipal não possa fazer, mesmo as mais pequenas da área metropolitana, se calhar Arruda dos Vinhos ou Sobral de Monte Agraço, que serão talvez das mais pequenas. Era interessante estar quase que a "espicaçar" para isto acontecer, e tornar-se realmente um grande concurso de bandas jovens a nível metropolitano. --

Interveio o Sr. Vice-Presidente, respondendo que essa tem sido uma questão levantada também no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, e recorda que o mês passado já, pela primeira vez em muitos anos, aprovou-se um regulamento para um concurso cultural, não sabendo agora exatamente qual a área, mas há de estar para se publicado, também no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e promovido pela mesma.----------

Nem todos os municípios têm, por um lado, capacidade para desenvolver este tipo de ações, e outros não têm capacidade para dar nenhum tipo de prémios, porque estão a atravessar dificuldades financeiras muito grandes, como o Sr. Vereador sabe. De qualquer das maneiras, quanto à ideia da Área Metropolitana de Lisboa poder ser bandeira deste processo, pensa que está muito bem, o que não se confunde com o RIFFEST, que se crescer, tanto melhor. ----------

Dá ainda conta, no âmbito do regulamento, do que está previsto, e está prevista uma pré-seleção. Não se sabe quantas bandas aparecerão, mas o júri terá o primeiro trabalho, que é ouvir o que lhe aparecer para escolher as 12 bandas que serão as que depois participarão neste concurso. Portanto, há este trabalho prévio do júri, que realmente tem que ser feito.----------

Por fim, não subscreve e não aceita a crítica feita relativamente ao processo, nem às questões, nem à ACIS em concreto, porque o que se pretende, sobretudo, é tentar animar o comércio local, tanto mais se se conseguir que se envolva neste processo. Se os prémios puderem passar e ficar no concelho está-se a favorecer a economia local. A ACIS, aí, tem e pode ter este papel, e pensa que estas parcerias não têm que ser sempre medidas em valor financeiro direto de cada entidade parceira. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------

1. Assunto: CANDIDATURA ÀS NORMAS DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES JUVENIS – APOIO À LABIRINTODISSEIA – ASSOCIAÇÃO JUVENIL----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/15, de 30/01, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação do apoio a atribuir à Labirintodisseia – Associação Juvenil, no âmbito da candidatura às normas de apoio às associações juvenis.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/15, de 30/01, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que aproveita este ponto para colocar uma questão que já foi colocada ao Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, inclusivamente numa das sessões de apresentação da carta desportiva, por um membro dos escuteiros, e à época o Sr. Vereador ficou de analisar a situação.----------

   Os escuteiros não têm capacidade para concorrer ao PAMA - Programa de Apoio do Movimento Associativo, nem têm capacidade para concorrer às associações juvenis, porque não são considerados associações juvenis. Foi o que foi dito na altura, e portanto, perante aquela situação, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira ficou de analisar em que moldes podiam ser feitas as candidaturas para estas associações. Desta forma, gostava de saber porque, de facto, o que sabe é que elas não conseguem concorrer por falta de condições.----------

   O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que não se recorda da questão ter sido colocada exatamente dessa maneira, porque, efetivamente, tanto o CNE -

Corpo Nacional de Escutas, como a AEP - Associação de Escuteiros de Portugal, candidatam-se ao PAMA, e recebem inclusivamente apoios para investimentos. Assim, de repente, recorda-se, por exemplo, de uma carrinha adquirida pelo CNE de Alverca, mas há de certeza mais exemplos. Portanto, não há nenhum tipo de problema das associações que se candidatam ao PAMA para investimento. Crê que a questão se colocava, não no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, nesta parte, mas sob o ponto de vista do funcionamento, isso era outra coisa. ----------

De qualquer das maneiras, o que vem neste ponto a reunião de câmara, a que eles se podem candidatar, é para a realização de atividades, tal como a MICA - Labirintodisseia – Associação Juvenil, neste momento se está a candidatar. Enquanto associação juvenil podem fazê-lo, para atividades concretas, e também o têm feito. ----------

Crê que na altura a questão não foi colocada dessa maneira, e se fosse, ou se estiver agora a ser colocada dessa maneira, sim senhor podem-se candidatar ao PAMA, sim senhor podem-se candidatar a investimento, a viaturas e obras, sem problema nenhum, e sim senhor podem-se candidatar a esta parte do apoio às associações juvenis para atividades em concreto. ----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio novamente, dizendo que tinha ficado com a ideia que, de facto, não era possível a candidatura ao PAMA. O Sr. Vereador, agora, falou-lhe que provavelmente isso acontece na questão do funcionamento, e pensa que se deveria analisar, porque, se é assim, os escuteiros, sejam eles AEP ou CNE, têm um trabalho ímpar, nomeadamente na parte dos jovens do concelho, o que de alguma forma se poderia e deveria premiar, porque têm de certeza mais pessoas do que muitas associações que têm acesso às candidaturas do funcionamento do PAMA. Isso parece-lhe, de alguma forma, injusto, até porque o investimento ou o concurso a este tipo de atividades, como aquelas que se têm agora, não será possível a todos, e dever-se-ia olhar para outra maneira para este tipo de associações, sejam as mais ligadas à igreja, seja o movimento escutista não católico, que também existe no concelho. ----------

Em relação a esta candidatura, só estranha uma coisa, e vai colocá-la. É uma associação muito recente, está-se a falar de uma associação que foi formalizada no

final de dezembro de 2014, pelo que questiona como é que esta associação aparece, e como é que tem acesso depois a este tipo de candidatura de alguma envergadura. Naturalmente que se deverá analisar isso, e com certeza que se fez, mas é só para perceber como é que esta associação aparece. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que de acordo com o regulamento existente apoia-se uma percentagem sobre as atividades e uma outra sobre a constituição, sendo que esta associação, efetivamente, só se está a formalizar agora. Neste momento as associações juvenis, tal como são tradicionalmente conhecidas, normalmente não se formalizam, o que significa que realizam atividades pontuais, são grupos de jovens, e depois não se formalizam. Não foi o caso do MICA, que é um grupo de jovens que já há 3 anos tem vindo a trabalhar em conjunto, nomeadamente numa coisa de que os Srs. Vereadores talvez se recordem de ouvir, até na comunicação social, a semana do 11, que todos os anos tem vindo a desenvolver na cidade de Vila Franca de Xira, em que, basicamente, durante uma semana, às 11h00 da manhã e às 11h00 da noite, há sempre qualquer coisa cultural a acontecer na cidade. ----------

Por isso, embora seja uma associação que se esteja de facto a formalizar agora, este ano, é uma associação informal que se conhece, e a câmara municipal, mas também a junta de freguesia e as outras instituições de Vila Franca de Xira, já colaboram com ela de forma informal. ----------

Isso foi naturalmente analisado pelos técnicos, é isso que vem hoje, parte da formalização, porque tem custo, e parte para a próxima semana do 11, em 15 de junho. Portanto, prepara-se uma semana de atividades, e espera-se que com este se consigam fazer atividades ainda mais intensas. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS NAS VERTENTES DE LONGA E CURTA DURAÇÃO – ANO 2015----------
---
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 25/15, de 13/02, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação da realização do Programa de Ocupação de Jovens, nas vertentes de longa e curta duração, para o ano 2015, das normas de participação na vertente de curta duração e da minuta do protocolo a celebrar com a ADN – Acções Dinâmicas com Nexo.----------
---
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 25/15, de 13/02, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---
4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU deveriam ter pedido em tempo a intervenção neste ponto, de qualquer forma, apenas pretendem colocar uma questão. Quanto a estas situações, tal e qual como referiram noutro ponto, são da opinião de que deviam vir com outro tipo de informação a reunião de câmara. Para a CDU não chega dizer-se que "sendo das atividades promovidas pela câmara municipal, no âmbito da juventude, com maior índice de participação". ----------
Gostavam de ser recetores de um relatório de 2014, neste caso, que lhes dissesse: Quantos foram os beneficiários da atividade em 2014? Quais foram as faixas etárias que intervieram nesta atividade? O que é que fizeram? Quais são as opiniões? Quais são os testemunhos desses jovens que participaram nas atividades? Gostavam de saber isto tudo, e inclusivamente terem esta informação, não só para perceberem o que está em causa, e conhecem o que está, sabem o

que é, mas até podem chegar à conclusão, por exemplo, que a atividade, a participação ou comparticipação da câmara municipal tem que ser reforçada. --------
Não sabem, não têm dados na sua posse que lhes permitam avaliar, quer da continuidade do programa, quer da hipótese de o reforçar. Não sabem, gostavam de ter esses resultados, e estão em crer que a câmara municipal os deve ter, e se os tem é só disponibilizá-los. ----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo, sem prejuízo daquilo que o Sr. Vice-Presidente vai dizer, que esse relatório terá que vir a reunião de câmara para conhecimento. De qualquer modo, pensa que poderá, nessas circunstâncias, ser anexo, e discutem-se as duas coisas ao mesmo tempo. ----------
O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que no fundo é um pouco isso, e é o que pede aos serviços. Remeteram-se as informações existentes, sendo que o relatório 2014 das várias iniciativas do município há de vir no momento previsto na lei, com os documentos de prestação de contas. De qualquer das maneiras não custa nada, é uma questão que está a ser pedida agora, em cima do momento, sem nenhum problema pode-se remeter isso, e em futuras situações até pode vir uma apreciação mais completa nas diversas propostas. Não é preciso ser só nesta, da juventude, pode vir nas próximas, mas está a ser pedido agora, sem sequer ter sido pedida a indicação para falar. Contudo, sem problema nenhum se responderá com todo o gosto, como aliás é o timbre do executivo.----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------
---

Assunto: PAMA – APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PONTUAIS – FESTIVAL COMEMORATIVO DO 25º ANIVERSÁRIO DO CORO NOTAS SOLTAS----------

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2015/03/11, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um subsídio, no valor de 300,00€, ao Coro Notas Soltas, para apoio à realização do festival comemorativo do seu 25º aniversário, no âmbito do apoio de atividades pontuais do Programa de Apoio ao Movimento Associativo. ----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------

Assunto: PROPOSTA Nº 11 – CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO AMBIENTE E DA PAISAGEM – PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO----------

Presente para aprovação a proposta dos membros da CDU, intitulada "Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem – Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo", documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, no sentido do desenvolvimento de um programa de dinamização para este espaço, a apresentar no prazo de 2 meses. ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que a proposta está apresentada, e os membros da CDU, já na altura, quando fizeram a sua apresentação para ser agendada, teceram os comentários que tinham a tecer. Sabem que o CIAP – Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem, tem atividade, e já estão a ver a resposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira a seguir, a elencar todas as atividades, a quantidade de alunos, de munícipes da terceira idade que já lá estiveram, pelo que se vão antecipar um pouco a ela. --------

Contudo, a questão é, se o próprio for lá hoje, como munícipe, passear na frente ribeirinha e bater à porta, não está lá ninguém, e não faz a mínima ideia sequer o que é aquilo, qual é o trabalho que desenvolve. Não sabe, pelo que a proposta que fazem de apresentação de um programa por parte do Departamento de Educação e Cultura também tem muito a ver com isso, que seja elaborado um programa, e que seja dado conhecimento à população de quais os dias em que é possível visitar. Como é que é possível visitar? O que é que se pode fazer? O que é que não se pode fazer? Como é que as escolas podem lá ir? ----------

Deve ser estabelecido um programa concreto de visitas ao CIAP, e de espaços horários onde a população pode ir também visitar aquele espaço, porque, se se for lá hoje, não se pode visitar, e é isso que, no ver que têm, está errado. A proposta está presente, e estão abertos e disponíveis para qualquer esclarecimento que seja solicitado neste âmbito. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que sobre esta proposta os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada contra que se possa desenvolver um plano de educação/cultura para o parque linear ribeirinho. É um lugar-comum, pensam que a câmara municipal tem essa função, e agora depende é definir em que estratégia e moldes se tem que fazer, e em que particulares circunstâncias. ----------

Agora, o que não faz sentido, e já disse, e continua à espera, no âmbito deste processo, é que a câmara municipal trouxe a receção provisória de algumas infraestruturas, o próprio chamou à atenção, há algum tempo, de como é que foram recebidas, e até hoje ninguém lhe trouxe nada, nem em contrário, nem em concreto. ----------

Portanto, dever-se-ia avaliar o que ali está, há coisas que estão feitas, do seu ponto de vista, que não têm qualidade, e se a câmara municipal não fizer nada vai haver problemas. As madeiras continuam a ficar soltas, o tabuado continua a ficar solto, houve uma ligeira transformação, e efetivamente nas últimas vezes que lá foi correr já havia mais iluminação ligada do que existia anteriormente, mas não recebeu nenhuma informação se houve alguma alteração que foi feita entretanto, e nem sabe que alteração terá sido feita entretanto. ----------

Contudo, para os membros da Coligação Novo Rumo, se for para dinamizar e conseguir dar qualidade ao espaço, tanto melhor. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que poupará os presentes aos detalhes do trabalho que é desenvolvido no âmbito do PREDAMB e do Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem, bastando-se apenas pelo facto do Sr. Vereador Paulo Rodrigues ter começado a sua intervenção a dizer que o seu primeiro parágrafo da proposta, que diz que o centro se encontra inexplicavelmente fechado há 18 meses, não é verdade.----------

Isso basta-lhe, e nesse caso não maçará com o conjunto de coisas a fazer. Obviamente os membros do Partido Socialista não subscrevem os considerandos de proposta, e não é possível, porque não são verdade, mas, relativamente à proposta em si, não têm nenhum problema, antes pelo contrário, em apresentar o trabalho que já se faz duma forma estruturada. ----------

Aquilo que pede é, se as bancadas da CDU e PSD estiverem de acordo, que em vez de se incumbir o Departamento de Educação e Cultura, se incumba o departamento que tem a área ambiental, que é quem é responsável pelo PREDAMB, e depois ele articulará diretamente com o Departamento de Educação e Cultura. Por uma questão de correção orgânica, convém que seja o Departamento de Ambiente a desenvolver esse trabalho.----------

Sem os considerandos e com esta correção do departamento, também não veem

nenhum problema em aprovar esta proposta. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que de facto assim é, passando a palavra ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues.----------

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, referindo que a verdade é que os considerandos não alteram, porque são verdade, ao contrário daquilo que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira diz.----------

Quando dizem que "passados 18 meses o centro se mantém inexplicavelmente fechado", foi exatamente o que o próprio disse há pouco, se for lá hoje ele está fechado. Portanto, que seja reaberto ou aberto de vez em quando, esporadicamente, uma vez por mês, uma vez de 15 em 15 dias, não sabe, para uma atividade solicitada por uma escola ou solicitada por uma instituição, isso não significa que esteja aberto. Ele é aberto quando é para ser aberto, e ser e estar aberto é quando está em usufruto geral pela população, o que não é o caso.----------

Portanto, para a CDU o primeiro parágrafo significa que ele está inexplicavelmente fechado, dentro daquilo que são os considerados. ----------

Relativamente à proposta que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira faz, é uma questão orgânica interna da câmara municipal, e se entender entregar este assunto a outro departamento, em colaboração depois com o Departamento de Educação e Cultura, nada têm contra.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o que os membros do Partido Socialista querem é ser construtivos, e se se tem uma pequena divergência, pensa que valerá a pena encontrar caminhos para a suprir. Os Srs. Vereadores tiram os considerandos, os membros do PS aceitam a proposta propriamente dita, e assim, aquilo que é o objetivo que se tem em vista, com o qual concordam, é aprovado. Portanto, pensa que é uma boa solução negocial.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, mencionando que é uma proposta de resolução deste impasse, e o que iria dizer é que, reconhecendo que, de facto, o centro está ou tem estado à disposição de grupos concretos, para utilizar o espaço, estava a falar com o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, no sentido de saber se, em vez do ponto final, não se fechasse, se pusesse uma vírgula e acrescentasse à frente "à população em geral", de alguma forma podia ajudar a superar a situação. ---------

De facto sabem que há atividade concreta no centro, há dias concretos, há visitas

concretas, há utilizações concretas, e a proposta que fazem vai no sentido de haver um plano mais geral, obviamente, para toda a população, e não só do concelho, até de quem o visita. Pensa que não é por aí que não se irá arranjar forma de se aprovar esta proposta unanimemente. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a proposta é que importa. ----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, mencionando que pensa que o problema é o parágrafo, o primeiro considerando, quanto aos outros parece-lhe que não trazem mal ao mundo, pois está-se perante um centro que deveria ter como objetivo a consciencialização para a importância da salvaguarda e valorização do ambiente. ----------

Os membros da CDU entendem que o não haver atividade regular é que prejudica o CIAP, e se os Srs. Vereadores não concordam com o "mantém-se inexplicavelmente fechado", pode sugerir que fique "que se mantém aberto mediante marcação prévia", e de facto não deveria ser esse o objetivo do centro de interpretação. Se a própria, ao fim de semana, quiser, depois de dar a sua passeata na zona ribeirinha, ir ver o centro de interpretação, não vê nada, porque está fechado, e essa é a realidade. Se ao Partido Socialista faz muita diferença ficar com os considerandos ou alterar o primeiro parágrafo, com "fechado" ou "aberto sob marcação prévia", os membros da CDU também não podem pôr uma proposta sem fundamento. Porque é que estão a propor que se faça um programa de dinamização? É porque, no entender que têm, ele não existe, e os considerandos têm relação com essa inexistência, naturalmente.----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, procurando chegar a acordo, e evitando explicar o que se faz, que é muito, e que existe um programa de educação ambiental daquele processo, pois o executivo PS terá ocasião de o apresentar em reunião detalhadamente, e nessa altura falará dele, sugere que se aceite retirar o primeiro parágrafo, e nos outros substituir o condicional pelo presente, dizendo que o "centro tem como objetivo a consciencialização, o centro desenvolve atividades direcionadas para a população em geral, o centro contribui ativamente através do conhecimento transmitido, e estamos perante um território de características naturais (...)", propondo-se que o departamento, o correto, e não este, faça esta proposta. ----------

No fundo, o que se pede à arquiteta é tão só que desdobre uma pequena parte do PREDAMB no documento específico do CIAP. Aliás, o PREDAMB faz 20 anos, e está muito longe de estar "agarrado" apenas a este centro de interpretação ambiental. Se for assim os membros do PS aceitam já, senão votam contra, e apresentam à mesma o plano, isso não tem problema. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dando a palavra ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues e mencionando que o PS considera que esta é uma proposta interessante. ----------

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, referindo que os membros da CDU aceitam a substituição da palavra "deveria" pela palavra "deve", porque o que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira está a dizer, a colocar-se o texto assim, é completamente antagónico depois, quanto à proposta em si, não faz sentido, porque se realmente ficasse o texto tal qual como o Sr. Vereador está a querer que fique, a proposta depois deixa de ter substância, e não fazia sentido rigorosamente nenhum. Assim, aceitam substituir a palavra "deveria" pela palavra "deve". ----------

Interveio o Sr. Presidente, propondo que em vez de uma aprovação formal os Srs. Vereadores coloquem a proposta como uma sugestão. Sinceramente, gostava que se chegasse a acordo, mas efetivamente há coisas que os membros do PS não podem aceitar, e por isso o que pensa é que se poderia encontrar uma redação diferente, que tornasse isto mais confortável, principalmente para o executivo PS, na medida em que tem um programa vasto. Se os Srs. Vereadores disserem "era necessário ser mais regular", concordam, mas quando dizem que está "inexplicavelmente fechado", não é verdade. ----------

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, para dizer que os membros da CDU não têm mentes fechadas, podem eliminar o primeiro parágrafo sem problema rigorosamente nenhum, a mensagem está passada, e nos restantes parágrafos substituírem o tempo verbal "deveria" pelo "deve", julgando que isso já é confortável para toda a gente, até numas cadeiras duras como aquelas onde se encontram passa a ser confortável. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que basta ouvir o que o próprio disse, mas pode repetir, que é substituir o "condicional" pelo "presente", nomeadamente "um centro que tem como objetivo a consciencialização para a importância, um centro que desenvolve atividades direcionadas, um centro que contribui ativamente (...)".

Foi o que disse, crê que os Srs. Vereadores ouviram, mas pode voltar a repetir uma terceira vez. ----------

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, mencionando que com este tipo de ironia, em termos de intervenção, a CDU mantém a proposta tal qual como está, e que seja votada. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que então se vai votar o ponto, perguntando quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor, concluindo que o ponto é chumbado, com a abstenção da Coligação Novo Rumo e os votos contra do PS. ------

Prosseguiu, dizendo que, tendo em consideração, naturalmente, a votação que acabou de acontecer, não vai deixar de ter em consideração a proposta que os Srs. Vereadores apresentaram, e foi pena que efetivamente não se conseguisse chegar a um acordo. Era fácil, mas não sabe, não interessa, e sobre isso não quer despender mais nada.----------

De qualquer modo, pensa que efetivamente todos os contributos que tenham em vista a melhoria, neste caso, deste espaço interpretativo em concreto, o executivo tê-los-á em linha de conta, até porque tem um relatório para fazer, e pese embora a proposta ter sido chumbada, ir-se-á recuperar aquilo que é o essencial da mesma. ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que CDU gostaria também de fazer uma declaração de voto, nesse sentido. A CDU encontra-se também sempre, e sempre se encontrou, aberta a encontrar todos os pontos de convergência que sejam necessárias, agora a CDU não está, nem os vereadores da CDU estão, disponíveis para serem tratados de forma irónica, em que os termos verbais e a linguagem que é utilizada quase que passa atestados de incompetência aos vereadores da CDU. Para isso não estão propostos, e daí, apesar dos esforços de alterarem a redação da proposta, acabaram por manter a redação da mesma. -------

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros do Partido Socialista e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, reprovar a proposta dos membros da CDU. ----------

---

Assunto: FINAL DA REUNIÃO ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que antes de terminar a reunião há uma questão que o Sr. Vice-Presidente tem que entregar, e uma informação que pede ao Sr. Vereador António Oliveira para colocar, que aconteceu há momentos e era bom que todos soubessem. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que no âmbito da proteção civil recebeu há cerca de 10 minutos uma informação do Comando Distrital de Operações de Lisboa, que diz o seguinte: "Ocorrência de acidente rodoviário – Colisão - Ponte Marechal Carmona, Vila Franca de Xira. Colisão de 3 veículos pesados de mercadorias, 3 ligeiros de passageiros, um ferido encarcerado, ponte Marechal Carmona cortada ao trânsito. Grave." ----------

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que então, quem quiser utilizar aquela via, tem que procurar outra alternativa melhor, sendo que procurará saber mais desenvolvimentos deste acidente. ----------

Quanto ao ponto 52, já não há condições de o votar, porque passa cerca de um quarto de hora da hora para terminar a reunião de câmara. Pessoalmente podia estar disponível para o efeito, bem como os seus camaradas, mas crê que se poderá falar na reunião de câmara extraordinária de 18 de março.----------

Gostaria ainda de dizer que pretende, na próxima reunião de câmara, que é essencialmente para se discutir a conta de gerência, aproveitar para agendar um ou outro assunto breve, como espera, e incluir também um protocolo a celebrar com o Ministério da Administração Interna, por causa da esquadra da PSP.----------

Espera que hoje, ou no mais tardar amanhã, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Secretário de Estado, que as coisas já estavam todas resolvidas, mas não estão, porque a câmara municipal tinha dúvidas e queria afinar ainda alguns aspetos, ter a possibilidade de fazer chegar aos Srs. Vereadores o protocolo, que permitirá a curto prazo avançar com o procedimento e iniciar as obras.----------

Portanto, se lhe permitirem e for possível chegar a consenso entretanto, agendará também este ponto. ----------

Por fim, deu por terminada a reunião, desejando um bom almoço a todos. ----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl.ª Ata 162
Reunião de 2015/03/12
Procº _____
Deliberação nº 160

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA ----------

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. ----------

Encerramento às 14h20. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/05/06, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

E eu, ----------, Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -

encerra